

**RAPHAEL CESAR LINO**

**APROPRIAÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA NA HISTORIOGRAFIA  
BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

**ASSIS 2017**

**RAPHAEL CESAR LINO**

**APROPRIAÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA NA HISTORIOGRAFIA  
BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

Dissertação apresentada à Faculdade  
de Ciências e Letras de Assis – UNESP  
– Universidade Estadual Paulista para  
obtenção do título de Mestre em  
História (Área do Conhecimento:  
História e Sociedade)

Orientador: Hélio Rebello Cardoso  
Junior

Bolsista CNPq

**ASSIS 2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

Lino, Raphael Cesar

L758a       Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 / Raphael Cesar Lino. Assis, 2017.

148 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis

Orientador: Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior

1. Brasil - Historiografia. 2. Historiografia. 3. Brasil - História -1980-1990. 4. Aculturação. 5. História social. I. Título.

CDD 981

Raphael Cesar Lino

**APROPRIAÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA NA  
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS  
DE 1980 E 1990**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico em HISTÓRIA (Área de Conhecimento: HISTÓRIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 29/08/2017

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: Prof. Dr. Helio Rebello Cardoso Júnior - UNESP/ASSIS



Membros: Prof. Dr. Fabio Franzini - UNIFESP/SÃO PAULO



Prof. Dr. Igor Guedes Ramos - UEL/LONDRINA

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro que possibilitou minha total a dedicação para realização da pesquisa nos últimos 24 meses.

Aos professores da banca de Defesa, Fábio Franzini e Igor Guedes Ramos pela disponibilidade de participar, desde o Exame de Qualificação, contribuindo com suas leituras, indicações e comentários sobre esta pesquisa.

Ao professor Hélio Rebello Cardoso Junior, que como orientador sempre se mostrou muito paciente e solícito durante percurso desta pesquisa, e que me influenciou desde a graduação com suas aulas e dedicação à docência.

Aos primeiros leitores deste projeto, que me ajudaram com comentários e compartilharam suas experiências ainda no início do mestrado, Roberto Chu e o Marco Milani.

A todos meus colegas da rua Elias Jacob, de Espírito Santo do Pinhal, que fizeram parte da minha primeira formação, em especial, Bruno Bibiano, Bruno Zucherato, Maria Cecília Manoel e Thiago Jacot.

Aos meus colegas acadêmicos, de bar e de vida universitária, com muitas histórias memoráveis (e não mencionáveis) dos anos unespianos, Carlos de Melo Almeida (Bete), Dirceu Rodrigues da Silva (Dasein) e Mateus Américo Gaiotto (Dasein).

Às “mYgas” da República Tcheca Isabela, Lara e Bárbara, onde sou morador agregado a mais de um ano, sempre prontas pro “role”, pro café da tarde ou pra ver Irmão do Jorel.

À querida Thais Maria (Tháta), parceira de todas as horas, um feliz encontro neste percurso, que sempre faz tudo ficar mais fácil e mais leve.

À minha duende favorita, Juliana Pirró, e meu “parça” Jony Pupo, dois irmãos de coração que sempre me mostram que outro mundo é possível.

Ao meu irmão Samuel, por todo apoio durante meus anos em Assis, e pelas infinitas caronas.

Também a todos aqueles que conheci na Argentina durante os meses de estágio em Mar del Plata, que tornaram mais fácil estar longe, e me ajudaram de diferentes formas, a professora Mônica Bartolucci, O Chico Ramallo, a Cuyen Iriate e o querido Leandro Piccoto.

E especialmente aos meus pais, Rosemary e Orestes, que do modo mais simples me ensinaram a ser humano, a sempre buscar e seguir meu próprio caminho. Meus primeiros e maiores mestres.

LINO, Raphael Cesar. **APROPRIAÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2017. 149p

## RESUMO

A historiografia brasileira da década de 1980 foi marcada pela intensificação de novos referenciais teórico-metodológicos, ao mesmo tempo em que as pesquisas foram catalisadas pelo processo de reforma universitária que consolidou os programas de pós-graduação no Brasil. Neste movimento, uma das *apropriações* que chamou a atenção da comunidade acadêmica foi a micro-história. Esta *prática historiográfica* descende dos percursos envolvidos entre os historiadores italianos participantes da revista *Quaderni Storici* que estabeleceram diálogos entre a história social e a antropologia nas décadas de 1970-80. Em paralelo, também pode ser notada no desenvolvimento da própria história social brasileira, especialmente nos estudos sobre o Período Colonial que se abriu para novos aportes teóricos. Colocadas estas questões, nossa dissertação procura investigar as *apropriações* da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, por meio de três momentos distintos, construir um quadro teórico da micro-história, percorrer a trajetória da historiografia brasileira na década de 1980, e por último, analisar duas obras que podem ser classificadas nesta perspectiva teórica, *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)* e *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo – vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, defendidas no início da década de 1990 e publicadas em 1997.

**Palavras-chave:** historiografia brasileira, micro-história, prática historiográfica, apropriações.

LINO, Raphael Cesar. **APPROPRIATIONS OF THE MICROHISTORY IN BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY OF THE 1980S AND 1990S.** Dissertation (Masters in Languages). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2017. 149p.

### **Abstract**

The Brazilian historiography of the 1980s was marked by the intensification of new theoretical and methodological references, at the same time as the research was catalyzed by the university reform process that consolidated the postgraduate programs in Brazil. In this movement, one of the appropriations that caught the attention of the academic community was the microhistory. This historiographical practice descends from the paths involved between the Italian historians, participating in the journal *Quaderni Storici* who established dialogues between social history and anthropology in the 1970s and 1980s. In parallel, it can also be noticed in the development of Brazilian social history itself, especially in the studies on the Colonial Period that opened for new theoretical contributions. With these questions in mind, this dissertation seeks to investigate the appropriations of microhistory in Brazilian historiography in the 1980s and 1990s, through three distinct moments, to construct a theoretical framework of it, to traverse the trajectory of Brazilian historiography in the 1980s, and finally, to analyze two works that can be classified in this theoretical perspective, *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)* and *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo – vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, defended in the early 1990s and published in 1997.

**Keywords:** Brazilian historiography, microhistory, historiographical practice, appropriations

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1: .....	19
MICRO-HISTÓRIA: DAS GENERALIZAÇÕES AOS ESTUDOS DAS PARTICULARIDADES .....	19
1.1 – Considerações iniciais – em busca da micro-história.....	19
1.2 – A produção de um lugar: os <i>Quaderni Storici</i> .....	21
1.3 – Do geral ao particular: Articulações com a História Social .....	25
1.4 – A micro-história social: <i>microanálise</i> e a redução de escala de observação .....	28
1.5 – <i>Microanálise e história social</i> .....	36
1.6 – <i>Uma questão de escala</i> .....	40
1.7 – Carlo Ginzburg e o <i>método indiciário</i> .....	43
1.8 – <i>Sinais: raízes de um paradigma indiciário</i> .....	53
1.9 – Em busca das <i>apropriações</i> da micro-história .....	56
CAPÍTULO 2 .....	59
OS CAMINHOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA – DÉCADA DE 1980 E 1990 .....	59
2.1 – Considerações iniciais: Os movimentos na historiografia brasileira recente.....	59
2.2 – A historiografia brasileira dos anos 1980 e 1990 – Um panorama geral .....	62
2.3 – A história social na historiografia brasileira .....	71
2.4 – <i>Apropriações</i> historiográficas nos estudos coloniais.....	74
2.5 – A micro-história na historiografia brasileira dos anos 1980-1990 – Primeiros indícios.....	83
2.6 - Em busca das <i>Apropriações</i> da micro-história.....	93
CAPÍTULO 3 .....	96
EXERCÍCIOS DE MICRO-HISTÓRIA .....	96
3.1 – Considerações iniciais – A escolha das obras .....	96
3.2 – Plínio Gomes e sua posição na pós-graduação da USP .....	98
3.3 – Cosmologia e trocas culturais – <i>Um herege vai ao paraíso</i> .....	101
3.3.1 – Temática e Objeto.....	101
3.3.2 – Diálogos historiográficos .....	103
3.3.3 – Abordagem micro-histórica – Estratégia de análise.....	111

3.4 – Eduardo Silva – A historiografia da escravidão e a redução de escala .....	119
3.5 – O príncipe negro – <i>Dom Obá II d'África</i> .....	123
3.5.1 – Temática e objetos.....	123
3.5.2 – Diálogos historiográficos.....	126
3.5.3 – Abordagem micro-histórica – Estratégia de análise.....	129
3.6 – Conclusão das análises .....	141
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
BIBLIOGRAFIA .....	146

## INTRODUÇÃO

No dia 24 de setembro de 1988, o artigo “As mudanças silenciosas”, publicado no *Jornal do Brasil*, discutiu uma série de novas publicações sobre a História do Brasil<sup>1</sup>. Segundo este artigo, surgiam naqueles anos trabalhos que repensavam os modelos de história, questionavam o dogmatismo teórico marxista e colocavam o cotidiano no centro das pesquisas. Autores estrangeiros, como Robert Darnton, Anne Vincent Buffault e Carlo Ginzburg, por exemplo, passaram a surgir nas livrarias, e o espaço antes destinado às revoluções e estratégias para se tomar o poder do Estado foi desviado para os mitos, crenças e visões de mundo<sup>2</sup>.

Na continuidade o artigo ressaltava que a produção nacional<sup>3</sup> caminhou no sentido de renovar “objetos de estudos e promovendo tumultos nos seminários universitários<sup>4</sup>”. Primeiramente, a transformação se deu no plano dos estudos sobre o trabalho, e sobre o movimento trabalhista. Posteriormente, a escravidão também entrou no círculo de debates que buscavam renovação. Até então, o escravo era deixado de lado como sujeito histórico, e os considerava como uma grande massa inerte. A reação a este movimento foi bastante intensa, provocando uma série de mal entendidos e discussões, como por exemplo, a fala da professora Maria Yedda Linhares, no congresso sobre o centenário da Abolição em 1988:

Este é mais um modismo de quem tenta fugir dos temas concretos, de quem se esquivava de pensar a transformação social, é uma história que tem preguiça de se debruçar sobre arquivos, de quem recusa a realidade e prefere escrever historinhas romaneadas, de fácil leitura, produtos da construção mental do historiador<sup>5</sup>.

Houve também quem respondeu a estas acusações, como Ronaldo Vainfas, por exemplo, (que na época terminava seu doutorado, *Trópico dos pecados – Moral, Sexualidade e inquisição no Brasil Colônia*) afirmando que a

---

<sup>1</sup> MARTINS, Marília. *As mudanças silenciosas*. *Jornal do Brasil*, 24 de setembro de 1988 pp.6-7.

<sup>2</sup> Na época eram todos associados à História das Mentalidades, questão que abordaremos melhor adiante no Capítulo 2.

<sup>3</sup> Ainda que tenham existido tais transformações, estas representaram uma porcentagem pequena em relação à “produção nacional”, mencionada no artigo citado. CF. POLITO, Ronald & FICO, Carlos. *A história no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

<sup>4</sup> MARTINS, Op. Cit. p.6.

<sup>5</sup> *Ibidem* p.6

utilização dos referenciais teóricos destes novos autores não era incompatível com a historiografia até então praticada na academia, se referindo especialmente ao marxismo:

Nós abrimos mão de certos conceitos ortodoxos, como o da determinância da estrutura econômica, mas mantivemos a mesma preocupação com a contradição social. Aqueles que acusam a História do Cotidiano de ficar tão microscópica a ponto de perder a capacidade de extrair daí conclusões mais genéricas, mais ligadas à totalidade social, se esquecem que uma história econômica regional também corre o mesmo risco de se perder em estatísticas, numa crônica do movimento das fábricas<sup>6</sup>.

Este artigo nos serve de “testemunha ocular” de alguns aspectos do movimento percorrido pela historiografia brasileira na década de 1980. Entre as transformações ocorridas neste período podemos citar, por exemplo, as reformas universitárias, que consolidaram os cursos de Pós-Graduação em história, a intensificação de diálogos com outros contextos historiográficos e a recepção de novas perspectivas teórico-metodológicas. Com efeito, a historiografia brasileira começou a apresentar alguns casos de estudos com objetos fragmentados (negros, mulheres, sem terra, homossexuais, feiticeiras, imaginário, cotidiano e etc.). Ainda que representem uma pequena parte da produção nacional, seu caráter “inovador” se fez sentir presente justamente pelas discussões nos centros universitários que citamos acima<sup>7</sup>.

Esta nova produção historiográfica que caminhou em direção a temas culturais foram guiadas por uma perspectiva antropológica cultural e simbólica, buscando compreender o comportamento das pessoas em determinado contexto histórico e, assim, “traduzir” seu significado. Em termos teórico-metodológicos, participou deste processo a influência da historiografia francesa, história das mentalidades, a historiografia inglesa, da antropologia, da sociologia, além de estudos inspirados pela perspectiva da micro-história italiana. Esta última foi motivo de muitas das discussões ocorridas no final da década de 1980, devido a sua grande repercussão editorial. Principalmente por conta da obra de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*<sup>8</sup>, ganhou rapidamente grande destaque, variando do interesse à rejeição perante a novidade que

---

<sup>6</sup> MARTINS, Op. Cit. p.6.

<sup>7</sup> POLITO, Ronald & FICO, Carlos. *A história no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

<sup>8</sup> Publicado pela primeira vez no Brasil em 1987 pela Editora Companhia das letras.

trazia para a história, o que nem sempre significou uma compreensão de suas intenções reais como *prática historiográfica*<sup>9</sup>.

O grande problema é que mesmo os autores que se utilizavam dessas novidades não sabiam ao certo o que faziam, e as correntes historiográficas ainda estavam por ser definidas. Até a década de 1970, o marxismo foi predominante na historiografia acadêmica no Brasil<sup>10</sup>, o que explica em partes a resistência por parcela de historiadores “tradicionais” para aceitar essa proliferação de temas considerados “sem importância”. Realizavam críticas a termos que começavam a surgir em nosso contexto, como história cultural, mentalidades, micro-história, os quais careciam ainda de definições.

A partir desta breve descrição, nosso objetivo principal é nos aprofundarmos na história da historiografia Brasileira nas décadas de 1980 e 1990. Por outro lado, esta temática se desenvolve a partir de um problema teórico, problematizar os efeitos práticos da utilização de referenciais da micro-história italiana neste contexto, tendo em vista que seus principais elementos metodológicos podem ser circunscritos resumidamente em redução de escala de análise, escrita narrativa e o diálogo com a antropologia. Esta escolha se baseia no fato de que a discussão sobre a utilização da micro-história no Brasil ainda é pouco discutida, poucas análises se detiveram em dimensionar seus usos neste contexto, e muitas delas acabaram por realizar uma leitura enviesada ou parcial de sua modalidade enquanto *prática historiográfica*.

Por exemplo, Ronaldo Vainfas em *Micro-história – Os protagonistas anônimos da história* (2002) (a primeira obra inteiramente dedicada ao estudo específico da micro-história), procurou refletir sobre este contexto. No conjunto de mal entendidos que estiveram no palco das discussões que figuraram na historiografia brasileira. Vainfas aponta que a micro-história esteve ora no centro, ora na periferia das críticas, identificada como história excessivamente antropológica, renunciando ao estatuto científico e se encontrava permeada pela escrita ficcional<sup>11</sup>. Esta afirmação, segundo o autor, advém da falta de um

---

<sup>9</sup> O termo prática historiográfica é discutido por José D’Assunção Barros. CF. BARROS, José D’Assunção. História Social: Caminhos de um campo histórico. In. *Revista do mestrado de história*. Universidade Severino Sombra. Programa de mestrado em história, Vassouras – RJ, v.1, p.233-266, 1998.

<sup>10</sup> MALLERBA, Jurandir. *Notas à margem, a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990*. Revista Textos de História, vol.10 - Memória, identidade e historiografia, n°1, 2002. p.192.

<sup>11</sup> VAINFAS, op. cit. 2002.

quadro teórico que a definisse e posicionasse com precisão. Ainda assim, alguns trabalhos acadêmicos utilizaram seus preceitos, seja por meio de sugestões temáticas, seja por meio de *apropriações* teóricas.

Tendo em vista essas colocações, somos levados a algumas questões, que servem como ponto de partida para nossas reflexões. Em meio a esta confusão teórica que marcou os debates na década de 1980, quais foram os efeitos da experiência e prática da micro-história pelos historiadores brasileiros? Como ela pode ser percebida? Quais os resultados obtidos, tendo em vista sua incorporação em nossa própria tradição historiográfica? Ao responder estas questões, ressaltamos que qualquer utilização de novos aportes teóricos foi uma prática ativa na historiografia, não remete simplesmente a incorporação de elementos externos como mera cópia ou reprodução. Há um amálgama entre diferentes contextos, um diálogo que ocorre de diferentes maneiras e intensidades. No caso da micro-história, por exemplo, como nos mostra Lima:

as trocas historiográficas que se estabeleceram entre a micro-história e outros contextos e tradições historiográficas fora da Itália poderiam ser recuperadas na dinâmica das publicações, traduções, resenhas, além de serem atestadas pela mobilidade dos pesquisadores entre as instituições de pesquisas e ensino nos diversos países. Essas dinâmicas ajudaram a dar forma a um debate real sobre as proposições micro-históricas e configuraram as diferentes recepções que a micro-história teve em cada lugar<sup>12</sup> (LIMA, 2009, p.380).

Estas incorporações teóricas em termos de produção historiográfica devem ser problematizadas para que possam ser percebidas com maior nitidez ao se colocar em questão os modos como um historiador se baseia em preceitos de outros autores, correntes teóricas ou paradigma científico. Para realizar uma leitura mais aprofundada da década de 1980, partimos de um referencial metodológico definido como *apropriações historiográficas*, uma ferramenta que nos auxilia a problematizar como as trocas intelectuais se operam em um dado contexto, a fim de se por em cena a produção historiográfica deste período.

O autor brasileiro Igor Guedes Ramos, ao realizar uma incursão na historiografia brasileira em busca de suas relações com Edward Thompson e Michel Foucault, nos relegou uma profícua discussão teórica para

---

<sup>12</sup> LIMA, op. cit. p.380

problematizar as chamadas *apropriações historiográficas*<sup>13</sup>. Sua problematização sobre a escrita da história juntamente com sua proposta de análise historiográfica pode ser utilizada no quadro que estamos desenvolvendo.

Ramos elabora um quadro metodológico para encontrar as *apropriações historiográficas* a partir de Michel de Certeau e sua clássica *operação historiográfica*, cujo enfoque relaciona a produção historiográfica com as particularidades institucionais da mesma<sup>14</sup>; e Roger Chartier, que nos fornece o conceito de *apropriação* que se dirige para os “modos de usar” de um texto<sup>15</sup>, recusando a ideia de que teriam um sentido único e intrínseco. Com efeito, basear-se nos postulados destes dois autores nos auxilia a dar um direcionamento ao nosso olhar para nosso objeto, pois:

Implica considerarmos que uma produção historiográfica “é um espelho de cem faces” formada por diversos *elementos* (contexto histórico de produção, problemas, noções, métodos, tipos de fontes, formas de provação, etc.) que se relacionam de modo particular em cada produção. Um mesmo *elemento* pode ter função, sentido ou se relacionar de forma diferente com outros elementos dependendo do espaço que ocupa, das “lógicas específicas em funcionamento nos usos”<sup>16</sup>.

Em *A operação historiográfica*, Certeau se preocupou em compreender quais *práticas* estão ligadas ao trabalho do historiador: “o que fabrica um historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz?”<sup>17</sup>. Partindo destas questões ele estrutura seu texto e reflete sobre os componentes que antecedem o trabalho historiográfico:

Gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social*, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece as regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas<sup>18</sup>.

A interação entre as categorias, *lugar*, *escrita*, e *práticas institucionais* são para Certeau o que caracteriza o trabalho do historiador. A primeira categoria é

<sup>13</sup> RAMOS, Igor Guedes. *GENEALOGIA DE UMA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. Tese de doutorado, UNESP, FCL de Assis, 2014.

<sup>14</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>15</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2002

<sup>16</sup> RAMOS, op. cit. p.15.

<sup>17</sup> CERTEAU, op. cit. p.65

<sup>18</sup> Ibidem p.66.

o *lugar* de onde fala o historiador. Desde que a história se estabeleceu como disciplina, e se organizou diante de um determinado grupo, o seu saber está associado a uma *instituição social*. Este *lugar* de onde fala o historiador permite também formar os seus pares, que segundo Certeau constituem os seus verdadeiros leitores. Para que a obra de um historiador não seja vulgarizada, ela necessita ser creditada pelos seus pares. São esses últimos os verdadeiros leitores de uma obra, a eles são dedicados os esforços do historiador. Em suma, esta obra a qual se refere Certeau (dissertação, tese, livro) é o produto deste lugar institucional (universidade, centro de pesquisa, programas de pós-graduação etc.).

Além disso, seu trabalho está submetido a algumas imposições que fazem parte da pesquisa. Por exemplo, este *lugar* social ao qual a fabricação histórica está sujeita, impõe certas regras e normas de conduta para que o autor molde sua escrita, como linhas de pesquisa, a orientação teórica de seus membros, as agências financiadoras e de crédito, corpo editorial, entre outras. Certeau afirma que a operação histórica se relaciona com a estrutura social na qual está inserida desde o seu início até, por fim, a redação do livro<sup>19</sup>.

O segundo campo em que toda operação historiográfica se situa é entendido por Michel de Certeau como o das *práticas institucionais*. Para delimitar seu trabalho com fontes, classificá-las, distribuí-las e interpretá-las, o historiador deve estar familiarizado com o conjunto de técnicas e regras que aparecem dentro do saber construído que está ligado à Universidade, tendo em vista que esta figura atualmente como um dos principais *lugares* de produção do conhecimento histórico. Toda a escrita da história está submetida a um conjunto de técnicas de produção que são mediadoras entre o dado histórico, o discurso que se elabora sobre estas mesmas informações, entre o documento e sua construção como objeto de conhecimento.

O último aspecto que constitui o fazer historiográfico, e que será abordado por Michel de Certeau, diz respeito à própria escrita da história, de forma que a narrativa histórica não se limita a esta questão, pois como já vimos, ela é antes um conjunto de práticas sociais:

A representação - *mise en scène* literária – não é “histórica” senão quando articulada com um *lugar social* da operação científica e

---

<sup>19</sup> CERTEAU, op. cit. p.74.

quando institucional e tecnicamente ligada a *uma prática do desvio*, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição do saber<sup>20</sup>.

O discurso histórico possui uma temporalidade que lhe é própria, e diferente do tempo real. A cronologia que percorre o texto histórico permite que o historiador possa fazer recortes em períodos, a fim de trabalhar individualmente cada um deles. Contudo, ao se articular uma prática à escrita, inverte-se o vetor temporal, de forma que a pesquisa histórica orienta-se do presente ao passado: “O presente, postulado do discurso, torna-se a *renda* da operação escriturária: o lugar de produção do texto se transforma em lugar produzido pelo texto”<sup>21</sup>.

Somada à *operação historiográfica* de Certeau temos a noção de *apropriação historiográfica* transplantada da reflexão do historiador Roger Chartier<sup>22</sup>. A apropriação descrita por Chartier remete a condições históricas, que existem sempre em conjuntos específicos de *práticas e representações* nos quais um determinado grupo se apropria de elementos culturais de outros grupos<sup>23</sup>. Ramos direciona a discussão para o contexto brasileiro, e descreve as apropriações historiográficas como “um ato de utilização de um discurso ou de uma prática de acordo com as condições institucionais, competências e interesses do leitor”<sup>24</sup>.

Pensar em termos de apropriação na historiografia é procurar perceber o pensamento e a lógica de interpretação histórica de um autor e como estes mesmos elementos são pensados e utilizados por outro(s) autor(es). Ou seja, pensar os usos e as escolhas que um autor faz quando realiza uma pesquisa, influenciado pelo trabalho de outro historiador, quais escolhas, conceitos, métodos e a forma de escrita que este procedimento implica. Para isto, esta leitura do mecanismo de construção de um texto procura evidenciar as *estratégias* e as *táticas* de utilização teórica e temática de elementos de outros contextos historiográficos, sem abrir mão da originalidade que este processo mantém em termos de produção historiográfica.

---

<sup>20</sup> CERTEAU, op. cit. p.93-4.

<sup>21</sup> Ibidem p. 98

<sup>22</sup> Para um maior aprofundamento sobre esta questão, CF. RAMOS, Igor Guedes. *Por uma história das apropriações historiográficas*. IN. RAMOS, op. cit. p. 12-25.

<sup>23</sup> CHARTIER, op. cit.

<sup>24</sup> RAMOS, op. cit. p.14.

Além disso, faz-se necessário ter em conta a função que cumpriam no pensamento/contexto de onde foram retirados. Ou seja, se nosso objeto é pensar a *apropriação* da micro-história por historiadores brasileiros, devemos ter em conta o que é a micro-história, partindo de seu local de surgimento e as questões que procurava responder, o que significa construir um quadro teórico que dê conta de mostrar sua complexidade e seu desenvolvimento no contexto italiano.

A partir desta definição de *apropriações historiográficas*, podemos dizer que a utilização da micro-história, neste contexto, se relacionou com as mudanças institucionais da universidade, seu *lugar de produção* se abriu com os novos cursos de pós-graduação, permitindo que novas *práticas* pudessem tomar forma, com a fundação de linhas de pesquisa, ampliação do mercado editorial, novas orientações teóricas, que influenciaram na *escrita da história* neste período. Por outro lado, os *modos de uso* deste conjunto de fatores variaram de um lugar para outro, os recortes temáticos, as escolhas de objetos, os conceitos aplicados, enfim, as estratégias de análise que se aproximam da micro-história foram utilizadas de diferentes formas, por diferentes autores. Buscar elementos que permitam dimensionar *apropriações* da micro-história nesse contexto é uma contribuição para melhor compreender esse capítulo da história da historiografia brasileira. Sendo assim, estruturamos o desenvolvimento desta dissertação em três capítulos.

Primeiramente, houve necessidade de se discutir os elementos teóricos presentes na *prática historiográfica* conhecida como micro-história. O primeiro capítulo “*Os aportes teóricos da micro-história*” foi dedicado ao estudo teórico da micro-história. Partiremos de alguns textos, que podemos considerar manifestos fundadores da micro-história italiana, e buscar o que pode ser considerado a teoria da história presente em cada um deles. São textos que evidenciam a insatisfação com o marxismo e problematizam um modo de pensar a história que pudesse romper com as generalizações e encontrar o individual e o singular, dando ênfase à complexidade da realidade passada. Desse modo, discutimos a micro-história como teoria e também como método de escrita da história.

Isto quer dizer que serão apresentadas suas duas principais vertentes, uma derivada da antropologia cultural e simbólica, fundamentada e

representada principalmente por Carlo Ginzburg e seu *Método Indiciário*, influenciada pela antropologia cultural e simbólica. A segunda corresponde a uma série de discussões acerca da História Social, seus diálogos com a antropologia econômica, demografia e estudos seriais, representada por Giovanni Levi e Edoardo Grendi, marcada pela redução de escala de observação ou *microanálise*.

No segundo capítulo, “Os caminhos da historiografia brasileira – década de 1980 e 1990” nos concentramos em construir um duplo panorama. De um lado apresentar um contexto geral, marcado por transformações epistemológicas e pela recepção de novos aportes teóricos. A construção deste panorama ressalta a importância do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, que se especializaram como *lugar de produção* historiográfica desde a década de 1960, e que na década de 1980 sofrem novas alterações com as reformas universitárias e recebem novas influências de outros contextos historiográficos.

Por outro lado, ao delinear nesse mesmo contexto os movimentos que vêm se aproximar da micro-história, estamos nos referindo ao desenvolvimento da História Social no Brasil. Este processo é perceptível especialmente nos trabalhos de história colonial, da escravidão, dos sistemas de crenças na América portuguesa e das trocas culturais entre Europa e América. Desse modo, faremos um balanço geral deste período comentando algumas obras com estes recortes temáticos e cronológicos, que demonstram acercar-se de elementos da micro-história.

O último capítulo, *Exercícios de micro-história* é um esforço de analisar duas obras previamente selecionadas nas quais podemos evidenciar todos os elementos da micro-história enquanto *prática historiográfica*. As obras são *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo – Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*, de Eduardo Silva e *Um herege vai ao paraíso – Cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)* de Plínio Freire Gomes, ambas publicadas em 1997.

Desse modo, articularemos os dois primeiros capítulos para identificar os elementos da micro-história italiana presentes em cada obra e, ao mesmo tempo, também como se articularam com a tradição historiográfica brasileira. Além disso, por se tratarem de uma dissertação de mestrado e uma tese de

doutorado que foram publicadas pela editora Companhia das Letras também discutimos algumas questões sobre a circulação da historiografia internacional, pois é evidente que houveram outros trabalhos influenciados pela micro-história, mas apenas alguns foram publicados e alcançaram o mundo editorial.

Em *Considerações finais*, faremos um balanço geral das conclusões encontradas durante a pesquisa. Quais são os resultados obtidos e quais caminhos e possibilidades se abrem com o final da pesquisa, que obviamente devido ao fato de estar circunscrita num recorte pode ter seu alcance expandido para novos horizontes.

## CAPÍTULO 1:

### MICRO-HISTÓRIA: DAS GENERALIZAÇÕES AOS ESTUDOS DAS PARTICULARIDADES

#### 1.1– Considerações iniciais – em busca da micro-história

Neste capítulo buscamos construir um quadro teórico sobre a micro-história. Com isso reuniremos condições para identificar os elementos desta *prática historiográfica* no contexto brasileiro. Examinamos a concepção de história desenvolvida por autores vinculados aos *Quaderni Storici* na Itália na década de 1970, trabalhos que consideramos serem textos-manifesto da micro-história.

A liberdade intelectual que marcou a revista *Quaderni Storici* foi favorecida por distanciamento dos *lugares de produção* tradicionais da Itália, como Roma e Turim. Além disso, o deslocamento geográfico de pesquisadores durante sua formação também atua como um importante sistema de trocas que permite a penetração de outras vertentes teóricas, criando contextos específicos de produção de conhecimento. A revista *Quaderni Storici* se tornou *locus* de inovações em pesquisas e discussões.

Dentre aqueles que se reuniram em torno da revista, os que mais se destacaram no engajamento para desenvolver novas metodologias de pesquisa foram Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg. Cada um deles é responsável por realizar diferentes trocas historiográficas com autores, países e tradições intelectuais distintas conferindo um rico debate teórico e metodológico nos anos em que participaram da direção da revista *Quaderni Storici*<sup>25</sup>. Embora possuíssem interesses e formações distintas, defendiam a necessidade da realização de pesquisas cuja atenção se voltasse para as singularidades, recuperando a vida dos sujeitos no passado.

Portanto, partiremos de uma contextualização do pensamento e formação de cada um destes autores. Em seguida, nos voltamos aos textos-manifestos: “Microanálise e história social” (1977) de Edoardo Grendi, “Un problema de escala” (1981) de Giovanni Levi, e “Sinai: raízes de um

---

<sup>25</sup> A partir da década de 1970, quando a revista também perde a designação *della Marche*, que fazia referência à região de Marche, especificamente Ancona.

paradigma indiciário” (1979) de Carlo Ginzburg e indagando como cada um concebeu seu entendimento do que seria fazer e escrever história. Lidos em conjunto podemos identificar um projeto que culminou na elaboração do que se tornou a micro-história italiana<sup>26</sup>.

Com efeito, dadas a complexidade e as múltiplas faces com que se constituíram tais discussões, compartilhamos a perspectiva de Giovanni Levi, de que haveria ao menos duas micro-histórias. Esta afirmação parte da constatação de que a construção de seus objetos e seus aportes teóricos poderiam ser baseados em ao menos dois modelos<sup>27</sup>.

A primeira seria uma “micro-história social”. Ela deriva da discussão ao redor da História Social, cuja práxis se desenvolve ao redor do que se convencionou chamar de *microanálise*, teorizada principalmente por Edoardo Grendi, e também pelo método de “redução de escala de observação”, conforme definida por Giovanni Levi<sup>28</sup>.

A segunda pode ser lida como “micro-história cultural”, pois seus referenciais teóricos se distanciam do primeiro modelo, na medida em que a interpretação histórica é realizada a partir da inserção dos fatos analisados em seu contexto histórico e cultural. Enfatizando a riqueza singular de certos acontecimentos, ou grupos sociais, os conflitos são compreendidos como relações culturais (entre cultura de elite e cultura popular, por exemplo). Esta perspectiva tem como principal referência o historiador Carlo Ginzburg.

O nível micro privilegiado por estas duas vertentes da micro-história não tem como objetivo abrir mão de contextos gerais, mas sim enriquecê-los, permitindo demonstrar que a realidade é constituída de inúmeras redes de relações sociais, cuja complexidade está permeada pelos mais diferentes conflitos, com igual pluralidade de sujeitos<sup>29</sup>. As ações sociais são vistas como resultado de negociações e conflitos nas quais os sujeitos estão inseridos, e

---

<sup>26</sup> Nos referimos a coleção *Microstorie* que foi iniciada depois que este debate teórico já estava maduro, e já era aplicado em pesquisas individuais.

<sup>27</sup> LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In BURKE, Peter. *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: editora UNESP, 2011.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Micro-história italiana, modos de uso*. Londrina: EDUEL, 2012.

que limita as ações individuais. É preciso dar atenção às margens, nas brechas abertas nestes sistemas normativos que governam os sujeitos<sup>30</sup>.

O caráter coletivo que impulsionou o desenvolvimento da micro-história foi favorecido por duas questões principais. Primeiro, a participação dos historiadores citados ao redor da direção e produção da revista *Quaderni Storici*. Em segundo lugar, uma série de questões comuns que aproximavam de alguma forma esses historiadores, como a redução de escala de análise, o papel do particular, a tendência à escrita narrativa, o foco nos contextos históricos e sociais, a crítica ao relativismo e a aproximação com a antropologia, para citar os exemplos mais salientes<sup>31</sup>.

Colocadas estas questões iniciais, pretendemos nos aprofundar na constituição teórica que compõe a micro-história. Deste modo, partiremos do *lugar de produção* onde convergiram seus principais protagonistas, a revista italiana *Quaderni Storici*, dando atenção a sua posição e importância dentro da historiografia italiana. Em seguida, nosso esforço se concentra na análise das duas vertentes indicadas anteriormente, tendo como foco o desenvolvimento teórico da *microanálise* de um lado, e do *método indiciário* de outro.

## 1.2 – A produção de um lugar: os *Quaderni Storici*

A revista *Quaderni Storici della Marche*, fundada por Alberto Caracciolo em 1966 é um marco para a historiografia italiana, ela inicia sua carreira marcando-se como vanguarda das questões internacionais e com vocação para a interdisciplinaridade. Em seu primeiro número é publicada a tradução de *História e ciências sociais, a longa duração*, do historiador francês Fernand Braudel, original de 1958. O intuito deste “manifesto programático” que inaugura é pensar a história local a partir de questões que envolvem o tempo de longa duração.

Nosso interesse na revista se volta para os anos 1970, quando um grupo de novos colaboradores, liderados por Pasquale Villani, é incorporado na

---

<sup>30</sup> LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In BURKE, Peter. *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: editora UNESP, 2011 p.137-8.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

revista. Villani tinha uma intensa proximidade com a História Social, o que foi somado à abertura interdisciplinar de Caracciolo:

A revista acabou assumindo um inegável papel precursor ao tornar-se sistematicamente um espaço privilegiado para a divulgação de um conjunto amplo de experiências historiográficas, resultado de trabalhos que começaram a se desenvolver na Itália a partir dos anos 1970. Essas iniciativas tinham em comum em primeiro lugar, o interesse pela História Social, isto é, para uma história voltada para as ciências sociais, que tentava apropriar-se de seus métodos e problemas. Por outro lado, um forte diálogo com a historiografia internacional<sup>32</sup>.

A partir da década de 1970, a revista deixa o indicativo de *Della Marche*, e sua equipe editorial recebe novos colaboradores, Pasquale Villani, Angelo Ventura, Ernesto Galli Della Loggia, Raffaele Romanelli, e posteriormente, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni. As consequências desta mudança na organização interna dos *Quaderni* foi a concentração de temas e reflexões que eram comuns a todos estes autores.

Intensificaram-se as trocas historiográficas com os franceses ligados aos *Annales* e, além disso, a circulação em arquivos estrangeiros foi facilitada pela estrutura de pesquisa francesa: verbas, apoio da EPHE<sup>33</sup> (*École pratique des hautes études*) e a existência de algumas instituições francesas em solo italiano. Também houve o movimento oposto, muitos historiadores italianos vão desenvolver pesquisas junto aos historiadores franceses que na época era bastante influenciada pela história econômica, fundamentalmente quantitativa e serial<sup>34</sup>.

Baseado neste panorama, as trocas historiográficas entre França e Itália neste período são formadas:

pela circulação de livros e pesquisadores, pelas resenhas e traduções de parte a parte, pelos congressos e discussões difíceis de cartografar. Um mapa também de leituras individuais que tornaram concreta a assimilação, e a conseqüente reformulação, de todo um conjunto de problemas e instrumentos de pesquisa por parte dos historiadores italianos – dirigidos por seus próprios interesses de investigação – que reprocessam de várias maneiras as influências não apenas de Braudel, mas também de outros historiadores que não

<sup>32</sup> LIMA, Henrique Espada, *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. P.51.

<sup>33</sup> Criada em 1868, é uma instituição pública de ensino superior que se dedica a financiar pesquisas acadêmicas, instalada em diferentes universidades e centros de pesquisas. CF. <https://www.ephe.fr/>

<sup>34</sup> *Ibidem* p.66.

tiveram na Itália seu interesse principal, como Georges Lefebvre, Ernest Labrousse, Pierre Vilar<sup>35</sup>.

Seguindo esses passos, os estudos de história realizados por estes historiadores acabaram tomando contato com novos personagens, organizações sociais, que, por consequência, exigiam novos aparatos teóricos e conceituais que as análises tradicionais não podiam responder com seus instrumentos. Os *Quaderni Storici* caminhavam para “uma visão mais atenta à heterogeneidade”<sup>36</sup>. A presença de Villani é marcada por seu primeiro artigo publicado na revista “História econômica e história événementielle” (1970). Neste artigo, discute aspectos da história econômica italiana e também sua aproximação com temas presentes na revista francesa *Annales*.

Esta, de fato, serviu de modelo inspirador para os fundadores dos *Quaderni Storici*, especialmente pela influência de Fernand Braudel e seu *O mediterrâneo*<sup>37</sup>. Com esta obra, Braudel deu outra visibilidade à Itália “para suas dimensões especiais [...] para sua própria profundidade temporal, para as limitações do meio e as regulares repetições da vida material, para os longos movimentos da economia e os rápidos espasmos do período curto”<sup>38</sup>. As teses de Braudel poderiam ser testadas pelos historiadores italianos.

Na Itália, estas características descritas n’*O mediterrâneo* provocaram a existência de uma maior sensibilidade cultural e social para o reconhecimento dessas diferenças, especialmente marcado pelo grande desenvolvimento de história regional na Itália<sup>39</sup>. A perspectiva de Braudel, de longa duração, é contraposta à curta duração, cuja abordagem é pautada pelos recortes regionais. Historicamente, a Itália é uma região de grandes intercâmbios, com inúmeros centros urbanos, um país de cidades fortes e autônomas. E mesmo alcançando a unidade nacional, as diferenças regionais prevalecem. Existe na Itália uma dificuldade em pensar todo o contexto geral (ou nacional) sem levar em consideração os casos particulares, ou mesmo, criar de um modelo que seja válido para todas as regiões.

---

<sup>35</sup> LIMA, Op. Cit. p.70.

<sup>36</sup> Ibidem. p.51.

<sup>37</sup> ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Micro-história italiana, modos de uso*. Londrina: EDUEL, 2012.

<sup>38</sup> LIMA op. cit. p.64-5.

<sup>39</sup> ROJAS Op. Cit.

Esta particularidade italiana auxiliou a tomada de posição e criação de uma identidade historiográfica para este grupo reunido ao redor dos *Quaderni*. Em 1979 os historiadores Carlo Ginzburg e Carlo Poni, escrevem o artigo “O nome e o como”, publicado nas páginas dos *Quaderni*, fazendo um balanço destas trocas historiográficas ocorridas na década de 1970, especialmente com a França, salientando a tomada de posição da produção italiana, e conseqüentemente, o fortalecimento de uma historiografia com identidade própria. O artigo traça um panorama da desigualdade da influência que a França exercia sob a historiografia italiana<sup>40</sup>.

Para os autores do artigo, a diferença da produção historiográfica entre a França e a Itália estava marcada por uma dependência da segunda em relação à primeira, como é possível observar pela forte influência dos *Annales*. Esta constatação, no entanto, estaria em transição, pois os historiadores reunidos na revista *Quaderni Storici* desenvolviam uma proposta pautada em estudos que visavam uma escala reduzida de análise. Esta nova forma de pesquisa abria espaço para uma intensificação das pesquisas nos arquivos italianos, e foi seguida pelo desenvolvimento teórico-metodológico, que permitiria sair da órbita da influência francesa, delimitando um campo tipicamente italiano de pesquisa.

No que diz respeito à proposta metodológica defendida com a microanálise, o artigo cita alguns postulados importantes. Em primeiro lugar, a escala de análise. Somente reduzindo a escala é que poderiam ser observados “os vários perfis que as fontes seriais produziam” e mais adiante, deveriam “ser combinadas entre si de modo a revelar, ainda que indiretamente, o conjunto de estratégias comuns e individuais que constituem o concreto das relações sociais”<sup>41</sup>.

Esta pesquisa, realizada em fontes seriais, teria uma particularidade, pautar-se no método nominativo, ou seja, buscar um indivíduo, ou grupo de indivíduos em contextos sociais diversos. E assim remontar certos aspectos de uma dada realidade histórica, por meio de trajetórias particulares. Este aspecto está ligado às discussões que giravam em torno da demografia histórica e da História Social.

---

<sup>40</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>41</sup> LIMA, op. cit. p.62.

Os caminhos trilhados, no interior dos *Quaderni Storici*, que levam a esta “tomada de posição” da historiografia italiana em relação às influências externas são percorridos de forma bastante intensa na década de 1970, encabeçada por este grupo de jovens historiadores que passou a compor a frente da revista. Embora fosse um grupo bastante heterogêneo, com formações e interesses de pesquisas distintos, possuía uma série de questões em comum, em especial a redução de escala de análise como método experimental na pesquisa histórica.

### 1.3 – Do geral ao particular: Articulações com a História Social

Antes de partirmos para o estudo aprofundado nos trabalhos de Grendi, Levi e Ginzburg, é necessário ter em conta a discussão que girou em torno da História Social. O principal tema debatido era a necessidade de fugir dos estudos generalizantes e voltar-se ao estudo das particularidades. Este movimento não se restringiu aos três autores ou somente ao contexto italiano, mas ao contrário, pode ser encarado como um dos sintomas que acometeu a crise do marxismo após a década de 1950 na Europa. É no interior deste percurso que devemos inserir a micro-história italiana, pois como afirmou Grendi, ela teria sido uma resposta italiana – efetivada nos *Quaderni* – para as questões levantadas pela história social.

A história social desde os anos 1960 procurou problematizar a formação de grupos sociais, dando ênfase aos comportamentos e às dinâmicas populacionais, colocando em questão o papel da ação humana na história, repensando estudos inscritos na longa duração<sup>42</sup>. Os estudos de casos mais circunscritos levavam os historiadores a deslocar a abordagem também para períodos de curta duração<sup>43</sup>.

Desde a construção cientificista da história, modelos generalizantes de outras disciplinas foram aplicados como método de pesquisa. O que passou a ser colocado em xeque é o modo pelo qual estes mesmos modelos conflitavam

---

<sup>42</sup> Sobre a história social conferir o texto de Hebe Castro que procura refazer o percurso da História Social durante o século XX, passando pelos modelos Francês, Inglês e Italiano.

<sup>43</sup> CASTRO, Hebe. *História Social*. In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.49.

com as realidades individuais. Nesta perspectiva, os indivíduos que fugiam da “média” eram simplesmente ignorados das análises históricas. Em contrapartida, novos métodos de abordagem de fontes foram propostos, como é o caso de trabalhos envolvendo a demografia, utilizada principalmente no estudo de populações. O deslocamento da perspectiva *macrodemográfica* para a *microdemográfica* evidenciou elementos de transformação social que não podiam ser traduzidos simplesmente por meio dos dados estatísticos: “ao interesse global da população acrescentou-se um notável interesse pelo comportamento do indivíduo e pela variedade dos percursos individuais”<sup>44</sup>.

A reconstituição demográfica foi reforçada pela utilização do método nominativo, que se baseia na reconstituição de uma dada população a partir do levantamento particular de cada indivíduo por meio de seu nome, esta ferramenta de pesquisa permite evidenciar relações sociais, como conjuntos familiares, casamentos e genealogias, dando mais complexidade a realidade passada. Com efeito, os arquivos seriais passaram a ressaltar os indivíduos que as compunham, e suas organizações internas, grupos familiares, de artesãos, escravos etc. Este processo também desloca os dados quantitativos para uma análise qualitativa destas informações, dando maior atenção a outros setores dessas sociedades, em especial as classes subalternas.

A atenção dada às diferenças internas existentes nas grandes categorias de análise explicitava seus limites, por meio de estudos em escala reduzida ficavam visíveis casos documentados e questões que desviavam muitas vezes das regras previstas por modelos generalizantes. Como o mundo camponês pertencente ao Antigo Regime, quando pensado a partir da ótica da História Social com recortes mais circunscritos: “a redução de escala de análise detinha-se no nível da comunidade, mas não indagava sobre a constituição interna, a formação dos grupos sociais e a variedade de trajetórias individuais”<sup>45</sup>.

Edoardo Grendi, um dos historiadores mais atuantes na polêmica em curso, comentava sobre as análises do mundo camponês: “os camponeses parecem abraçar a causa de seus inimigos, aliar-se a seus exploradores,

---

<sup>44</sup> LIMA op. cit. p.87.

<sup>45</sup> Ibidem p.89.

desejar um regime que continue a oprimi-los em vez de uma mudança em instituições capazes de liberá-los”<sup>46</sup>.

A ironia com que Grendi descreve nessa passagem as análises vigentes sobre o Antigo Regime resume a desilusão com os modelos explicativos, os quais acabavam marginalizando esses grupos. O que estes historiadores propunham é que havia necessidade de compreender o modelo cultural camponês do Antigo Regime, a partir de seus próprios termos<sup>47</sup>. Qual o significado do universo simbólico camponês, quais as permanências que ligavam algumas revoltas a esquemas mais antigos, e o que significavam para eles estas revoltas<sup>48</sup>?

Essas perguntas receberam diferentes respostas. Por parte de alguns estudos de história social podemos citar como exemplo Edward Thompson. A proximidade do historiador inglês com as preocupações apresentadas no *Quaderni Storici* reforça sua presença no desenvolvimento da concepção de micro-história social. Thompson se valia de uma perspectiva baseada numa “economia moral” que ajudava a pensar numa “forma altamente complexa de ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros”<sup>49</sup>. Os camponeses defendiam seus modos de vida que eram questionados por transformações que ultrapassavam seus limites de ação, especialmente visíveis entre os séculos XVII e XVIII, com a industrialização em processo, por exemplo.

A perspectiva culturalista defendida no estudo dos camponeses era uma constante em muitos trabalhos publicados na Itália. Podemos citar dois pontos distintos desse processo. O primeiro devido às interpretações e sua relação com os vestígios materiais, no qual o acesso às crenças populares era feito por vias indiretas, o que ao mesmo tempo acentuava a importância das fontes seriais. Em segundo lugar, a aproximação com a antropologia para interpretar esses dados de forma qualitativa:

Voltar-se para as marcas residuais que elas haviam deixado: sejam traços da cultura material, sejam os indícios indiretos que fontes seriais produziam sobre o comportamento demográfico e econômico, sejam

---

<sup>46</sup> Ibidem p.91.

<sup>47</sup> Isto no contexto italiano, já em outros lugares, como na Inglaterra, a História Social também se desenvolveu por meio de constatações semelhantes.

<sup>48</sup> REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>49</sup> LIMA op. cit. p.93

discursos “traduzidos” nas fontes criminais e inquisitoriais. Os limites da indagação histórica tradicional reforçavam ainda mais a aproximação com a antropologia<sup>50</sup>.

Na trilha das discussões ao redor da história social, a presença de um artigo de Eric Hobsbawm nos *Quaderni* é bastante sintomática. *Da história social à história da sociedade* é publicado na Itália em 1973, fazendo um balanço sobre as tendências da história social citando seus limites e possibilidades, “a história social se impunha como experiência, uma caixa mais ou menos vazia que deveria ainda ser preenchida com toda uma série de novas propostas, e especialmente, caminhos de pesquisa”<sup>51</sup>. O debate ao redor da História Social resumia os anos 1970 na revista:

Demografia histórica, o trabalho sobre a cultura material, a antropologia histórica, os estudos sobre família e comunidade ou sobre as religiões das classes populares, e mesmo as polêmicas referentes à *Storia d'Italia Einaudi*: todos se colocavam de muitos modos neste horizonte e contribuíam para estabelecer os parâmetros do debate<sup>52</sup>.

A microanálise que surge neste contexto pode ser compreendida como uma perspectiva italiana de aplicação das possibilidades oferecidas pela história social<sup>53</sup>. Muitos historiadores ligados aos *Quaderni* vão defendê-la e trabalhar em sua conceituação, por oferecer a possibilidade de uma visão mais rica da complexidade das sociedades do passado, ou pela busca de superação de uma história meramente política. Em meio a todo este cenário que colocava em pauta o deslocamento do geral ao particular, daremos destaque nos próximos tópicos àqueles textos que sistematizaram um referencial teórico-metodológico, que serviu de base para a micro-história.

#### **1.4 – A micro-história social: *microanálise* e a redução de escala de observação**

Neste tópico faremos uma apresentação da micro-história social, para posteriormente analisarmos seus textos-base. Metodologicamente, esta perspectiva foi definida por Edoardo Grendi e Giovanni Levi, e se desenvolve de acordo com suas trajetórias intelectuais e influências teóricas das quais se

<sup>50</sup> LIMA, op. cit. 95-6

<sup>51</sup> HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 p.105

<sup>52</sup> LIMA, op. cit. p117.

<sup>53</sup> ROJAS, op. cit.

aproximaram enquanto se afastavam da historiografia que predominava na Itália até a década de 1970.

Edoardo Grendi era natural de Gênova, nasceu em 1932. Formou-se em literatura na Universidade de Gênova, e foi pesquisador na London School of Economics, na Inglaterra. Posteriormente se tornou docente na Universidade de Torino (entre 1967-1972), participando ao mesmo tempo como codiretor dos *Quaderni Storici*. Seus trabalhos mais conhecidos são dedicados ao estudo das famílias na Itália moderna, juntamente com pesquisas sobre o antropólogo húngaro, Karl Polanyi. Grendi pode ser considerado o primeiro micro-historiador dentro da revista *Quaderni Storici* e foi um verdadeiro “mediador cultural”, entre a Inglaterra e a Itália<sup>54</sup>, trazendo também para o debate italiano, referenciais como Eric Hobsbawm, Edward Thompson e Norbert Elias. O contato com esses autores auxiliou Grendi a desenvolver uma distância crítica com relação ao marxismo ortodoxo, e aproximar-se da chamada “história vista de baixo”, dando atenção a pessoas anônimas e às classes subalternas, buscando compreender a experiência dos trabalhadores<sup>55</sup>.

Giovanni Levi, por sua vez, é natural de Milão, nascido em 1939 e formado em Letras e Filosofia pela Universidade de Turim (1964), onde também atuou como docente, desde sua formação até 1986. Participou da revista *Quaderni Storici* como codiretor entre 1974 e 1990. Seus principais trabalhos se dedicam ao estudo das relações de troca na região do Piemonte italiano entre os séculos XVII e XVIII. Levi foi marcado pelo contato com estudos estatísticos e econômicos que o direcionam para a demografia histórica e para o estudo intensivo de fontes seriais, dando destaque para métodos de reconstituição de famílias e pesquisas histórico-demográficas sobre povoados. Pode-se dizer que este historiador atuou com maior ênfase na sistematização da micro-história em torno da reflexão sobre a redução de escala de observação, valendo-se do estudo demográfico e da antropologia econômica<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> Em 1958, Grendi vai para a Inglaterra com uma bolsa de estudos na London School of Economics (LSE). Em 1970, passa a cooperar na Direção dos *Quaderni Storici*, e a partir de 1976 torna-se professor de História Moderna na Universidade de Gênova.

<sup>55</sup> LIMA, Op. cit.

<sup>56</sup> Ibidem p.227

Embora ambos partam de questões oriundas da História Social, especialmente pela influência de Edward Thompson, também existem diferenças importantes em cada um. Grendi e Levi pensaram a história a partir da busca das singularidades e do estudo de casos individuais, mas, por outro lado, partem de uma aproximação com teóricos distintos, Grendi pelo trabalho de Karl Polanyi e Levi por Fredrik Barth, dois antropólogos. A singularidade destes historiadores italianos pode ser recuperada por meio da reconstrução das *teorias da história* propostas por cada um, que fazem parte de seu esforço de criar e aplicar uma metodologia para estudos em escala reduzida. Desse modo, passaremos brevemente por suas principais influências e discutiremos seus textos mais representativos para a micro-história. Começaremos por Edoardo Grendi.

Após um período de estudos na Inglaterra, Grendi adota uma perspectiva particular para a pesquisa histórica. Ele pretende pensar a história regional a partir de referenciais da História Social, mas com recortes circunscritos a pequenas comunidades, que seriam ideais para identificar as relações que “se estabeleciam entre as realidades econômicas e os movimentos sociais”<sup>57</sup>. Tem como horizonte de pesquisa o mundo do trabalho, a vida das classes subalternas e suas respostas para as transformações da cidade com a industrialização sem, contudo, basear-se em conceitos tradicionais do marxismo, como classe ou luta de classes<sup>58</sup>.

Grendi considerava que o marxismo clássico partia de uma concepção de classe social como uma categoria homogênea, que deveria ser problematizada a partir de sua complexidade, as relações que os indivíduos estabeleciam entre si e as variações que ocorriam de uma região para outra. Enfim, Grendi presava pela busca de uma estratificação social, guiado por questões e procedimentos quantitativos e qualitativos. Sua posição crítica, com relação ao marxismo, aos modelos funcionalistas, ou ao historicismo, fica evidente em muitos de seus trabalhos, como evidenciado nesta passagem:

Qualquer sistema social adquire, de fato, em uma perspectiva interpretativa diacrônica, uma hiper-racionalidade própria, obtida da distribuição do poder no interior do próprio sistema. Seja qual for a conflitualidade, o que conta é o seu êxito e esse responde à lógica de

---

<sup>57</sup> Ibidem p. 158

<sup>58</sup> Grendi funda em Gênova um grupo de estudos regionais, do qual participou até sua morte em 1999.

uma organização posfactual dos acontecimentos. Curiosamente, podemos imputar ao historicismo um defeito análogo àquele imputado ao funcionalismo: “tudo se sustém mutuamente entre si”, tanto em um caso como no outro. Enquanto a chave funcionalista organiza “todo o empírico” segundo a teleologia do equilíbrio, a chave historicista organiza teleologicamente as relevâncias (os Estados, as relações de produção) segundo uma sucessão lógica, expelindo todo o resto e limitando-se, assim, a registrar a conflitualidade (afirmada, mas nunca analisada)<sup>59</sup>.

A leitura das obras de Thompson é marcada por muitos pontos de aproximação com seus próprios interesses de pesquisa, por exemplo, a visão crítica que o historiador inglês possuía com relação ao marxismo. Os textos de Grendi publicados nos *Quaderni Storici* a partir da década de 1970 demonstram claramente seu diálogo com a antropologia e enfatizam o crescimento de sua preocupação em torno da cultura.

A Antropologia poderia fornecer ferramentas importantes para o estudo de questões relacionadas às classes populares, e ao mesmo tempo, desconstruir a associação comumente feita entre popular e folclore. Os significados do universo simbólico popular deveriam ser problematizados a partir de suas próprias perspectivas, como as classes populares encaravam e liam sua própria realidade<sup>60</sup>. A partir de Thompson, e repensando o movimento trabalhista, o surgimento da sociedade de mercado teria entrado em conflito com os comportamentos e sentimentos coletivos que davam sentido às sociedades pré-industriais: “O ‘movimento operário’ é estudado como reflexo da transformação social concreta que não seria tal se não provocasse novas orientações culturais”<sup>61</sup>, o que foi muitas vezes recebido com conflitos, sempre em defesa dos seus valores e tradições, os quais se tornaram incompatíveis com a sociedade capitalista que se desenvolvia<sup>62</sup>.

De volta à Itália, Grendi se dedica a expor seus estudos derivados da Antropologia. Depois de Thompson, outra influência bastante presente em sua obra foi o antropólogo Karl Polanyi, comparando a análise deste autor com Marx. A interpretação de Polanyi (em sua obra *A grande transformação*) teria

<sup>59</sup> GRENDI, Edoardo. *Paradoxos da história contemporânea*. In: OLIVEIRA, Mônica & ALMEIDA, Carla. Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009.

<sup>60</sup> THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>61</sup> GRENDI apud LIMA, op. cit. P.172.

<sup>62</sup> THOMPSON, op. cit.

somado à interpretação de Marx os aspectos sociais do advento do capitalismo<sup>63</sup>.

Polanyi parte da Sociologia Clássica e da Antropologia, defendendo a tese de que o desenvolvimento do sistema econômico capitalista constitui uma utopia antissocial, que subordina a sociedade ao mercado. Ou seja, além de todo o problema da exploração descrito por Marx, o capitalismo também teria acarretado na destruição dos laços sociais das comunidades, dos ofícios, das vizinhanças, a fim de tornar dominante o sistema de produção capitalista<sup>64</sup>. Incorporar os aspectos sociais à análise do advento do capitalismo significava relativizar a visão economicista desse processo histórico. O aspecto social é colocado em jogo, e as transformações e conflitos que dela advêm são principalmente culturais. Grendi dá uma especial atenção a este ponto da argumentação do antropólogo.

Em seu texto de 1972, “Antropologia econômica”, Grendi escreve sua proposta, “uma relação entre antropologia e história, entre etnologia e história, entre sociologia rural e história, resgatando o valor do micro”. Vai contra a imposição de modelos “abstratos e automáticos” que guiavam tendências gerais à História, “buscando a ação concreta e atuante das classes sociais e, portanto, os processos reais da geração e construção da mudança social”<sup>65</sup>.

Em uma resenha de *A Grande transformação*, publicada em 1974, Grendi defende que a análise de Polanyi realizada nesta obra poderia contribuir no contexto historiográfico italiano, especialmente pela aproximação realizada com a antropologia. A contraposição de Polanyi a Marx é importante, pois essa interlocução está intimamente ligada à construção da proposta microanalítica que o historiador genovês desenvolve, partindo das considerações: apontar o caráter econômico como determinante por meio da perspectiva antropológica; dar maior atenção aos aspectos sociais, e, por conseguinte, dar visibilidade às questões culturais e simbólicas<sup>66</sup>. Antes de colocar em questão o

---

<sup>63</sup> Publicada originalmente em 1944, traduzido para o italiano – e resenhado por Grendi – em 1974. Também é traduzido e publicado em português, no Brasil, em 1980.

<sup>64</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

<sup>65</sup> ROJAS, Carlos Aguirre. *Micro-história italiana – modos de uso*. Londrina: EDUEL, 2012 p.56.

<sup>66</sup> Todas estas questões aparecem pela primeira vez reunidas no livro de Grendi: *Introduzione alla Storia moderna della repubblica di Genova*, de 1973.

desenvolvimento de uma teoria da história elaborada por Grendi, veremos o caso da trajetória historiográfica de Giovanni Levi.

Com relação ao caso de Levi, também podemos afirmar que está marcado pela busca de uma distância do marxismo, partindo da constatação de que este modelo explicativo ignorava as experiências internas das classes<sup>67</sup>. O marco dessa mudança, no caso de Levi, foi a realização de uma pesquisa de História Oral, juntamente com antropólogos, sobre a cultura operária em Turim, no período Entre Guerras. A História Oral aparecia como ponto de junção entre a História Social e a Antropologia, ou seja, estudos regionalmente circunscritos (em vilas, comunidades, cidades, etc.) a partir da observação da vida cotidiana, das relações interpessoais, dando destaque para personagens antes anônimos para a história. Posteriormente publicado nos *Quaderni Storici* em 1977, este trabalho colocava em questão a relação entre cultura popular e a vida cotidiana, pensada como foco de resistência das culturas dominantes.

Esta relação entre cultura, cotidiano e mentalidades não se referem apenas às discussões realizadas ao redor dos *Annales*, mas também, sobre a História Social, partindo inicialmente do contato com o historiador inglês Edward Thompson, que se tornou uma importante referência para a mudança de perspectiva objetivada, ancorada na necessidade de repensar a teoria marxista. O que interessou a Levi em especial foi sua maneira de compreender as classes sociais. Chamava sua atenção o modo como Thompson pensava os aspectos culturais em suas análises, ao contrário de historiadores marxistas que tradicionalmente enfatizavam apenas o viés econômico<sup>68</sup>. A cultura das classes populares se baseava numa série de costumes e práticas, que muitas vezes entravam em conflito com transformações que ocorriam.

Os trabalhos posteriores de Levi são realizados a partir de uma escala reduzida de observação, recorrendo a pequenos povoados, ou trajetórias pessoais, cuja pesquisa é realizada pelo levantamento e cruzamento de fontes seriais, buscando as lógicas que guiam comportamentos individuais e de grupo. Seu caminho em direção à redução de escala de análise segue por sua aproximação com a antropologia, em especial a contribuição do antropólogo

---

<sup>67</sup> Além disso, o envolvimento de Levi na militância política entre trabalhadores da Fiat também auxiliou a constatação que existia um hiato entre a teoria marxista e a percepção individual da realidade pelos indivíduos pertencentes à determinada classe social (LIMA, 2006).

<sup>68</sup> LIMA, op. cit. p.251

norueguês Fredrik Barth. Ambos partiam da crítica aos modelos funcionalistas e propunham redimensionar o olhar em seus estudos a fim de dar voz a complexidade social. Seu primeiro passo nesta direção são os estudos circunscritos na região do Piemonte, tendo como foco a questão da formação urbana de Turim. Levi se distancia das questões tradicionais da demografia, e se aprofunda nas relações migratórias nestas regiões nos períodos pré-industrialização. Estas questões também se relacionam com aspectos característicos do “mundo camponês”, oferecendo dados “não apenas quantitativos, mas também sociais, culturais e demográficos”<sup>69</sup>.

A interpretação do economista russo Aleksandr Chaianov sobre os modelos econômicos no Antigo Regime é incorporada na busca pela complexidade das sociedades históricas empreendida por Levi. Sua contribuição está em contestar o modo como Marx definia a organização dos modos de produção capitalista, ou seja, o modo de produção primitivo, o feudal, escravista e industrial. O modelo camponês, por exemplo, não visava o lucro, mas procurava manter equilíbrio entre o consumo familiar e a força de trabalho disponível. Esta lógica de organização da produção dependia exclusivamente dos ciclos familiares, que é de onde provinha a força de trabalho.

Citando Levi:

Acredito, portanto, que seja justo aceitar a indicação do tema, mas para lançar-se nas pesquisas sobre as especificidades locais, não com o objetivo de encontrar analogias excessivamente gerais [...] mas para definir dentro de qual âmbito geral de regularidade as diversidades locais se movem; não tanto as leis da família, portanto, mas antes os modelos culturais e históricos nos quais o interesse do estudioso não deixa de lado a realidade concreta de uma sociedade singular, lado a lado a quanto de metodologicamente relevante há no estudo de sociedades contemporâneas entre si, similares e diversas<sup>70</sup>.

Dois aspectos devem ser destacados desta afirmação. Primeiro, o foco nos modelos “culturais e históricos” e, em segundo lugar, o estudo de “sociedades singulares”, ou seja, estudos em escala reduzida. Em suma, o impulso microanalítico – guiado pelo estudo regional, somado a leitura antropológica – dando atenção aos aspectos culturais específicos de cada recorte – e finalmente, baseando-se nos dados fornecidos por fontes seriais.

---

<sup>69</sup> LIMA, Op. cit. p.236.

<sup>70</sup> LEVI apud LIMA, op. cit. p. 239-40.

Na conceituação desse tipo de pesquisa empreendido por Levi, podemos observar a *apropriação* de ferramentas oriundas da antropologia de Fredrik Barth, vejamos quais são e como são operados como ferramentas analíticas.

O conceito de *escala é apropriado* para criar um modelo metodológico: “a consideração de pequena escala se propõe, portanto como um modo de colher o funcionamento real dos mecanismos que em um nível ‘macro’ deixam coisas demais por explicar”<sup>71</sup>. Desse modo, a intenção é voltar-se para o grande número de realidades individuais, e demonstrar que a realidade social não é um quadro homogêneo, muito menos que suas regras funcionam perfeitamente. A sociedade passa a ser vista como a somatória de diversas realidades individuais<sup>72</sup>.

Na sequência, a ideia de *jogo* está bastante presente nesta leitura da sociedade. Cada indivíduo teria certo grau de conhecimento das regras que constituem sua realidade. Ao lado destas regras, possuiria um conjunto de ações possíveis com as quais pode se movimentar dentro da realidade, partindo de intenções e objetivos conscientes, ainda que essas ações e possibilidades tenham variações desiguais dependendo do ator social em questão. E, ao lado da ideia de *jogo*, temos a noção de *estratégia*, na qual um indivíduo, partindo de uma “racionalidade limitada” (cujos limites podem ser culturais, sociais ou econômicos) realiza suas ações de modo a agir dentro de seu horizonte de experiências a fim de seguir suas próprias escolhas, mesmo que os resultados sejam bastante incertos.

Em suma, Grendi e Levi partem da história social para repensar a historiografia que predominava na Itália e assim conceituar seus próprios métodos de pesquisa. O que os aproxima é a concordância na necessidade de reduzir a escala dos objetos de análise, e o *lugar de produção* que se tornou um laboratório de experimentação da micro-história, a revista *Quaderni Storici*. A seguir, nos concentramos nestas diferenças e trazemos à discussão os textos-manifestos que posicionam suas propostas para a micro-história.

---

<sup>71</sup> LEVI apud LIMA, op. Cit. p.260.

<sup>72</sup> Desta descrição deriva também a noção de *redes sociais*. Este conceito deriva da antropologia social inglesa. Cada indivíduo representa o ponto de encontro de uma série de outras relações, constituindo assim, uma série de redes complexas, muito mais abrangente do que o modelo marxista de classe social.

### 1.5 – *Microanálise e história social*

Dando continuidade à busca de uma teoria da história presente nas propostas de pesquisas empreendidas pelos dois historiadores, destacamos o texto “Microanálise e história social” publicado por Edoardo Grendi em 1977, um manifesto em defesa da microanálise.

Neste artigo Grendi sintetiza vários elementos que estavam dispersos em trabalhos anteriores, o que o torna muito importante para rastrear as origens da micro-história italiana. Em linhas gerais, Grendi defende nas páginas de *Microanálise* que para captar a complexidade das sociedades do passado é necessário partir de uma análise das relações entre os indivíduos, e destes com as estruturas que organizam seu tempo. Outro ponto de destaque é que a publicação deste texto no contexto brasileiro é bastante recente: somente em 2009 sua tradução foi publicada, em um dos capítulos de *Exercícios de micro-história*, o que é um agravante para a compreensão parcial – e distorcida – sobre a micro-história como *prática historiográfica*<sup>73</sup>.

O primeiro aspecto que podemos mencionar sobre a proposta de Grendi é a busca da complexidade das sociedades do passado. Com efeito, primeiramente devemos retomar o deslocamento que Thompson realiza com o termo classe social, ampliando-o para “grupo social”: “o grupo era antes de tudo o ponto de encontro entre o indivíduo e sociedade, na qual as estratégias individuais convergiam e acabavam por moldar as formas sociais”<sup>74</sup>. Partindo da História Social, a ênfase se deslocava para as formas de resistência e transformação da realidade social, e não simplesmente das estruturas coercitivas que constituem a realidade. A microanálise se apresenta como ferramenta para realizar esta passagem, por meio do método nominativo das fontes seriais, que são recursos documentais privilegiados de análise.

Grendi defendia a necessidade de repensar categorias como passividade, espontaneidade e organização. Todas poderiam ser enriquecidas ou relativizadas a partir da análise das experiências cotidianas, que fugiam dos quadros de interpretação existentes até então sobre as lutas dos trabalhadores.

---

<sup>73</sup> O referido texto de Edoardo Grendi foi traduzido e publicado no Brasil em 2009. CF. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>74</sup> LIMA, op. cit. p.121

Nesse sentido, a microanálise, entendida como uma análise de história social em escala reduzida viria somar-se e levar adiante a proposta de Thompson de problematizar o conceito de classe, e assim, auxiliar na reconstituição de outros contextos históricos.

Grendi propõe a criação de uma nova mediação conceitual para que se execute na história uma nova análise empírica. Embora a discussão sobre esta variação de escala de análise já estivesse presente nos *Quaderni* nesta época, não haviam indicado seu “suporte analítico ou seus modos operativos”<sup>75</sup>. As análises das sociedades do passado poderiam ser enriquecidas com outras caracterizações dos grupos sociais, com dados (como idade, sexo, riqueza, profissões) e comportamentos (residência, escolha do cônjuge, alianças/rivalidades). A utilização destes dados distintos permite tornar esses grupos históricos mais complexos, dilatando os aspectos sociais<sup>76</sup>. Grendi dedica parte de seu texto para descrever trabalhos que procuraram dar relevância à complexidade dos grupos e das classes sociais, destacando dados demográficos e estatísticos, reafirmando a necessidade de ferramentas e métodos oriundos da antropologia, da demografia e da sociologia<sup>77</sup>.

A microanálise se liga ao universo das relações interpessoais partindo da demografia. Embora recorra a dados estatísticos, procura utilizá-los de modo qualitativo, elaborando, por exemplo, a reconstituição das relações diretas e indiretas que se davam em determinado espaço num determinado tempo. A Pesquisa seria guiada

“sobretudo a partir do estudo de fontes que até o momento eram pouco utilizadas, como contratos notariais, atos de jurisdição civil e criminal, cadastros, *parlamenti*, registros contábeis, atos privados que remetem a fontes ‘centrais’ de caráter judiciário, contábil, fiscal, político, censitário”<sup>78</sup>.

Alguns fenômenos ditos “não institucionalizados”, como a inveja, traição, entre outros, são difíceis de serem pensados historicamente e, por este motivo, necessitam de uma metodologia interdisciplinar para que possam ser

---

<sup>75</sup> GRENDI, Edoardo. *Microanálise e História Social*. IN OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Op. cit. p.20

<sup>76</sup> GRENDI, op. cit.

<sup>77</sup> E, nesse ponto, se aproxima de descrições como a de Edward Thompson, que também propõe observar as complexidades existentes numa classe social.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p.23.

apreendidos. A relação entre história, antropologia e etnologia, pode auxiliar a encontrar registros destes comportamentos divergentes. Qualquer tipo de documentação pode se tornar “excepcional”, ou seja, ilustrativa e reveladora de comportamentos e desvios. Os comportamentos desviantes podem ser sintomáticos na história por colocarem em evidência os limites de certos padrões culturais, ou, ainda, por serem indicativos de transformações que operam na sociedade em questão.

Nesta busca de complexidade, duas categorias analíticas carecem ser definidas antes de prosseguirmos nossa descrição da microanálise de Grendi: *escala* e *espaço*. Escala é uma subcategoria na qual se inscrevem as divisões sociais. A partir delas é que se faz a análise histórica, podendo variar do indivíduo à família, desta à comunidade, e assim por diante, da mesma maneira como as interações entre as escalas também poderiam ser tomadas como objetos. Segundo o autor, as escalas também estão inscritas no plano de relações interpessoais “mais ou menos institucionalizadas e que poderiam, portanto, ser cartografadas”<sup>79</sup>. Já a segunda categoria, *espaço*, é de ordem mais simples, tendo em vista que são mais evidentes, pois se referem a aspectos físicos da sociedade, *onde* ela se localiza - uma comunidade medieval, uma cidade, uma família, um país.

Portanto, o primeiro esforço de Grendi ao definir a microanálise foi buscar como recuperar a complexidade social. Na sequência, o segundo aspecto é o redirecionamento que o autor faz nas análises econômicas, dando visibilidade para as relações pessoais que também as compõem. A economia ocupa um lugar de destaque em sua elaboração teórica. A análise econômica justifica a assimetria da troca, “oferta/demanda livre”, contra um jogo, “demanda/preço fixado”. O fato de que exista uma regra econômica que procure regular as relações de troca não exclui o fato de que elas podem ser ampliadas segundo a necessidade da circunstância ou pelas relações sociais existentes entre mercadores e consumidores. Grendi adiciona uma variável que foge às relações de mercado, “a ocasionalidade ligada aos mercadores”<sup>80</sup>.

Dito de outra forma, Grendi coloca em perspectiva outros fatores que influenciam as trocas comerciais e que não estão inscritos nas leis de mercado

---

<sup>79</sup> LIMA, op. cit. p.196

<sup>80</sup> GRENDI, op. cit. p.29

das grandes teorias econômicas. Desse modo, as redes de compra e venda criam também uma rede de relações pessoais entre compradores e vendedores, além das regras normais de compra e venda e compensações no tempo (prazo), ou mesmo a própria solidariedade criada entre estes atores, reforçando o elemento pessoal nas transações. Apesar de tudo essas soluções eram variáveis. “É possível intuir que existia uma correspondência entre clientela e endividamento<sup>81</sup>”.

As relações econômicas eram antes de tudo relações interpessoais, o que torna possível não privilegiar totalmente o aspecto econômico nessas situações. E, mesmo entre as classes mais altas, as relações de troca econômica não são passíveis de serem reduzidas à lógica de mercado, sem levar em conta outras relações que ali se estabeleciam: “É preciso considerar se a análise econômica adquire maior significado quanto mais referências a procura e oferta assumem caráter de ‘massa’, e que possibilidades estratégicas derivam daí<sup>82</sup>”.

As transações horizontais vão além das trocas comerciais. O comércio se solidifica por meio da institucionalização das relações interpessoais, o que significa que também encontra objeções culturais. A história econômica coloca o problema das relações nas sociedades agrárias como um problema entre população e recurso, utilizando a escala territorial. No método microanalítico, em contrapartida, estas mesmas relações podem ser pensadas a partir das unidades domésticas, singulares, que investem trabalho e obtêm bens para a reprodução do seu status tradicional. Este status é uma definição cultural e decorre de termos estritamente relacionais que derivam do contexto da comunidade em que estão. Esta base produtiva origina atitudes culturais e, muitas vezes contém solidariedades que explicam as formas de integração social.

Grendi cita alguns exemplos: as famílias podem se adaptar e sobreviver de muitos modos dentro das redes de relações que permeiam o mundo econômico, as distinções existentes entre comunidade, recursos e propriedade não são “automáticas e inevitáveis”, elas são consequências de regras gerais de uma dada sociedade, o que torna necessário sempre verificar cada caso

---

<sup>81</sup> Ibidem, p. 30

<sup>82</sup> Ibidem, p. 32.

como único<sup>83</sup>. Existem outros fatores que auxiliam nas decisões dos atores sociais, que, embora limitadas, atuam como um “campo de alternativas” utilizadas a partir de suas próprias escolhas e da sua percepção da realidade. Isto faz das relações interpessoais um conjunto de ações complexas, e as categorias acima citadas são apenas algumas dentre as várias possibilidades, componentes de um contexto sócio histórico.

O foco microanalítico são as relações interpessoais, partindo da economia compreendida como uma rede de possibilidade integrativa entre diferentes esferas. Poderiam ser cartografadas e seus protagonistas colocados em evidência. Ainda, tais relações podem ser indicativas do funcionamento de uma dada sociedade e, de mesmo modo, os comportamentos “desviantes” poderiam indicar transformações desta mesma sociedade.

Em suma, o papel da microanálise proposta por Grendi é reconduzir a pesquisa histórica, por meio de dados seriais, para os comportamentos ou para as relações interpessoais. A delimitação desta análise está circunscrita numa escala reduzida, que torna estas relações passíveis de serem cartografadas, presando por destacar a complexidade das sociedades. A microanálise conflui com as críticas sobre os modelos demasiadamente esquemáticos, que sacrificam a realidade em prol da teoria<sup>84</sup>. Nesse sentido, a História Social seria enriquecida com a proposta de uma metodologia geral, e posteriormente, a micro-história atuaria como um exercício “didático-laboratório”, que uniria os quadros sintetizados, mas sem perder a atenção ao “indivíduo e ao episódio”<sup>85</sup>.

### **1.6 – Uma questão de escala**

Em 1981, Levi publica “Um problema de escala”<sup>86</sup>. Em síntese, Levi resume neste texto sua contribuição ao desenvolvimento da micro-história, especialmente porque no ano de sua publicação o debate já está bastante maduro, o que permite a Levi fazer um balanço de sua própria perspectiva,

---

<sup>83</sup> GRENDI, op. cit. p. 34

<sup>84</sup> Ibidem. p.36

<sup>85</sup> Ibidem. p.49

<sup>86</sup> Título em espanhol *Un problema de escala*. A tradução para o espanhol é feita pelo historiador mexicano, Carlos Antonio Aguirre Rojas em 2003.

com base nos debates de que participou na década de 1970. Sua proposta é avançar nas discussões, posicionando a escala de análise dos fenômenos como parte fundamental da pesquisa histórica. Os fenômenos selecionados como objetos de pesquisa são problematizados a partir de seu próprio contexto, e sua interpretação é realizada pelo exame das relações interpessoais, que ajudam a definir o conjunto de estruturas da realidade de onde partem os acontecimentos.

Não levar em conta as variações de escala deixa em aberto muitas lacunas na pesquisa histórica. Primeiro, que os casos locais seriam meramente um reflexo do nível macro, apenas exemplos, distorcendo as realidades locais e individuais em prol destes modelos explicativos. Em segundo lugar, esta mesma lógica leva ao pressuposto de que existe uma ordem de relevância nos temas, assumidos na história como dicotomias, cidade-campo, culto-ignorante, erudito-popular, cada uma numa esfera específica sem nenhum contato entre si<sup>87</sup>.

A redução de escala é uma proposta para captar o real funcionamento de mecanismos que as análises de nível macro deixam escapar. Esta insuficiência pode ser comprovada em alguns argumentos, como por exemplo, “el consenso popular de apoyo al fascismo; una clase obrera que ha asimilado la cultura de la burguesía victoriana, um mundo campesino arcaico que debe desaparecer frente al progreso, y temas por el estilo”<sup>88</sup>.

Alterar a escala permite dimensionar as mudanças que ocorreram até que um sistema de poder pudesse se transformar e se impor como algo suportável, como no caso da transição de comunidades camponesas para o sistema de produção capitalista. Este processo é visto, geralmente, de maneira simplista, já que em sua maioria se impunha de alto a baixo. A micro-história viria a complementar: “ciertamente existen reglas y normas que son contradictorias entre sí, que plantean más bien como un cuadro elástico que exige estrategias y elecciones continuas, personajes, de grupo, colectivas”<sup>89</sup>. Uma vez encontrados estes novos mecanismos, o trabalho do historiador é

---

<sup>87</sup> Ginzburg é quem vai teorizar mais a fundo as relações entre estas dicotomias, como veremos mais à frente.

<sup>88</sup> LEVI, Giovanni. *Un problema de escala*. Revista Relaciones: estudios de historia y sociedad: México, 2003 p. 283.

<sup>89</sup> LEVI, op. cit. P.284.

inserirlos em seu contexto, compreendendo assim o real sentido de suas funções. Aceitar que as regras que existiam nessas sociedades eram inúmeras e contraditórias. As pessoas se rebelavam, lutavam e escolhiam dentro dos interstícios das incoerências dessas mesmas regras, sejam as provenientes da natureza, das instituições ou dos regimes de poder existentes<sup>90</sup>.

Cada fenômeno tem certo impacto sobre os mecanismos sociais, e a dimensão deste impacto pode ser lida de diferentes maneiras. Para que seja compreendido adequadamente, deve ser feita a verificação local de seus efeitos, encontrando seus significados, as resistências e suas respostas. De modo que disputas entre famílias numa comunidade do antigo regime, por exemplo, podem ter consequências somente para aqueles grupos envolvidos, ou, da mesma forma, acarretar uma série de consequências que coloquem em risco a estabilidade daquela comunidade. As variações desses resultados são problemas de escala.

Este tipo de pesquisa seria equiparado com a experimentação em laboratório de hipóteses, onde cada elemento individual está sendo recomposto, e cujas regras não são dadas de antemão, tampouco trazidas de fora desta “cena”. Ao constatar isto, devemos recorrer também a uma forma específica de apresentação do texto, para que possa ser compreendido por seus leitores ao mesmo tempo em que sejam evidenciados os processos da pesquisa. Levi adiciona mais um elemento que vem caracterizar a micro-história: a escrita narrativa, que aparece aí como um elemento unificador de duas necessidades;

Más allá del problema de la relación del historiador con sus fuentes, existe el problema de cómo presentar el material que ha sido recolectado, y cuál es el camino, siempre ampliamente ambiguo y alusivo, para lograr instaurar un puente entre el discurso del historiador y la comprensión del lector. [...] la microhistoria [...] no concibe al lector como un pasivo receptor de mensajes definitivos, sino que lo imagina como alguien activamente capaz de leer los significados redundantes del cuadro narrado, para confrontar, incluso a veces en sentido contrario, otras situaciones, en las cuales no las respuestas, sino más bien los problemas y los conceptos interpretativos puedan ser también aplicables<sup>91</sup>.

Sua proposição para a micro-história se baseia na ideia da multiplicidade de atores sociais e de suas incontáveis formas de lidar com a realidade na qual

---

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> LEVI, op. cit. P.286-7

estão imersos, articulando individualmente uma série de respostas às condições as quais são expostos: “no curso da vida de cada um, ciclicamente, nascem problemas, incertezas, escolhas, uma política da vida cotidiana que tem o seu centro no uso estratégico das regras sociais”<sup>92</sup>.

Demonstra-se a grande complexidade das realidades históricas, para muito além dos modelos explicativos, tendo como elemento de mudança social as próprias ambiguidades dos sistemas normativos, buscando “o lugar da ação individual na história”. Como Levi costumava dizer: “Por que tornar as coisas simples, quando se pode complicá-las?”<sup>93</sup>. Com base na ideia de que nenhum sistema normativo é abrangente o suficiente para eliminar todas as ações individuais, Levi insiste que as realidades sociais são o resultado da soma de todas essas ações, e de suas inter-relações, colocadas no mesmo nível da transformação social.

### 1.7 – Carlo Ginzburg e o *método indiciário*

Carlo Ginzburg é sem dúvida o nome mais conhecido quando mencionamos a micro-história. Seus trabalhos são muito importantes para a compreensão desta *prática historiográfica*, e configura seu modo particular de interpretação histórica, que parte de questões culturais e simbólicas, guiadas pelo que chamou de *método indiciário*. Esta forma de interpretação se desenvolveu na medida em que se aprofundava nos estudos de tradições e crenças populares e tem como legado um modelo próprio de história cultural.

Este modelo pode ser cronologicamente marcado pela publicação de algumas obras, inaugurado em *O queijo e os vermes* (1976), vai se enriquecendo ao longo dos anos, podendo ser identificado em “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário” (1979) e depois no texto “O nome e o como”. Este se insere num dos primeiros balanços acerca das discussões que se realizavam em torno da micro-história<sup>94</sup>, e que terminam com a publicação de *História noturna – decifrando o Sabá* (1989)<sup>95</sup>. Com efeito, procuramos

<sup>92</sup> LEVI apud LIMA op. cit. 272.

<sup>93</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história In: BURKE, Peter (Org.). *Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

<sup>94</sup> Publicados em português na coleção de ensaios: *A micro-história e outros ensaios*, em 1989.

<sup>95</sup> ROJAS, op. cit.

desenvolver este tópico em duas partes: a primeira, observar os trabalhos de Ginzburg que se dedicam à cultura popular e heresias na Era Moderna. A segunda, destacar a base teórica de sua obra acerca da micro-história, em seu principal texto metodológico, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*.

O contato de Ginzburg com a história<sup>96</sup> ocorre pelo encontro com o historiador Delio Cantimori, durante um curso sobre Jacob Burckhardt<sup>97</sup>. O trabalho de Cantimori sobre os hereges do século XVI, *Eretici Italiani del Cinquecento* (1939) (Heréticos Italianos do século XVI), viria a influenciar Ginzburg mais tarde em suas pesquisas acerca das heresias na Era Moderna. Cantimori elabora nesta obra uma análise histórica partindo da filologia<sup>98</sup>, que “investigava a história dos heréticos italianos em suas relações com o movimento geral do tempo, o contexto cultural e político conflitual do século XVI”<sup>99</sup>.

Seus trabalhos sobre heresias se guiavam pelo conceito de “mundo subterrâneo”, que se referia justamente ao conjunto de realidades que atravessavam o tema da heresia, recusava visões dicotômicas e simplistas, e procurava compreender os conflitos entre a religião oficial e as heresias como um complexo jogo de ambiguidades, pelo estudo da linguagem que geralmente apareciam de modo indireto na documentação. Esta postura, que se baseava na busca de indícios na documentação, influenciou fortemente Ginzburg.

Outra influência decisiva foi a escola francesa dos *Annales*, em especial a obra de Marc Bloch, *Os reis taumaturgos* (1924). Na época *Os reis taumaturgos* era considerada uma obra marginal, um tema folclórico, “uma anedota com a qual Bloch julgava poder fazer história”<sup>100</sup>. No entanto, sua originalidade foi percebida por Ginzburg, pela sua capacidade de abordar novos problemas por novas perspectivas. Após este contato intelectual, se dedicou a estudar mais profundamente o tema da feitiçaria popular.

Com base nestas questões, Ginzburg empreende um trabalho de arquivo em busca de vestígios que lhe permitiriam problematizar as heresias e

---

<sup>96</sup> Antes Ginzburg frequentava o curso de “lettere e filosofia” (letras e filosofia) em Pisa.

<sup>97</sup> Analisava a obra *Considerações sobre a história do mundo*

<sup>98</sup> Além disso, está presente na obra de Cantimori a preocupação em investigar os modos pelos quais as pessoas mais simples das classes subalternas pensavam e respondiam às questões de seu tempo.

<sup>99</sup> LIMA, op. cit. p.287

<sup>100</sup> LIMA, op. cit. p.289.

a cultura popular do ponto de vista das vítimas, dos perseguidos pelo discurso religioso dominante na Era Moderna. Seu primeiro trabalho nesta perspectiva foi “Feitiçaria e piedade popular”, de 1961<sup>101</sup>. Basicamente, neste texto, Ginzburg analisava a documentação que acusava a camponesa Chiara Signorini de lançar feitiços contra sua ex-patroa após ter sido despedida por esta<sup>102</sup>.

A feitiçaria popular poderia ser interpretada como luta de classes. Esta interpretação seguia a influência de Hobsbawm em *Rebeldes Primitivos* (1959), na qual a cultura das classes populares resistia à cultura dominante mantendo suas tradições e crenças. Por outro lado, permite constatar o fato de que os inquisidores distorciam os depoimentos de Chiara a fim de enquadrá-los nos seus próprios termos de feitiçaria:

No relato de Chiara Sgnorini, é difícil separar aquilo que ela inventa na esperança de encontrar uma saída qualquer e daquilo em que, pelo contrário, acredita ou gostaria de acreditar – como uma Virgem protetora, de formas humanas, tal como ela pode concebê-la, que venha remediar e vingar os males que lhe são feitos, aliviando-a em sua vida infeliz e miserável<sup>103</sup>.

Entre o discurso dos inquisidores e a fala de Chiara podem ser observados elementos da cultura popular na qual ela estava inserida. A documentação estudada neste caso pode ser vista como um testemunho indireto de crenças populares que existiam ainda no período em que foi acusada:

Nas confissões das feiticeiras, frequentemente criam-se sobreposições de determinados esquemas – teológicos, conceituais, etc. – por parte dos juizes, e essas sobreposições terão de ser levadas em conta, para se tentar esclarecer a fisionomia real da feitiçaria popular (distinta da feitiçaria “cultu” dos tratados de demonologia)<sup>104</sup>.

O processo de Chiara permite comprovar a existência de alguns problemas e nexos sobre relação entre feiticeiras e inquisidores – ou ainda, entre as crenças populares e a cultura dominante – especialmente dos conflitos

---

<sup>101</sup> Este texto foi traduzido e publicado para o português na obra *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*.

<sup>102</sup> A documentação encontrada por Ginzburg conta com 22 processos empreendidos entre 1518 e 1520, todos conduzidos pelo Frade Bartolomeu da Pisa, que se empenhava na perseguição de heresias.

<sup>103</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.26.

<sup>104</sup> *Ibidem* p. 30.

daí resultantes<sup>105</sup>. Ginzburg parte da hipótese de que as crenças dos povos camponeses tinham variações bastante sensíveis às crenças dos padres e do clero em geral, pois nessas regiões e nesses grupos sociais também havia resquícios de muitas crenças populares, permeadas por superstições que sobreviviam de longa data. E, nesse sentido, a documentação inquisitorial seria um meio bastante eficiente, graças à riqueza de detalhes dos interrogatórios, resgatando elementos da cultura popular, e mais, permitiria observar o que significava para aqueles personagens as afirmações que faziam de suas próprias experiências<sup>106</sup>.

Em 1964 Ginzburg passa por um período de estudos no *Warburg Institute*, em Londres, o que exerce uma influência fundamental em sua trajetória intelectual. Representou o contato com a tradição de estudos ligados à história da arte, e suas posturas particulares com relação à interpretação de documentos. Por outro lado, permitiu o contato com um dos maiores acervos do mundo sobre a Europa Medieval e Moderna, além de uma forte tradição em estudos interdisciplinares, que mesclavam diversas disciplinas, como mitologia, antropologia, etnologia, psicologia e etc.

O “método de Warburg” se pautava num estudo da arte baseado no cruzamento de diversas fontes, tais como, testamentos, aventuras amorosas, quadros famosos. As obras de arte são percebidas à luz de diferentes testemunhos históricos, buscando condições de esclarecer sua gênese e o seu significado. A própria obra de arte e as figurações de modo geral deveriam ser interpretadas como uma fonte *sui generis* para a reconstrução histórica<sup>107</sup>.

A presença de Ginzburg no acervo do Warburg Institute foi decisiva para o desenvolvimento para sua concepção de história. A pesquisa de acervo permitiu o contato com uma série de documentos, que auxiliaram a responder questões que haviam ficado em aberto na análise feita em *Feitiçaria popular*, especialmente ao se deparar com processos inquisitoriais que tinham como foco o interrogatório de camponeses que se auto intitulavam *benandanti*. O resultado foi a obra *Os andarilhos do bem* em 1966.

---

<sup>105</sup> ROJAS, op. cit.

<sup>106</sup> LIMA, op. cit. p.294

<sup>107</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Os *andarilhos do bem* se desenvolve em três eixos principais: a recuperação das crenças populares dos *benandanti*, as atitudes das pessoas que as seguiam. Em segundo lugar observar as transformações nestas descrições, impulsionadas pelo contato com a inquisição. E, finalmente, comparar esta crença com outras semelhantes existentes na Europa, a fim de perceber sua difusão<sup>108</sup>.

Esta crença se baseava que homens, ou mulheres, nascidos com o pelico (membrana amniótica), poderiam sair do corpo, em quatro noites específicas todos os anos (nas mudanças de estação), e iam combater contra bruxas e feiticeiros em um “campo de batalha”, juntamente com outros *Benandanti*. Munidos de ramos de erva-doce eles lutavam contra estes bruxos e feiticeiras que vinham armados de caules de sorgo. Estas lutas decidiam o resultado das próximas colheitas, e, além disso, estas pessoas se diziam capazes de identificar outros *benandanti* e bruxas, assim como tinham a capacidade de anular os feitiços realizados por elas<sup>109</sup>.

O ponto central que chama a atenção na obra é o fato de que os inquisidores, desconhecendo completamente estas crenças, acabavam tentando enquadrá-las em seus modelos de paganismo. Lentamente, com o passar dos anos, este confronto entre culturas, acaba tornando os *benandanti* uma das heresias listadas pelos inquisidores. Associados ao Sabá, que era descrito pelos tratados de demonologia como encontro de adoração do demônio, os próprios *benandanti* acabam transferindo suas crenças para o imaginário cristão. Este processo torna legítima a sua perseguição pela inquisição:

Revestir de “motivação cristã” o rito agrário [...] parece ter provocado, no entanto, uma resposta contrária: acabou por confirmar os esquemas demonológicos que encaixavam as crenças dos *benandanti* dentro do quadro do sabá demoníaco. Este insucesso é a primeira marca da assimilação final que, em direção ao fim do século XVII, faz com que as próprias confissões dos *benandanti* acabem por se confundir formalmente com a ideia do sabá<sup>110</sup>.

Esta crença dos *Benandanti* foi encontrada por Ginzburg na região do Friuli, no entanto, sua extensão e história se estendiam por uma área muito

<sup>108</sup> LIMA, op. cit. p.297

<sup>109</sup> GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem – feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>110</sup> LIMA, op. cit. p.299.

mais vasta. Por várias outras partes da Europa pode-se encontrar relatos semelhantes, possivelmente numa extensão de longa duração. A intenção era contrapor a longa e a curta duração, encontrar seus pontos de intersecção. Para Ginzburg, era isso o que Marc Bloch fazia em *Os reis taumaturgos*, com suas próprias palavras: “mostrar a intersecção entre a longa duração e a duração breve, a intersecção do movimento rápido e da mutação consciente com aquilo que é lento e inconsciente”<sup>111</sup>.

Os *Andarilhos do bem*, em suma, é uma obra que busca acompanhar a transformação de uma crença popular enraizada num determinado grupo, observando suas diferentes durações por meio das experiências pessoais, que neste caso eram passíveis de análise graças aos interrogatórios da Inquisição. Neste percurso, é possível observar, além da influência dos *Annales*, a presença da antropologia, da psicanálise e também de Warburg, cruzando as experiências individuais, mentalidades e a possibilidade de interpretação pela leitura de uma série de documentos fragmentários<sup>112</sup>.

Ginzburg tenta resgatar a cultura camponesa por meios indiretos, neste caso, através da documentação inquisitorial, que apresentava também alguns problemas devido à sua natureza. Primeiramente, o discurso camponês, dialeto regional do Friuli, era traduzido para o latim. Além disso, existia a coerção da tortura, muitas vezes forçando os interrogados a responder justamente aquilo que queriam os inquisidores. No entanto, sua aposta residia na excepcionalidade da documentação encontrada. Entre os inquisidores e os *benandanti* havia uma grande distância cultural, as crenças camponesas remontavam tradições populares antigas, que sobreviviam especialmente pela tradição e pela transmissão oral.

Os caminhos abertos por esta obra de Ginzburg demonstravam a necessidade de dar atenção a estas experiências dos camponeses de modo circunscrito, de curta duração. Demonstra também a necessidade de interrogar a cultura popular e os conflitos que encontra com a cultura dominante. O historiador italiano se aprofunda nas pesquisas sobre conflitos no campo da cultura, encontrando neste percurso os autores Vladimir Propp e Mikhail

---

<sup>111</sup> GINZBURG, Calo. *Os andarilhos do bem – feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>112</sup> LIMA, op. cit.

Bakhtin. Este último fornece elementos-chave para compreensão da relação entre culturas e “desníveis culturais”<sup>113</sup>.

Bakhtin se propunha estudar a cultura popular<sup>114</sup>. Diferentemente da visão classista do Renascimento, como retorno ao mundo clássico e abandono das trevas medievais, ele afirmava que a riqueza maior deste movimento estava na invasão da alta cultura pela popular, fornecia “a possibilidade de análise da cultura popular a partir do seu próprio protagonismo”<sup>115</sup>.

A religião camponesa possuía formas originais e autônomas de se organizar e entraram em conflito pelo contato com a religião oficial. Neste processo, foi apropriada e institucionalizada pelo cristianismo, e assim perderam muito de seu sentido original. Como resultado, algumas tradições populares foram transformadas e interpretadas como rituais realizados em nome do demônio, como, por exemplo, os *benandanti* que são associados ao sabá, no esforço empreendido pelos inquisidores para enquadrá-los em suas categorias simbólicas e culturais.

Seguindo este percurso chegamos à outra obra de Ginzburg, outro livro publicado em 1976, um estudo de caso, uma biografia, *O queijo e os vermes: cosmologia de um moleiro acusado pela inquisição*. Os processos se dirigiam a um moleiro chamado Domenico Scandella, conhecido como Menocchio, que vivia no Friuli, e foi acusado de heresia por duas vezes, a primeira em 1583-4, e a segunda quando foi condenado à morte, em 1599.

A grande importância na figura de Menocchio, que logo foi captada por Ginzburg, residia na sua singularidade, por não poder ser enquadrado em nenhum modelo cultural, tanto na cultura camponesa, quanto nas culturas letradas. Este personagem atípico havia desenvolvido uma visão própria de mundo, uma cosmologia. Além de questionar as sagradas escrituras e a hierarquia da Igreja, Menocchio era acusado de pregar suas “heresias” a todas as pessoas que quisessem ouvi-lo.

---

<sup>113</sup> LIMA, op. cit. p.305

<sup>114</sup> Inspirado em Bakhtin, Ginzburg escreve um texto, publicado na *Storia d'Italia* em 1972, sobre a figura de São Francisco de Assis, cujas pregações, vida e influência se confundiam com características da cultura popular. Francisco seria um exemplo de penetração da cultura popular na alta cultura, neste caso, nas estruturas eclesiais da Igreja Católica (LIMA, 2006 p.306).

<sup>115</sup> LIMA, op. cit. p.311

É justamente a autonomia de Menocchio para criar sua própria cosmologia que o torna um indivíduo “perigoso” para os inquisidores, por possuir “uma concepção tolerante e não-hierárquica que contrastava fortemente com aquela representada pelos próprios inquisidores”<sup>116</sup>. A excepcionalidade de Menocchio é reconhecida até mesmo pelos inquisidores, e seus processos revelam uma grande curiosidade por parte daqueles que o interrogaram, e esta postura não passa despercebida pelo historiador, que passa então a recuperar o universo de leituras do moleiro, por meio de indícios que os próprios interrogatórios permitiam antever.

A hipótese que guia Ginzburg nesta interpretação é que Menocchio partia de uma cultura popular bastante antiga quando realizava leituras e as adaptava ao seu universo simbólico, inconscientemente completava as lacunas entre ele e as páginas lidas, dando ênfase a algumas partes, e descartando outras. No final, o que restava era uma visão própria e original da religião e de seus principais preceitos acerca do entendimento da realidade, tais como, a criação do mundo, dos homens, da religião e da desigualdade entre os homens.

A cosmologia de Menocchio foi construída com ferramentas de outras disciplinas. Pela psicanálise, por exemplo, as lacunas discursivas podem ser percebidas como “atos falhos” (erros que revelam outros conteúdos), suas divagações entendidas como “associação livre”, e a tensão entre o conteúdo dito e aquele reprimido (demonstrado pela rede de significados que o seu discurso ocultava) era retirado da *Psicopatologia da vida cotidiana* de Freud.

Além deste referencial psicanalítico, a filologia era uma ferramenta para analisar as metáforas e a retórica de sua argumentação. O moleiro, de origem camponesa se deparou com elementos da cultura letrada, e a partir de seu lugar como sujeito pensante. Nesta criação particular, sustentava a formação do mundo terreno como uma analogia da putrefação, como os vermes que surgem no queijo, recusando-se a atribuir a causa da criação à uma divindade<sup>117</sup>.

Todo esse conjunto de influências, que só eram conhecidas na tradição oral pôde ser notado pelos vestígios de casos como o de Menocchio. Ginzburg

---

<sup>116</sup> LIMA, op. cit. p.313

<sup>117</sup> LIMA, op. cit.. p.317-8.

elencar dois processos singulares que influenciaram este processo. O primeiro, a Reforma, que permitiu um moleiro tomar a palavra e expor suas próprias opiniões sobre a Igreja e o mundo; e o segundo, a imprensa, que permitiu com que as palavras lhe chegassem às mãos e assim pudesse fundamentar suas ideias.

Neste ponto é necessário discutir outra importante influência de Ginzburg, a antropologia. O motivo principal da aproximação com a antropologia é o fato de que esta disciplina havia pensado a cultura, especialmente a cultura popular, sem inferiorizá-la em relação à cultura das elites, levando em consideração a capacidade de autonomia das pessoas para criarem e transmitirem suas próprias formas de pensamento e visão de mundo, que muitas vezes chegam até nós por meios indiretos.

Ginzburg se afasta do termo “mentalidade”, e o substitui sob a marca da antropologia, pelo termo “cultura”, especialmente por recusar a homogeneidade que o primeiro termo evocava. O segundo permitia elencar uma variedade que se apresentava de modo diferente em cada contexto ou grupo social. A observação da dinâmica de relações entre diferentes culturas nos remete a outra influência de Ginzburg, Mikhail Bakhtin.

A perspectiva de Bakhtin era resumida pelo termo de “circularidade”, dando destaque para estas trocas, sempre desiguais, entre alta e baixa cultura: “Entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo pra cima, bem como de cima para baixo”<sup>118</sup>. O diferencial desta proposta reside na observação das culturas populares a partir de suas próprias percepções, “a partir do ponto de vista das vítimas”<sup>119</sup>. Uma das consequências desta abordagem é restituir às massas a possibilidade de serem consideradas como sujeitos, termo que historicamente pertencia às classes dominantes.

Ao adotar esta perspectiva de análise sobre a cultura, tal proposta acarreta duas consequências. A primeira seria uma consequência política, em que o indivíduo seria uma invenção burguesa, uma das formas de distinguir a elite das massas. Desse modo, a perspectiva de perceber as trocas culturais e

---

<sup>118</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.10.

<sup>119</sup> ROJAS, op. cit. p.130

as possibilidades de encontrar variações onde antes só havia homogeneidade, acarretava em devolver a estas classes subalternas o seu protagonismo individual, “sua possibilidade de organizar seu próprio mundo”<sup>120</sup>. Em segundo lugar, está a questão epistemológica, que também se liga aos debates da micro-história, da relação entre macro e micro, dos casos individuais e seu contraste com casos gerais, enriquecidos pela experimentação do estudo de caso do moleiro Menocchio.

O refinamento do termo cultura é comparado por Ginzburg como uma “jaula flexível”, e, dentro deste espaço “flexível e invisível se exercita a liberdade condicionada de cada um”<sup>121</sup>. É dentro desta jaula que se articulam a expressão e a comunicação de cada um, seus limites não são perceptíveis até que entrem em conflito com outras.

Língua e cultura tinham uma analogia semelhante à utilizada na antropologia estrutural (que derivava, por sua vez, da linguística de Saussure), a definição de *Langue*, estrutura formal e inconsciente da língua, e da *Parole*, seu uso singular feito por cada indivíduo. A antropologia estrutural se focava no estudo da *Langue*, e ignorava suas variações, já Ginzburg se interrogava sobre seus usos, sobre suas singularidades, como eram efetivamente vividas pelos indivíduos, e como se estabeleciam relações entre eles.

*O queijo e os vermes* marca uma mudança na sua abordagem histórica, ao mesmo tempo em que segue uma continuidade em seus temas de pesquisa. O grande sucesso dessa obra foi um fator para que alguns historiadores a considerarem uma obra-ícone, não só da micro-história, mas também, como um modelo de história cultural<sup>122</sup>. Além das singularidades que fazem parte da documentação e do personagem estudado por Ginzburg, existem alguns fatores que influenciaram sua grande difusão neste período<sup>123</sup>.

O primeiro deles poderia ser descrito pelo contexto social que dominou o cenário mundial após 1968, no qual vários atores sociais marginalizados passaram também a requisitar seu espaço na sociedade. O segundo seria a

---

<sup>120</sup> LIMA, op. cit. p.326.

<sup>121</sup> GINZBURG apud LIMA op. cit. p.326

<sup>122</sup> Traduzido em 17 países, além das inúmeras reimpressões, 15 somente na Itália. E sua influência não acaba na história, também é pesquisado por linguistas, literatos, filósofos, epistemólogos e especialistas em cultura (ROJAS, 2012: 116).

<sup>123</sup> LIMA, Op. cit. P.328.

proposta de uma pesquisa histórica conduzida especialmente para o estudo das classes subalternas. E um terceiro elemento soma-se a este conjunto, sua escrita narrativa, que objetivava claramente um público mais abrangente, não apenas acadêmico: “Dirige-se ao leitor comum e ao especialista. Provavelmente apenas o último lerá as notas, que pus de propósito no fim do livro, sem referências numéricas, para não atravancar a narrativa”<sup>124</sup>.

### **1.8 – *Sinais: raízes de um paradigma indiciário***

Seguindo este caminho e aprofundando a diferença da vertente “gizburgiana” com os demais, podemos citar que ele marca sua posição epistemológica no artigo de 1979, *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, concebido durante os anos 1976 e 1978. É um texto que propõe refletir sobre os modos de fazer pesquisa, relacionando a história com outros saberes que davam a atenção aos indícios e conhecimento obtido de forma indireta<sup>125</sup>.

O historiador italiano partia do pressuposto de que no final do século XIX havia surgido, em mais de uma disciplina, uma forma de saber que se baseava na busca de conhecimentos de formas indiretas, guiadas pela busca de indícios, e ofereciam um importante aporte epistemológico para as ciências humanas. Primeiramente, o crítico de arte, Giovanni Morelli. Morelli propunha identificar a autoria das obras de arte baseando-se em indícios que eram comumente negligenciáveis, detalhes quase imperceptíveis, como o formato de uma orelha, o desenho dos dedos, e etc. Por meio destas observações seria possível reconhecer com precisão sua autoria.

Morelli foi lido, na época, por Freud, o que é inclusive citado por ele em algumas passagens. Na descrição do psicanalista, a personalidade deveria ser encontrada “onde o esforço pessoal é menos intenso”, para Ginzburg, Morelli havia influenciado Freud e fornecido “possibilidades heurísticas de uma análise baseada na centralidade dos resíduos e dados marginais para a revelação de realidades psíquicas ocultas”<sup>126</sup>.

---

<sup>124</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 p.10

<sup>125</sup> ROJAS, op. cit.

<sup>126</sup> LIMA, op. cit. p.334.

O último exemplo citado no texto é o caso de Sherlock Holmes, personagem de Sir Arthur Conan Doyle. O famoso detetive rastreava seus casos dando uma atenção singular a elementos pouco perceptíveis aos olhares comuns. À parte desta característica, os três autores, Morelli, Freud e Doyle eram médicos, cujo “modelo epistemológico poderia ser traçado na própria semiótica médica (leitura de sintomas)”<sup>127</sup>. A relação entre cada um não era meramente uma coincidência. Ginzburg disserta sobre a constatação de um processo amplo, datado entre as décadas de 1870 e 1880.

O paradigma indiciário proposto por Ginzburg por meio desta análise é uma proposta de método científico cuja atenção se volta para dados aparentemente negligenciáveis que permitem o acesso a realidades que não são observáveis sem a devida atenção aos detalhes. Primeiramente, sua origem está ligada à cultura popular, especialmente por seu caráter intuitivo, que nasce da prática, da interação do homem com sua realidade, e das possibilidades de ação dentro deste contexto. Ao contrário do paradigma galileano, no qual a ciência fundamenta seus métodos, partia de determinações de leis gerais, e por sua vez, excluía situações e casos individuais.

O saber indiciário baseava-se na experiência, que segundo Ginzburg, é mais rica que as codificações escritas, pois “não eram aprendidas nos livros, mas a viva voz, pelos gestos, pelos olhares, fundavam-se sob sutilezas certamente não formalizáveis, frequentemente nem sequer traduzíveis em nível verbal”<sup>128</sup>. Embora o historiador italiano afirme que este saber pertença a todas as classes sociais, seus trabalhos destacam a sua utilização pelas camadas mais baixas.

Justamente por esta diferenciação de origem e de classe, os saberes indiciários foram, muitas vezes, rejeitados pela cultura hegemônica, um dos processos bastante significativos deste conflito e pode ser historicamente pontuado pela Contra-Reforma, que opõe a cultura letrada à cultura popular. Em seguida, com a ascensão da burguesia, o mesmo conflito aparece sob a forma da enciclopédia. Esta, no entanto, se apropria de parte desse saber

---

<sup>127</sup> Ibidem. p.335.

<sup>128</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p.145.

popular e o codifica sob a forma escrita, realizando e intensificando a aculturação, voltando-se contra as classes subalternas que as haviam criado.

Também no final do século XIX, novos sistemas de controle das massas surgiram e se aprimoraram, como por exemplo, a utilização da impressão digital como forma de “controle da identidade individual”<sup>129</sup>. Essa nova catalogação do indivíduo também presava pelos detalhes “mínimos e involuntários”, mas, ao mesmo tempo em que o singularizava, também massificava e o destituía de sua autonomia.

Destarte, Ginzburg reivindicava, para a história, um método que partisse das classes populares, e lhes devolvesse o seu papel dentro de suas próprias histórias. Desse modo, seria possível compreender como pensaram e atuaram dentro do seu tempo, como pensaram seu mundo e como lidaram com seus problemas.

Se insistirmos na leitura que Henrique Espada Lima realiza da proposta indiciária de Ginzburg, deveremos concordar que este texto do historiador italiano, *Sinais*, é uma justificativa de seu modo de fazer história. E, embora seja uma reflexão posterior à sua obra mais icônica de micro-história, *O queijo e os vermes*, contém resultados de muitas reflexões metodológicas e historiográficas que o autor desenvolveu ao longo de suas pesquisas, e é representativo de sua postura, seus próprios procedimentos de pesquisa, no debate acerca da micro-história<sup>130</sup>.

Por outro lado, o historiador mexicano Carlos Antonio Aguirre Rojas leva a importância de *Sinais* mais além, o reconhecendo como o texto mais importante de epistemologia histórica dos últimos quarenta anos, comparado apenas com a repercussão do texto de Braudel, *História e ciências sociais – a longa duração*, de 1958<sup>131</sup>. Seu sucesso pode ser constatado pelo grande número de fortuna crítica que o artigo suscitou, além das inúmeras mesas redondas, entrevistas em que Ginzburg era convidado para expor suas ideias.

Diferentemente do que muitos críticos acusam, não há intenção de abandonar as totalidades históricas, mas sim enriquecê-las. O paradigma indiciário permite observar os fatos em sua individualidade, além de vincular a

---

<sup>129</sup> LIMA, op. cit.p.339.

<sup>130</sup> Ibidem p.341.

<sup>131</sup> ROJAS, op. cit. p.150

história à outras ciências humanas, expandindo suas fronteiras num duplo sentido. Primeiro, devido ao fato de dar acesso à realidades de difícil apreensão; segundo, por conceber as realidades, gerais e particulares, em toda sua complexidade, superando as visões antinomias simplistas e excludentes<sup>132</sup>.

### 1.9 – Em busca das *apropriações* da micro-história

Neste capítulo procuramos discutir a micro-história italiana em suas duas vertentes originais, a social e a cultural. Vimos que a primeira se liga diretamente com a trajetória intelectual e teórica de Edoardo Grendi e de Giovanni Levi, no caso da segunda sua definição partiu de Carlo Ginzburg. Por meio desta assertiva buscamos no interior dos *Quaderni Storici* os textos-manifesto da micro-história, esmiuçando seus conceitos, diferenças e usos práticos na pesquisa histórica. Para concluir este capítulo faremos um balanço entre a perspectiva dos três autores, a fim de destacar suas diferenças, o que posteriormente ajudará a delinear suas *apropriações* na historiografia brasileira no próximo capítulo.

De maneira geral, visualizar de modo panorâmico o percurso do desenvolvimento teórico da micro-história pelo estudo dos três autores é revelador de elementos de proximidade e de diferenciação. Todos partem do contato com a história social, da necessidade de repensar o marxismo, e da proposta de realizar pesquisas tomando recortes circunscritos, que partem de indivíduos, famílias, grupos, vilas, etc. Se este é o ponto de convergência entre os três autores, cabe também elencar os pontos de divergência que notamos.

Em linhas gerais, Lima nos oferece uma descrição bastante sucinta das diferenças entre as duas perspectivas:

Enquanto a perspectiva de Ginzburg colocava no centro de suas indagações a relação dos sujeitos com a cultura, partindo da interpretação do “indício” – entendido como via de acesso a um outro universo de fenômenos cujo significado permaneceria, de outra forma encoberto – a microanálise social voltava-se para “a reconstrução de redes de relações” e identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas)<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> Ibidem. P.159.

<sup>133</sup> LIMA, op. cit. P.367.

Embora seja uma descrição bastante operatória, Lima não se preocupou em elucidar as diferenças entre Grendi e Levi nesta passagem. De um modo geral, Edoardo Grendi se dedicou a problematizar uma teoria da história que atentasse para a complexidade da realidade passada. Não por acaso o cruzamento de fontes guiadas pela aproximação com a antropologia dava atenção aos pequenos conflitos gerados pelo choque de tradições culturais com as transformações sociais. O indivíduo, as relações que este estabelece com seus semelhantes e a cultura na qual estão inseridos, são pontos de apoio fundamentais para Grendi. Não há sobreposição de um sobre o outro. Além disso, o aspecto econômico é um diferencial no pensamento deste historiador, que também se baseia na influência das relações interpessoais. Dito de outra forma, parentesco, favores pessoais, interesses, dentre outros fatores, também podem influenciar a economia.

No caso de Giovanni Levi, a centralidade das análises reside no indivíduo. Levi reconhece a cultura, as relações interpessoais e o contexto social nos quais estão inseridos, no entanto, a ação individual é o que busca em suas pesquisas. As regras que regem a sociedade podem ser utilizadas estrategicamente pelos sujeitos históricos a fim de se posicionarem da melhor forma possível dentro de um ambiente. O recurso metodológico que Levi propõe para observar estes movimentos que mencionamos é a redução de escala. A partir de um contexto circunscrito, em uma vila, comunidade ou família, pode-se observar com maior precisão as dinâmicas reais que regem o interior da vida das pessoas, em oposição aos esquemas teóricos que propõe macrodefinições.

O último caso que vimos foi a perspectiva cultural de Carlo Ginzburg que se vincula à sua própria trajetória de história cultural. A cultura para Ginzburg não é estática, nem exclusiva de um grupo social específico, em seus trabalhos este historiador procurou demonstrar como a cultura circula e pode ser apropriada de diferentes formas por diferentes sujeitos. Os conflitos sociais nos quais se detêm são sempre de ordem cultural, observados principalmente pela linguagem e pelos *indícios* que ocasionalmente se preservaram no tempo – o exemplo que mais o tornou conhecido foram seus trabalhos com arquivos inquisitoriais. Desse modo, evidenciar as realidades negligenciadas pela história procurou dar luz à pluralidade de culturas que coexistiram (e

coexistem) num mesmo período histórico, e que se mantêm em circulação de variadas formas. Os casos mais exemplares de Ginzburg são aqueles nos quais parte de sujeitos específicos para problematizar a cultura popular e suas relações com a cultura erudita.

Como podemos observar, a micro-história italiana é bastante complexa e não permite uma definição única, seu desenvolvimento se realizou na medida em que cada um dos autores citados criou um modo próprio de pensar a história. E, tendo em vista que sua zona de influência não se restringiu à historiografia italiana, ao contrário, se difundiu em diferentes contextos, em diferentes graus e intensidade. Este é nosso ponto de chegada neste primeiro capítulo, e ao mesmo tempo, é o ponto de partida para as próximas discussões que procuramos trazer à luz. A partir deste resumo geral do quadro teórico da micro-história, nos direcionamos para o segundo momento desta dissertação, que é problematizar as *apropriações* da micro-história italiana no contexto brasileiro das décadas de 1980 e 1990.

## CAPÍTULO 2

### OS CAMINHOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA – DÉCADA DE 1980 E 1990

#### 2.1 – Considerações iniciais: Os movimentos na historiografia brasileira recente

Neste capítulo percorreremos quatro caminhos distintos. O primeiro será realizar um balanço das principais análises historiográficas que se dedicaram a historiografia brasileira da década de 1980, objetivando construir um quadro geral do que consideramos aqui “mudanças historiográficas”. Em segundo lugar, será problematizado o desenvolvimento da história social no Brasil a fim de perceber como foi se deslocando rumo a uma perspectiva cultural na medida em que se aproximou da antropologia e se dedicou à experiência humana e suas representações. Na sequência, nosso foco são os estudos coloniais, tendo em vista que este recorte temático e cronológico de pesquisa foi o principal palco de experimentações de novos aportes teóricos. Por último, selecionamos algumas obras produzidas neste contexto nas quais podemos identificar a presença de elementos de micro-história, seja a partir de sugestões temáticas, seja pela utilização teórico-metodológica, restringida à historiografia do período colonial e da escravidão – divididos em outros dois subtemas, os sistemas de crenças na América portuguesa e as trocas culturais entre Europa e América<sup>134</sup>.

O contexto historiográfico internacional entre as décadas de 1970 e 1980 foi marcado por diferentes inquietações que de modo geral ampliaram as perspectivas da escrita da história, com a renovação da história política, giro linguístico, estudos em redução de escala, diálogos interdisciplinares, realizados a partir do contato com a antropologia, com a psicologia, literatura entre outras disciplinas.

---

<sup>134</sup> VAINFAS, Ronaldo. *História cultural e historiografia brasileira*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR. p.30

Esta mudança de perspectiva permitiu dar voz às experiências humanas no passado, em suas dimensões objetivas e subjetivas<sup>135</sup>, destacando que indivíduos comuns também podem ser considerados sujeitos de sua própria história. Categorias como classe e ideologia se tornaram mais complexas, levando em consideração fatores como gênero, etnia, pacto e negociações. Em última instância, a busca por respostas que contemplassem estas questões implicou numa revisão da documentação, levando a uma pluralização das possíveis fontes de pesquisa, a fim de captar experiências capazes de expressar formas de pensar e sentir<sup>136</sup>.

Na perspectiva do contexto brasileiro, a década de 1980 foi um período também marcado por profundas contestações e mudanças político-sociais. Com a abertura política, retomada das discussões ao redor da democracia brasileira e as greves operárias que voltavam com novo fôlego, houve necessidade de que a historiografia brasileira dedicasse maior tempo para pesquisas e estudos sobre o Brasil contemporâneo, com temas relativos ao movimento operário, e com recortes cronológicos dedicados à história recente, a fim de explicar a realidade vivida pelo país naqueles anos<sup>137</sup>. Este conjunto de fatores deslocou os diálogos da historiografia brasileira com a historiografia internacional para os estudos voltados para o período colonial, que por seu distanciamento político do período poderiam ser analisados sob diferentes aspectos.

O movimento negro, a história das mulheres, dos homossexuais, das feiticeiras, o universo imaginário e do cotidiano passaram a ser frequentados pelas pesquisas nacionais. Este movimento foi favorecido por dois fatores. Primeiramente, pelo enriquecimento de diálogos com outros contextos historiográficos: recepção de novos aportes teórico-metodológicos, contato entre pesquisadores e a expansão dos mercados editoriais. E, por outro lado, a produção de conhecimento nacional foi favorecida por um novo impulso

---

<sup>135</sup> FRANZINI, Fábio & CONTIJO, Rebeca. "Panorama da Historiografia brasileira contemporânea (1930-1980)". In. ABRÃO, Janete Silveira (coord.). Brasil, Interpretações & Perspectivas. São Paulo: Marcial Pons, 2016 p.15

<sup>136</sup> Ibidem p.16

<sup>137</sup> No decorrer do capítulo apresentaremos as diferenças quantitativas entre os temas de pesquisa dedicados a cada período da história brasileira.

reformador das universidades e pelo crescimento dos cursos de pós-graduação e centros de pesquisa.

Na época, os cursos de pós-graduação estavam concentrados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Bahia<sup>138</sup>. Eles se tornaram os principais *lugares de produção* historiográfica no Brasil, e foram essenciais para efetivar as mudanças que buscamos destacar em nossa pesquisa. Impossível problematizar a historiografia contemporânea sem nos atermos à transformação ocorrida no interior da universidade e que ainda hoje segue se desdobrando e tomando novas proporções<sup>139</sup>.

Este duplo panorama, a historiografia internacional, e seus diálogos com a sociedade brasileira, permite observar como e onde estas propostas que afirmamos serem “novas” vão ser tratadas em nossa produção nacional. Especificamente, dentre todo este movimento, nosso interesse é pôr em pauta a discussão ao redor das *apropriações* da micro-história italiana. No capítulo anterior pudemos perceber que a *prática historiográfica* da micro-história teve sua origem nas discussões ao redor da história social. Do mesmo modo, as *apropriações* que encontramos no caso brasileiro também são encontradas no percurso da história social em nosso meio acadêmico.

A historiadora Hebe Castro realiza um balanço da história social no Brasil, e revela o quanto seu nascimento e desenvolvimento esteve ligado à Universidade de São Paulo<sup>140</sup>. Nesse sentido, a história se beneficiou diretamente de diálogos diretos com a Escola Sociológica Paulista, que já na década de 1960 apresentava trabalhos acadêmicos dedicados ao estudo dos negros, da escravidão, seguidos de perto pelos estudos do movimento operário<sup>141</sup>. Na continuidade, Castro elenca outros fatores que influenciaram o desenvolvimento da história social no Brasil, o principal e maior deles foi a consolidação dos programas de pós-graduação, que ocorreu juntamente com a crise do marxismo, que predominava até então, não só na história, mas nas

---

<sup>138</sup> FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Ouro preto: Editora UFOP, 1992

<sup>139</sup> FRANZINI, Fábio. *Panorama da Historiografia brasileira contemporânea (1930-1980)*. In. ABRÃO, Janete Silveira (coord.). *Brasil, Interpretações & Perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons, 2016 .

<sup>140</sup> CASTRO, Hebe. *A história social*. In. VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História: Ensaios de teoria e método*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.90

<sup>141</sup> *Ibidem* p.91

demais ciências humanas. É justamente no percurso da história social brasileira que se encontra o lócus privilegiado de penetração da historiografia internacional. Baseada nesta constatação, Castro nos mostra as áreas de maior incidência da história social, história social da família, história social do trabalho e a história social do Brasil Colonial e da escravidão<sup>142</sup>. Seguindo esta trajetória da história social brasileira também nos deparamos com influências da micro-história e, portanto, este é o ponto de partida de nossa pesquisa.

## **2.2 – A historiografia brasileira dos anos 1980 e 1990 – Um panorama geral**

A historiografia é um subcampo da história que se oferece justamente para que se possa olhar novamente para o que já foi produzido, refletindo sobre as formas que se configuram seus domínios, o que é um importante indicativo para avaliar a maturidade da pesquisa histórica em um determinado contexto. Nesse sentido, faremos neste tópico uma apresentação do “estado da arte” com as principais análises historiográficas que buscaram construir um quadro geral sobre a historiografia dos anos 1980 e 1990, dando destaque para o que surgiu de “novo” na história, em que medida se diferenciou ao mesmo tempo em que se articulou com nossa própria tradição historiográfica. Neste percurso procuramos encontrar os deslocamentos que aproximam a pesquisa histórica com temas culturais por meio de estudos em escala reduzida.

Para realizar este balanço buscamos construir quadro que seja representativo das principais características da historiografia da década de 1980, tendo em vista a recepção e *apropriação* de novos aportes teóricos, as mudanças institucionais que antecedem as pesquisas históricas e as tendências que podem ser observadas neste movimento. Nossa discussão é realizada pela recuperação dos historiadores Carlos Fico e Ronald Polito e sua análise *A história no Brasil 1980-1989* (1992), Marcos Cezar Freitas e seu texto *Historiografia brasileira em perspectiva* (1998), Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas com sua obra coletiva *Domínios da História* (1997), Silvia Regina Ferraz Petersen em seu artigo “O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes europeias e americanas”; “tendências temáticas e

---

<sup>142</sup> CASTRO, op. cit. p91

teóricas recentes” (2003), e Astor Antonio Diehl e sua tese *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980* (2004).

Carlos Fico e Ronald Polito publicaram em 1992 um ousado empreendimento de pesquisa e análise historiográfica no Brasil, *A História no Brasil (1980-1989)*, divididos em dois volumes. No primeiro volume efetuaram uma análise do movimento da história no período, e no segundo volume estão compilados os dados que serviram como base na pesquisa. Os dois autores inovaram ao propor um conceito de historiografia cuja definição fosse expandida por fatores externos, assim basearam-se nos meios de produção, circulação e consumo: “não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e crítica”<sup>143</sup>.

A metodologia de análise utilizada por estes autores permitiu também visualizar subáreas, setores de maior vitalidade, zonas de carência e a influência de correntes teóricas estrangeiras. Toda produção historiográfica analisada foi pautada na produção dos programas de pós-graduação, iniciada em 1970 e consolidada em 1980:

Desde a criação dos oito primeiros cursos de pós-graduação – seis mestrados e dois doutorados –, houve um crescimento de 75% na década de 1980, em relação aos anos 1970, com 16 mestrados e 5 doutorados em funcionamento no final dos anos 1980<sup>144</sup>.

Desse modo, Fico e Polito mapearam geográfica e institucionalmente onde se concentravam os cursos de pós-graduação, dando concretude à produção historiográfica do período, o que pode ser constatado no catálogo que compõe o segundo volume<sup>145</sup>. Um dos aspectos relevantes foi a preocupação com as publicações que ultrapassaram os limites acadêmicos, a porcentagem de teses que conseguiram ser publicadas como livros. Na continuidade, os autores tratam dos enfoques metodológicos mais recorrentes que foram História Regional, Social, Econômica e Política. Os chamados “novos temas, como, sexualidade, bruxaria, corpo, loucura ou imaginário não chegaram a representar 5% dos trabalhos defendidos na década de 1980”. E

---

<sup>143</sup> FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Ouro preto: Editora UFOP, 1992 p.19

<sup>144</sup> Ibidem. P.197.

<sup>145</sup> FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989)*. Ouro preto: Editora UFOP, 1992 V.2

estudos sobre metodologia e teoria da história eram praticamente inexistentes<sup>146</sup>.

A história no Brasil tendeu para uma efetiva profissionalização, que se consolida mais fortemente na década de 1990. Muitas publicações foram realizadas neste momento por grandes editoras, com a criação de coleções específicas<sup>147</sup>. Por outro lado, também proliferaram as editoras e os periódicos universitários. Este ponto da análise dos dois autores é bastante sugestivo, pois levanta a questão de que muito do que é lido e comentado, em qualquer área do saber, depende também do modo pelo qual se transmite o conhecimento produzido na universidade.

Polito e Fico descrevem de modo bastante positivo a produção historiográfica da década de 1980, de um modo geral a sofisticação na escrita da história é um duplo movimento, interno e externo, que se realiza com a própria transformação da pesquisa no cenário nacional, juntamente com a proliferação temática e teórica que se desenvolve no contexto brasileiro. Finalizam destacando os campos de maior incidência de renovação no período abordado, muitos destes temas são releituras de “efemérides” já consolidadas em nossa tradição, como por exemplo, as pesquisas sobre a escravidão que reposicionam a condição dos cativos em busca de sua condição de sujeito<sup>148</sup>.

No plano epistemológico, a historiografia necessitava resolver seus impasses teóricos, já que, de um modo geral, não havia reflexões teóricas a respeito do que se produzia no Brasil. O desenvolvimento de certos temas dependia deste refinamento conceitual para enfrentar a realidade historiográfica pós década de 1980, por exemplo, na história política, especialmente das esquerdas, que com a crise do marxismo deveriam encontrar novas respostas para pensar historicamente as sociedades. Alguns anos após a publicação de *A história no Brasil*, os autores fazem uma nova reflexão sobre a historiografia brasileira, que ilustra as tendências e previsões com que concluíam a análise de 1992, e constatam que o panorama geral descrito sobre a década de 1980 ganhou novos contornos, tornando-se predominante na década de 1990, uma nova história da cultura que aumentou

---

<sup>146</sup> FICO, Carlos & POLITO, Ronald. Op. cit. 198.

<sup>147</sup> Entre as editoras criadas neste momento, podemos citar a Companhia das Letras, fundada em 1986 por Lília e Luiz Schwarz, responsável por grande parte das publicações de autores estrangeiros.

<sup>148</sup> FICO, Carlos & POLITO, Ronald. Op. cit. P.180

os “enfoques antropológicos, de preocupações com o cotidiano, artes e micro-história, em detrimento da história econômica e social”<sup>149</sup>.

Na continuidade, colocamos em debate o historiador Marcos Cezar de Freitas, a partir de seu texto *Historiografia brasileira em perspectiva* (1998) no qual nos apresenta algumas pistas sobre as pesquisas históricas realizadas no Brasil entre as décadas de 1980-90. Sua tese principal é de que as pesquisas defendidas nesta época afirmavam se aproximar mais das realidades passadas, a partir de recortes e temas mais circunscritos, estabelecendo uma dicotomia entre estudos “macroscópicos” e “microscópicos”. É neste percurso que as mudanças temáticas, recorte temporal, e novas abordagens teóricas que são incorporadas segundo este autor<sup>150</sup>. E a ênfase nos estudos reduzidos parte da ideia de que o campo micro tem como “virtude” de “apreender o que transborda e escapa aos domínios dos determinismos (qualquer um)”<sup>151</sup>.

Para Freitas o desenvolvimento de novos temas e aportes historiográficos não foi somente fruto de discussões teóricas, pois envolveu todo um movimento percorrido pela sociedade brasileira que reivindicava novas posturas do mundo intelectual. No caso da história, a resposta foi olhar o passado por meio de novas fontes, temas e objetos que até então não eram considerados dignos de atenção historiográfica. Este processo foi favorecido pelo encontro de novas *práticas historiográficas*, incorporadas por uma geração de historiadores que já não são leitores diretos dos autores clássicos da história brasileira. É uma geração fruto do novo sistema universitário e que se insere numa ordem de releituras “dos grandes mestres”, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros.

Neste período a escrita da história tornou-se predominantemente uma atividade universitária, o que quer dizer que o desenvolvimento da historiografia brasileira que procuramos recuperar aqui está intimamente ligado à consolidação dos programas de pós-graduação no país. Este movimento no interior das universidades brasileiras define os contornos da *operação historiográfica* brasileira, circunscrevendo sua escrita, seu lugar institucional e

---

<sup>149</sup> FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A Historiografia brasileira nos últimos 20 Anos – Tentativa de Avaliação Crítica. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: Teoria e método e historiografia*. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996. p. 206.

<sup>150</sup> FREITAS, Marcos Cesar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

<sup>151</sup> Idem p.10

sua posição social. Partindo deste pressuposto podemos dizer que a fundação de um programa de pós-graduação constrói uma identidade institucional, norteando as diretrizes do que seus alunos e professores pesquisam, debatem e publicam<sup>152</sup>.

No interior deste percurso realizado pela historiografia na década de 1980, Freitas identifica o surgimento de estudos microscópicos, em oposição aos estudos macroscópicos que haviam sido tendência até então. O autor defende que a história política, que buscava dar visibilidade aos eventos públicos e gerais da sociedade se deslocou para o mundo privado, percorrendo os espaços das intimidades e dos costumes<sup>153</sup>. Portanto, Freitas esclarece que a década de 1980 marcou a historiografia brasileira, já que a universidade e a pós-graduação foram a porta de abertura dos novos temas *apropriados* por nossos historiadores.

Dando continuidade às análises historiográficas, a coletânea organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Domínios da História*, publicada em 1997<sup>154</sup>, procurou dar conta de uma série de novas dimensões que se apresentaram na historiografia a partir da década de 1980 e que predominavam no cenário acadêmico nacional na década de 1990. O livro foi dividido em três partes. Na primeira os autores procuram discutir os territórios do historiador, distribuídos entre a história econômica, social, política, mentalidades e cultural. Na segunda parte, os textos procuram colocar em destaque os “campos de investigação e as linhas de pesquisa”. Dentre os temas que procura analisar estão os ligados àquela divisão observada por alguns historiadores, como a macro-história e a micro-história, representada pelos estudos sobre a vida privada, imaginário e cotidiano. Neste caso, o

---

<sup>152</sup> Além das diretrizes dos departamentos, os eventos temáticos como simpósios e colóquios, minicursos, palestras e a publicação de periódicos acadêmicos também atuam como “zonas” de trocas historiográficas e fortalecimento da disciplina. CF. FRANZINI, Fábio. *Esboço para um auto retrato: observações e impressões sobre a reflexão historiográfica no Brasil do entre séculos (1990-2010)*. IN. MEDEIROS, Bruno F. et ali. *Teoria e historiografia – debates contemporâneos*, Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

<sup>153</sup> FREITAS, Marcos Cesar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

<sup>154</sup> Antes desta obra, Ciro Flamarion já havia publicado (primeiramente em espanhol) outro trabalho de reflexão sobre a história, juntamente com o historiador Hector Pérez Brignoli. CF. CARDOSO, Ciro F & BRIGNOLI, Hector. *Os Métodos da História*. São Paulo: Graal, 1990.

adjetivo “micro” aparece para descrever os recortes, que passaram a ser cada vez mais circunscritos<sup>155</sup>.

Esta obra, porém, deixou muitas lacunas e algumas temáticas simplesmente não foram debatidas, o que foi reconhecido pelos autores, e por este motivo em 2012 foi publicada uma segunda coletânea com o título *Novos domínios da História*, que reúne autores de diferentes áreas e filiações teóricas. De um modo geral, os autores convidados a contribuir com o debate se propõem a explorar os temas que não foram analisados na edição anterior, “seja porque estavam em estágio inicial enquanto áreas de pesquisa, ou porque ainda não encontravam receptividade nos projetos dos historiadores brasileiros”<sup>156</sup>.

O mérito das duas obras, se pensadas em conjunto, é a atenção para a consolidação de novos objetos e campos de pesquisa que se desenvolveram na década de 1980 e se consolidaram na década de 1990. Este tipo de empreendimento é necessário tendo em vista que a pluralização dos campos de estudo na história acarretou uma série de polêmicas entre os historiadores por falta de definições. Desse modo, ao observar as diferenças da obra de 1997 para sua continuação em 2012, podemos ter em conta que os campos de pesquisa são complementados e se aprofundam nos deslocamentos internos<sup>157</sup>.

Silvia Regina Ferraz Petersen, em *O pensamento histórico brasileiro*, reflete sobre as tendências então recentes na historiografia brasileira, problematizando as influências europeias e estadunidenses em nosso meio na década de 1980, como Michel Foucault, Carlo Ginzburg, Edward Thompson e Robert Darnton. A autora aproxima-se de Fico e Polito no que tange à inclusão de fatores como condições sociais, políticas institucionais de produção<sup>158</sup>. Este processo se desenvolve com a institucionalização dos cursos de pós-graduação. Já não era mais uma divisão baseada em campos de interesses,

---

<sup>155</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.14.

<sup>156</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (ORG.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. XI.

<sup>157</sup> Ibidem.

<sup>158</sup> O pensamento histórico brasileiro: relações com vertentes europeias e americanas, tendências temáticas e teóricas recentes. *História em revista*. Pelotas/RS, v.9, pp7-43, dez. 2003.

como marxistas, economicistas, liberais políticos entre outros, mas por concepções de história distintas, entre historiadores tradicionais e modernos.

Petersen, como os demais autores, também percebe a incorporação de novas temáticas e teóricas como o principal marco da década de 1980. Estas *apropriações*, no entanto, são descritas como “epidérmicas”, superficiais, de campos teóricos complexos, o que provoca desvios, usos e equívocos na produção historiográfica, e as visões macro, ou as grandes sínteses, caem em descrença, e, na pior das hipóteses, são completamente repudiadas<sup>159</sup>. A autora observa o que pode ser descrito e observado em termos de *apropriação*, e cita a chamada terceira geração dos *Annales*, a nova história cultural, que faz menção a diferentes autores e contextos, da micro-história italiana, dos historiadores ingleses inspirados em Marx, e por último, temas e pesquisas guiados por referenciais Foucaultianos<sup>160</sup>.

O que chama a atenção na análise de Petersen é o destaque que ela dá à falta de reflexões teóricas que marca a historiografia brasileira. Este tipo de trabalho, segundo a autora, poderia contribuir para esclarecer usos das novas correntes historiográficas que se intensificaram a partir da década de 1980. Em suma, não haveria no Brasil um campo de discussão teórica que pudesse legitimar aquilo que *apropriamos* de outros contextos. O resultado foi que entre as décadas de 1980 e 1990 houve uma produção guiada por novos temas e fontes, sem uma reflexão teórica que debatesse ou corroborasse as práticas historiográficas propostas<sup>161</sup>.

A análise historiográfica empreendida por Astor Antonio Diehl, *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes* (2004), procurou deter-se na passagem da década de 1970 para a década de 1980, que também marcou o amadurecimento da historiografia brasileira. Segundo Diehl, neste período, as grandes explicações são redirecionadas para as

---

<sup>159</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (ORG.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<sup>160</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes européias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes. *História em Revista*. Pelotas/RS, v. 9, pp. 7-43, dez. 2003

<sup>161</sup> Sobre o tema das análises historiográficas sobre o período, conferir o artigo de Jurandir Mallerba no qual faz um balanço das principais críticas historiográficas do período e o alcance de cada uma das leituras. CF. MALLERBA, Jurandir. Notas à margem. *Revista Textos de história*, vol.2, nº1/2, 2002. pp. 181-211.

perspectivas culturais. Além da grande gama de novos temas trazidos a discussão neste período, o que mais se deve destacar são as teorias e metodologias da história, que se tornam o lastro epistemológico que permitem sustentar qualquer nova análise que se proponha na pesquisa histórica. “O conhecimento histórico, nessa configuração, interpreta e resulta da “adaptabilidade” conceitual-teórico-metodológica”<sup>162</sup>.

Diehl parte das dúvidas: Existe a partir da década de 1980 uma “nova” cultura historiográfica brasileira? Se sim, com ela ocorre uma ruptura epistemológica do conhecimento histórico nos seus interesses, ideias orientadoras, métodos, formas de representação e de sua função didática? Em resposta descreve que a *apropriação* de novos autores, juntamente com a chamada “crise da modernidade”, teria configurado (ou simplesmente ajudado a configurar) novos caminhos para a história no Brasil.

O processo político que levou ao fim o Regime Militar no Brasil significou maior autonomia para as universidades brasileiras. Com a reforma universitária, a historiografia da década de 1980 se liga diretamente com a institucionalização dos cursos de pós-graduação, e é a etapa mais recente do processo de consolidação da história como disciplina no Brasil, enfatizando como o sistema de divisão em departamentos vai circunscrever o *lugar de produção* da história na universidade<sup>163</sup>. É a partir dos departamentos que os programas definem diretrizes de pesquisa, vetam e sancionam o que deve ser escrito e o que é de fato um texto de história. Ao mesmo tempo em que se inicia a crise dos parâmetros tradicionais, as reformas universitárias coincidem com a recepção de novas alternativas temáticas e teóricas, que são *apropriadas* por alguns autores que na época se titulavam como mestres ou doutores. Este processo pode ser descrito por três características.

Em primeiro lugar, desenvolve-se uma historiografia controlada por uma comunidade científica orientada por um *ethos* específico e autônomo, pelo qual se procurou atingir fins e interesses próprios, sem servir ao Estado nem a quaisquer sujeitos sociais. Em segundo lugar, houve a implementação de objetos de pesquisa, arquivos e linhas de pesquisa e áreas de concentração

---

<sup>162</sup> DIEHL, Astor Antonio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes*. Passo Fundo: editora UFPE, 2004. P.21

<sup>163</sup> *Ibidem*. p.64

específicas. E, em terceiro lugar, ocorreu uma intensificação na influência francesa na cultura historiográfica, com a aproximação da Nova História e da História Cultural. Esta última tendência se apresenta no final da década de 1980 em diante como uma “historiografia especializada em objetos fragmentários”, nos quais o foco é cada vez mais os textos e os discursos operados historicamente, o simbólico e o imaginário. Por fim, este movimento rompe com as fronteiras disciplinares da história<sup>164</sup>.

A macro-história é superada pela micro-história, composta de “pequenas” histórias, que possuem um sentido em si<sup>165</sup>. As preocupações não são mais somente a política, a economia ou a sociedade, mas os indivíduos, o que também é verificável no método. Antes as pesquisas se baseavam nos métodos analíticos próximos da ciência econômica, política e sociológica, agora os métodos hermenêuticos predominam e se aproximam da antropologia<sup>166</sup>. Questionam-se as teorias generalizantes precedentes, colocando em seu lugar a “descrição densa”, que se apresenta como método próximo da antropologia e da etnologia<sup>167</sup>.

Concluindo esta revisão bibliográfica, podemos elencar algumas características que são comuns a todos estes balanços. De modo geral, o período de 1980 e 1990 é visto como um momento de mudanças, a década de 1980 permeada pelas primeiras experimentações e a década de 1990 pela consolidação de diferentes campos de pesquisa. Estas mudanças estão associadas à recepção de novos aportes teóricos no contexto brasileiro. Juntamente com estes fatores, podemos evidenciar na leitura destes autores que o movimento universitário e a fundação de programas de pós-graduação foram essenciais para dar novo folego às pesquisas nacionais. E por último, a aproximação com temas culturais e os estudos locais, em escala reduzida, aparecem como opções metodológicas para os historiadores brasileiros.

---

<sup>164</sup> DIEHL, op. cit. p. 65

<sup>165</sup> Embora o termo micro-história aqui também possa remeter à *prática historiográfica* que estamos colocando em discussão, o termo também é utilizado por Diehl para designar a história fragmentada, regional, ou de casos circunscritos.

<sup>166</sup> Sobre Hermenêutica e micro-história CF. DIEHL, Astor Antonio. Considerações sobre a discussão em torno da microistória. IN. *Revista de Filosofia e Ciências Humanas*. Universidade Federal de Passo Fundo. Passo Fundo, ano 12. N°1 e 2 p.71-86, 1996.

<sup>167</sup> Refere-se nesta passagem especialmente à antropologia simbólica de Clifford Geertz.

Desse modo, tendo em vista esta caracterização geral da historiografia brasileira, e direcionando nosso olhar para as *apropriações* da micro-história italiana, nossos próximos passos vão de encontro com a observação de como, e em que medida, seus aspectos e influências se efetivaram na historiografia brasileira, quais seus caminhos e onde foram aplicados com maior intensidade.

### 2.3 – A história social na historiografia brasileira

No primeiro capítulo pudemos perceber como a micro-história italiana, em suas duas vertentes, foi resultado principalmente do diálogo dos historiadores italianos reunidos na revista *Quaderni Storici* com a História Social, como descreveu Levi, “um caminho italiano para a História Social”. Passando para o contexto brasileiro, ao problematizar as *apropriações* da micro-história também requer percorrer o desenvolvimento da História Social em nosso meio, e a partir de seus desdobramentos internos localizar as primeiras experimentações desta *prática historiográfica*.

Favorecida pelo contato com a Escola Sociológica Paulista, na USP, a história social foi desenvolvida inicialmente por sociólogos. Contribuiu com pesquisas dedicadas à questão racial, escravidão, trabalho e sobre o movimento operário desde a década de 1960<sup>168</sup>. Com a consolidação dos programas de pós-graduação se configura também o campo de ação da História Social, que na década de 1980 foi marcada por pelo menos três áreas predominantes de pesquisas com maior nitidez: a história social da família, do trabalho, e sobre estudos voltados ao período colonial, juntamente com pesquisas sobre a escravidão<sup>169</sup>. Portanto, a história social brasileira já nasce em meio a um diálogo interdisciplinar, o que favoreceu seu contato com novos aportes teóricos na década de 1980.

A história social da família combinou demografia histórica e análises sociológicas e antropológicas<sup>170</sup>. Os dados levantados pelo uso da demografia permitiram que sua ênfase se pautasse em identificar a pluralidade de arranjos e diferentes concepções familiares, a “expansão das temáticas e abordagens já

---

<sup>168</sup> CASTRO, Hebe. *A história Social*. In: CARDOSO, C. & VAINFAS, R. op. cit. P. 90

<sup>169</sup> Ibidem p.91

<sup>170</sup> Cf. Samara, Eni de Mesquita. “A História da Família no Brasil”. Em: Revista Brasileira de História: Família e Grupos de Convívio, 9:17, set-1988/fev-1989, pp. 7-36.

constituíram subcampos, como a família escrava, ou novas áreas de especialização, com perfil autônomo, como a história da mulher ou da sexualidade”<sup>171</sup>. Como resultado, estas posições aplicadas à história levaram a reavaliação das repetidas afirmações sobre a inexistência de relações familiares entre os escravos. Além disso, levantou novas questões, “qual o significado de família para os cativos? Qual o status da mulher cativa nesse contexto? Que outras relações familiares teriam acesso os escravos? Qual o peso das tradições africanas nesse processo?”<sup>172</sup>. Em resposta a estas questões, as fontes nominais, inventários, processos-crime, relatos de viajantes passaram a ter especial significado documental para a compreensão do papel da família escrava no Brasil colonial<sup>173</sup>.

Outra área de estudos é a história social do trabalho. Esta se ocupou especificamente para a experiência da vida urbana a partir do século XIX, inaugurando uma tendência revisionista das análises da década de 1960, que até então se dedicavam ao movimento operário sindical, suas relações com o Estado e os movimentos de massa. O mundo do trabalho e movimento operário foram pensados em relação à formação da identidade desses sujeitos, da urbanização, do cotidiano, das identidades sociais, controle social, cidadania no espaço urbano e marginalidade<sup>174</sup>. Sob esta rubrica podem ser identificadas pesquisas dedicadas ao mundo do trabalho. A valorização da experiência e da cultura como matrizes explicativas, chegava juntamente com o levantamento demográfico para análise das fontes, especialmente por meio de sugestões temáticas da tradição revisionista marxista inglesa, com destaque

---

<sup>171</sup> CASTRO, op. cit. p.92

<sup>172</sup> Ibidem p.93.

<sup>173</sup> Uma amostra representativa destes estudos pode ser encontrada em: Slenes, R.W. Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas: Unicamp, 1995; Ipe USP, Revista de Estudos Econômicos, 17:2, 1987; e Marcílio, M.L. et alii. História e população: estudos sobre a América Latina. São Paulo: ABEP, 1990. Para uma visão de conjunto e análise de suas implicações, ver também Slenes, R.W. “Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX”. Em: Lara, S. (org.). Escravidão. Revista Brasileira de História, vol. 8, nº 16, mar-ago/1988

<sup>174</sup> A título de exemplo, cf., entre outros, Fausto, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: Difel, 1977; Dias, Maria Odila da Silva. Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984; Chalhoub, Sidney. Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986; Carvalho, José Murilo. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Soihet, Raquel. Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense, 1989.

para a influência de Edward Thompson<sup>175</sup>. Muitas destas análises foram marcadas por “uma redução da escala de análise e uma aproximação com a antropologia”<sup>176</sup>.

A história social do Brasil colonial e da escravidão foi impulsionada pela necessidade da realização de estudos de tipo revisionista da produção realizada nas décadas de 1960 e 70. Associada num primeiro momento principalmente às pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo, posteriormente também se desenvolve com grande intensidade na Universidade Federal da Bahia, na UNICAMP (onde é fundada uma linha de pesquisa totalmente dedicada ao estudo da escravidão) e na Universidade Federal Fluminense. Este campo desenvolveu um diálogo mais intenso com a historiografia internacional e foi o que primeiro se aproximou de elementos da micro-história. A complexidade da Colônia é muito maior do que a simples caracterização de uma sociedade composta somente por senhores e escravos. Comerciantes, libertos, escravos e senhores ganharam identidades e suas ações foram redescobertas. Por meio desta perspectiva, foi possível perceber algumas vicissitudes locais e próprias da “vida em colônia”, como as interações sociais, as incertezas e as escolhas dos agentes tomados como objetos das pesquisas históricas.

A história social foi a porta de entrada para muitas experimentações da recepção e *apropriação* de novos aportes teórico-metodológicos, acompanhando também a reestruturação universitária e a consolidação dos programas de pós-graduação. É no interior deste percurso que evidenciamos os primeiros efeitos de *apropriações* da micro-história na década de 1980. Autores como Ronaldo Vainfas, Laura de Mello e Souza, Luiz Mott e João Fragoso, são exemplos de pesquisadores que dedicaram suas pesquisas aos estudos coloniais e da escravidão.

Os três primeiros têm uma proximidade com a micro-história italiana principalmente pela influência de Carlo Ginzburg e seus estudos sobre crenças populares a partir de pesquisas com arquivos inquisitoriais. Já João Fragoso se distancia do Marxismo e se aprofunda em temas ligados às estratégias de

---

<sup>175</sup> CF. RAMOS, Igor Guedes. Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Assis, 2014.

<sup>176</sup> CASTRO, op. cit. p. 57.

sobrevivência utilizadas por diferentes atores sociais. A partir da redução de escala, do método nominalista, observa a articulação destes indivíduos nas redes de poder que compunham o mundo colonial, em paralelo à perspectiva de Giovanni Levi e sua influência de Fredrik Barth. Portanto, a história social dedicada ao mundo colonial é nosso próximo ponto de análise.

#### **2.4 – Apropriações historiográficas nos estudos coloniais**

Faremos neste momento uma reflexão acerca da historiografia do período colonial, especialmente tendo em vista trabalhos que se dedicaram sobre trocas culturais, religiosidades e crenças populares na década de 1980. Com efeito, este percurso será pautado na relação entre a tradição historiográfica brasileira e a inovação a partir da renovação acadêmica ocorrida neste período, partindo de análises de Laura de Mello e Souza e de Ronaldo Vainfas, dois importantes historiadores que se dedicam a estudos sobre o período colonial. Ambos autores são, ao mesmo tempo, testemunhas e personagens deste capítulo da historiografia brasileira, e têm como ponto de encontro o *lugar de produção* institucional da pós-graduação da Universidade de São Paulo.

Neste período, muitos trabalhos que foram desenvolvidos estão inseridos no que podemos chamar de releitura de autores clássicos da historiografia brasileira, em especial obras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, articuladas com uma série de influências que deram novos rumos ao desenvolvimento de nossa história cultural. Neste processo, foram *apropriadas* sugestões temáticas, teóricas e metodológicas, que acarretaram em trabalhos realizados em escala reduzida, com a presença de referenciais antropológicos e escrita narrativa, o que sugere a reunião de elementos necessários para incursões micro-históricas.

Antes de partirmos para esta análise, devemos ter em conta a originalidade que estas práticas representaram para o desenvolvimento da história no Brasil, o que significa enfatizar o papel ativo dos historiadores brasileiros quando confrontados com a influência de novos autores. Conforme Jurandir Malerba nos alerta, muitas vezes o processo de *apropriação* é interpretado como uma série de influxos externos unilaterais, como se qualquer

novidade de outros contextos historiográficos fossem rapidamente adotadas passivamente, desconsiderando nossa própria identidade. Contudo, o que ocorre no Brasil não está necessariamente ligado a acontecimentos europeus ou estadunidenses, esta visão é demasiadamente reducionista<sup>177</sup>. Qualquer tipo de *apropriação* é realizada de acordo com as necessidades e adaptações específicas da realidade brasileira, somando-se, ainda, nossa própria tradição historiográfica. E é com base nestas considerações que procuramos dar visibilidade à década de 1980.

Em “Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial” (1998), Laura de Mello e Souza procura traçar um panorama da produção historiográfica brasileira com relação aos trabalhos desenvolvidos ao redor de temas culturais no período colonial. A autora parte de uma definição de cultura mais abrangente, especificamente aquela desenvolvida por Carlo Ginzburg e Clifford Geertz. Segundo Souza, Ginzburg possibilitou compreender as dinâmicas de diferentes níveis culturais e suas relações entre si, e Geertz, como aporte teórico oriundo da antropologia, problematiza temas culturais a partir de seus significados simbólicos e múltiplos<sup>178</sup>.

Neste texto, Souza procura refazer a trajetória da história da historiografia brasileira, procurando indícios dos trabalhos que tematizaram de algum modo a cultura no Brasil. Para tal empreendimento, dividiu sua argumentação em quatro tópicos temáticos, cronologicamente organizados: “Ensaio formativos, a ênfase nas relações gerais entre história e cultura” (1907-1936); “Delimitação do objeto: Uma história da cultura” (1945-1959); “Entre a história da cultura e a história das mentalidades: os primeiros momentos” (1967-1986); E o período mais recente, que abrange a década de 1990 em diante.

Da primeira fase destacaremos Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, pois são autores clássicos da historiografia brasileira que exerceram uma grande influência entre os historiadores brasileiros que se dedicaram a pesquisas sobre o período colonial. A referida autora figura entre estes trabalhos,

---

<sup>177</sup> MALLERBA, Jurandir. *Notas à margem*. 2002 p.195.

<sup>178</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial*. . IN: FREITAS, Marcos Cesar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p.18

realizando algumas releituras de suas principais obras e cruzando seus temas com novos aportes teóricos, por meio de um cruzamento entre tradição e inovação.

Segundo a autora, *Casa grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, seria uma obra híbrida entre tradição e inovação. Nela, a influência da antropologia para a interpretação das diferentes culturas que se mesclaram no Brasil foi decisiva para sua tese de equilíbrio de antagonismos, no qual a estrutura fundiária fornecia também uma hierarquia social que garantia a coesão e o funcionamento da sociedade brasileira. Além da novidade trazida pela antropologia de Franz Boas, também houve uma grande inovação com relação ao uso documental e com relação à temática abordada. Esta característica é levada adiante em suas demais obras<sup>179</sup>.

Nas obras, *Sobrados e mucambos* (1936) e *Nordeste* (1937), Freyre inovou na temática, nas fontes e na metodologia. Este primeiro livro teve como base a diferenciação entre raça e cultura, “se a exploração econômica foi violenta e iníqua, a mestiçagem atuou como elemento atenuador, diminuindo as distâncias entre a casa senhorial e a senzala”<sup>180</sup>. Ambas as obras foram baseadas em anúncios de jornais, diários familiares, escritos de viajantes estrangeiros, livros de receitas, fotografias, cantigas de roda e toda a tradição oral, “multiplicando os ‘suportes culturais’ à disposição do historiador”<sup>181</sup>.

A mestiçagem racial operada no desenvolvimento da sociedade brasileira foi considerada benéfica na ótica de Gilberto Freyre, já que organizou a sociedade pela articulação de diferentes culturas. Em contrapartida, os males que eram comumente atribuídos à mestiçagem, doenças, amoralidade, apatia e aversão ao trabalho passaram a ser considerados como consequências do sistema econômico. A originalidade das práticas e das crenças e costumes eram atribuídos ao cruzamento das três raças - branca, africana e indígena. Embora sua leitura tenha uma percepção positiva, também é encarada como predominantemente harmônica, “capaz de equilibrar antagonismos entre culturas”<sup>182</sup>. O que pôde ser encarado, posteriormente, como “democracia racial”. Também dá espaço para as relações sexuais e religiosidade popular.

---

<sup>179</sup> SOUZA, op. cit. p.20

<sup>180</sup> Ibidem. p.20.

<sup>181</sup> Ibidem. p.20

<sup>182</sup> Ibidem. p.21.

Por estes motivos, *Casa grande e senzala* influenciou inúmeras obras cujo recorte se baseia no Período Colonial.

O segundo livro que a autora se preocupou em destacar e comentar nesta fase foi *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. A obra de Holanda marca, segundo Souza, o “início de uma história cultural madura e rigorosa do ponto de vista teórico e metodológico”. Ainda que escrito em forma de ensaio, ele é metodologicamente baseado na sociologia alemã, especialmente em Max Weber. Citando um comentário da autora sobre os dois historiadores:

Gilberto Freyre foi um precursor da moderna história das mentalidades e da nova história cultural; Sérgio foi um dos seus criadores, e o fez simultaneamente aos franceses, mesmo que os autores a guiarem-no tenham sido diferentes<sup>183</sup>.

Os trabalhos dos anos 40 e 50 divergem dos seus antecessores. Por exemplo, *Monções* (1945) e *Caminhos e fronteiras* (1957) de Sérgio Buarque de Holanda, marcam sua consolidação como historiador da cultura, influenciado por alguns teóricos da antropologia, que auxiliam a pensar algumas práticas cotidianas “do ponto de vista metodológico o autor busca compreender, em toda a sua complexidade, o mecanismo das trocas, sínteses e soluções culturais”<sup>184</sup>. Sobre estas obras a autora ainda comenta: “Muito antes das considerações de Carlo Ginzburg sobre o conhecimento indiciário, Sérgio Buarque de Holanda tematiza questões semelhantes em ‘veredas de pé posto’ e ‘Samaritanas do sertão’, detendo-se sobre a dimensão cultural dos sentidos da percepção”<sup>185</sup>. Sergio Buarque está num “meio caminho” de questões desenvolvidas pela história das mentalidades (que começavam a se desenvolver na época), e também das determinações materiais e econômicas na vida cotidiana.

*Visão do paraíso*, publicado em 1959, é uma grande obra sobre estudos de história da cultura no Brasil, “traça a história do universo mental dos colonos portugueses da época dos descobrimentos, enfatizando-lhe o caráter mítico e explorando a tensão entre mudança e persistência”<sup>186</sup>. É a história de como os portugueses projetavam a existência de um paraíso terrestre, o que também

---

<sup>183</sup> Souza, op. cit. p.24.

<sup>184</sup> Ibidem p.24-5.

<sup>185</sup> Ibidem p.25.

<sup>186</sup> Souza, op. cit. p.26

pode ser visto como uma história comparativa, já que a colonização portuguesa é comparada a espanhola, por meio das características culturais de cada uma: “O espírito de aventura e o fascínio pelo desconhecido levam os espanhóis a aceitarem o maravilhoso, enquanto o predomínio da tradição amarra os portugueses à rotina”<sup>187</sup>.

A questão mental dos colonizadores nunca havia sido abordada como um elemento constitutivo da colonização. Na época destas publicações, os trabalhos sobre história da cultura no Brasil preocupavam-se com questões econômicas, somente reconhecendo sua importância a partir da década de 1970. Esta última obra de Buarque é retomada por alguns autores na década de 1980, pois a proximidade temática com a “história das mentalidades” auxiliou algumas releituras do universo mental no período colonial, especialmente no que tange às trocas culturais entre Portugal e a Colônia.

Na década de 1960, devido ao contexto ditatorial, os estudos sobre cultura foram deixados de lado, dando maior espaço para pesquisas sobre as lutas políticas e das estruturas fundamentais da sociedade, sendo inclusive vítima de preconceitos acadêmicos. As mentalidades também são incorporadas, de maneira mais assumida, na obra de Anita Novinsky *Cristãos novos na Bahia* (1973), orientada por Sérgio Buarque de Holanda, e mesclando estudos realizados na França onde foi aluna de Robert Mandrou<sup>188</sup>. Esta tese defendida em 1970 tematiza o problema dos cristãos novos e o Santo Ofício, e inaugura um campo de estudos sobre a ação inquisitorial na América portuguesa<sup>189</sup>. Baseando-se completamente em manuscritos, sua originalidade está em perceber como a crença judaica foi interpretada de modo negativo pelo Tribunal do Santo Ofício, buscando compreender o universo mental e cultural daquele período.

Os estudos Inquisitoriais que começam a ser realizados no Brasil seguem ao mesmo tempo a linha de renovação historiográfica, sem, no entanto, abrir mão dos autores “clássicos”, como os exemplos citados de

---

<sup>187</sup> Souza, op. cit. p.26

<sup>188</sup> Novinsky introduz os estudos inquisitoriais na USP em 1969.

<sup>189</sup> Anita Novinsky foi uma das pioneiras a “redescobrir” a temática inquisitorial, devido a seu interesse pessoal em estudar a temática dos cristãos-novos no Brasil, quando teve acesso a documentações até então inéditas no Brasil. CF. Das pesquisas sobre a Inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo, entrevista com Anita Novinsky. In: WebMosaica revista do instituto cultural judaico marc chagall v.3 n.2 (jul-dez) 2011.

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Neste percurso, o aspecto religioso só é evocado para que se possa compreender a cultura:

É curioso que a obra chegasse a posições próximas às análises francesas de mentalidade realizadas mais ou menos na mesma época, pois, então, Anita Novinsky ainda não indicava na bibliografia, conhecimento desse tipo de trabalho. Depois, contudo, aproximou-se de Robert Mandrou, que estudara os heterodoxos europeus num trabalho importante, sendo mesmo uma das introdutoras de seus trabalhos no Brasil<sup>190</sup>.

Seguindo sua descrição bibliográfica, a autora cita ainda Evaldo Cabral de Melo que é mais fortemente influenciado pela historiografia francesa, combinando a tradição pernambucana em suas publicações na década de 1970 e 1980, como por exemplo, *Olinda restaurada* (1975), seguida de *O Norte agrário e o Império* (1984), *Rubro veio* (1986) e, em 1989, *O nome e o sangue*. Evaldo Cabral mescla em suas pesquisas articulações entre o recorte regional, partindo de famílias e suas influências sociais, ao contexto geral, e à sociedade Pernambucana no período colonial<sup>191</sup>. Para Souza “Evaldo Cabral realizou um avanço considerável nos estudos de história referentes ao período colonial” e embora tenha se baseado em autores clássicos, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, seus referenciais principais eram europeus, da história da cultura e das mentalidades<sup>192</sup>.

Em período mais recente, a partir do final da década de 1980 e década de 1990, surgiram trabalhos e abordagens sobre o período colonial, cujos aportes teóricos auxiliavam a pensar a cultura popular e outros temas “marginais” em pelo menos quatro grupos temáticos: os que destacam grupos de pessoas, suas ideias e obras; os que incidem sobre a publicação de livros, sua circulação e influência; os que se atêm a sistemas de crenças na América portuguesa; e os que refletem sobre as trocas culturais entre Europa e América. Neste percurso, a obra *Ideologia e escravidão*, de Ronaldo Vainfas, publicada em 1986, se preocupava com o modo como a sociedade escravista era pensada por intelectuais da época. Em 1989, *A Sátira e o Engenho* de João Adolfo Hansen busca interpretar a cultura da sociedade baiana do século XVII pelas obras de Gregório de Mattos, que também se utiliza de documentação

---

<sup>190</sup> SOUZA, op. cit. P.32

<sup>191</sup> CONVERSAS DO RECIFE, EM LISBOA (Encontro com Evaldo Cabral de Melo). IN. R. História, São Paulo, n. 122, p. 135-146, jan/jul. 1990.

<sup>192</sup> SOUZA, op. cit. P.33

inquisitorial. Sobre os teóricos que influenciaram a historiografia brasileira nesta época, a autora cita Carlo Ginzburg, Robert Darnton e Roger Chartier, que auxiliam a problematizar a cultura em suas diferentes faces: erudita, popular, étnicas e etc. Os três autores passam a ser importantes referências quando se pretende discutir perspectivas culturais na historiografia do Brasil colonial.

Com relação à produção voltada aos estudos inquisitoriais, a autora cita alguns exemplos, como sua própria tese de doutorado *O diabo na terra de santa cruz* (1986), na qual utilizou pela primeira vez os processos do Santo Ofício para estudar as práticas mágicas no período colonial. Seguida de perto pelas obras *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* (1989) e *A heresia dos Índios* (1995), ambas de autoria do historiador Ronaldo Vainfas, que analisam a mistura de crenças indígenas com o catolicismo europeu por meio das fontes inquisitoriais.

Seguindo a trajetória de trabalhos com este tipo de fontes, a autora cita *Maria Padilha e toda sua quadrilha* (1993), que abre possibilidades de estudo dos cultos populares; *Rosa Egípcia – uma santa africana no Brasil* (1993) de Luiz Mott; e *Um herege vai ao paraíso* (1997) de Plínio Gomes, se debruçam sobre as trocas culturais entre a Europa e a América portuguesa por meio de estudos de casos particulares, e que podem ser considerados trabalhos de micro-história neste contexto. Em suma, as fontes inquisitoriais, segundo a autora, além de serem muito ricas, influenciam os modos narrativos de construção do texto, extremamente ricas para os estudos culturais que se desenvolviam, permitindo evidenciar detalhes e reconstruir histórias de vida<sup>193</sup>.

Complementando o estudo apresentado de Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas em “História cultural e historiografia brasileira” (2009). De modo geral, este artigo se debruça sobre os últimos vinte anos da historiografia brasileira, com relação a produção dedicada ao período colonial, que trazem como temática questões de cunho cultural. Este texto é resultado de uma conferência de abertura do evento “História: Questões & Debates 25 Anos” ocorrido na Universidade Federal do Paraná (em 2005), e procura analisar os debates conceituais acerca da história do Brasil na passagem da década de

---

<sup>193</sup> SOUZA, op. cit. P.36.

1980 para 1990, especialmente na sua relação com a História das Mentalidades francesa e a micro-história italiana.

Os campos de influência identificados por Vainfas neste período são a “história cultural italiana” de Carlo Ginzburg ou Giovanni Levi, a história derivada de Roger Chartier, ligado a tradição dos *Annales*, e também a historiografia ligada à História Social Inglesa, especialmente a de Edward Thompson. Além destes, também cita a presença dos antropólogos Clifford Geertz, Marshall Sahlins e Frederik Barth, juntamente com o filósofo Mircea Eliade e o sociólogo Norbert Elias<sup>194</sup>.

A presença destes autores foi associada à “nova história” que se praticava no Brasil nas últimas décadas do século XX, termo que apareceu muito mais nas críticas em torno dos “historiadores que trabalharam pela primeira vez com temas ligados às mentalidades, sexualidades, religiosidades e circularidades culturais”<sup>195</sup>. Temas de história da cultura não eram necessariamente “uma novidade” no Brasil, ainda no século XIX alguns autores já propunham temas culturais. E no século XX uma série de trabalhos se dedicou a “estudos da cultura no Brasil”. O que muda obviamente é o enfoque teórico e os diálogos que a história realiza no final do século XX. A história cultural que se realiza neste período se desenvolve a partir da história social e se aproxima especialmente da antropologia para definir seus critérios de análise e interpretação<sup>196</sup>.

Vainfas faz uma série de críticas à caracterização elaborada pela historiadora Laura de Mello e Souza no artigo que citamos anteriormente. Dentre os autores citados pela historiadora, somente Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* teria uma perspectiva cultural, ainda que pense a partir de uma cultura portuguesa, a qual também “seria a fonte de nosso arcaísmo”<sup>197</sup>. Seu foco foi pensado a partir da sociologia alemã Weberiana, como um ensaio sobre a formação do Brasil, e não como uma obra historiográfica nos termos que conhecemos atualmente. O mesmo ocorre em

---

<sup>194</sup> Entrevista com Ronaldo Vainfas: História, Historiografia e pós-graduação brasileiras. Revista História em Reflexão: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007 p.7

<sup>195</sup> VAINFAS, Ronaldo. *História cultural e historiografia brasileira*. In. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR p.218.

<sup>196</sup> Ibidem p. 220.

<sup>197</sup> VAINFAS, 2009 op. cit. P.222.

*Visões do paraíso*, também de Holanda. Esta segunda obra de Holanda dialoga com Ernst Curtius, e sua *Literatura europeia e Idade Média latina* (1948), que segundo Vainfas é explicitado por Sérgio Buarque, além de outros autores clássicos do século XIX. Assim, exceto os temas que atualmente poderiam ser inseridos no que chamamos de mentalidades, não existem conexões suficientes para que se possa enquadrá-lo nos esquemas de um historiador das mentalidades.

No caso de Gilberto Freyre, Vainfas assume que este teria mais características de estudos sobre mentalidades, especialmente pelo tratamento de temas-tabu, como sexualidade, religiosidades e costumes. Ainda que estes pontos possam ser articulados de modo a serem articulados com a história das mentalidades, o objetivo de Freyre era pensar a formação da sociedade brasileira em sua formação histórica. As referências citadas por Laura seriam consideradas como precursoras da historiografia brasileira praticada a partir da década de 1980, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque ficaram um pouco esquecidos durante 1964 e 1980<sup>198</sup>. Retomados posteriormente, foram articulados abrindo um espaço de releituras, que dialogavam com o contexto historiográfico internacional<sup>199</sup>.

Vainfas reconhece que é inegável a observação de *apropriações historiográficas* nos estudos sobre o período colonial, as *práticas historiográficas* que são experimentadas encontram um solo fértil nestes autores clássicos, e esta combinação gerou inúmeros trabalhos cuja qualidade é inquestionável. Já existia uma sólida tradição historiográfica em nosso contexto que foi ampliada pelos diálogos que estamos tentando demonstrar nesta pesquisa<sup>200</sup>. Além disso, não se trata aqui de criar um lugar comum no qual a influência estrangeira seja vista como um sinal de desenvolvimento para a história produzida no Brasil, mas ter em conta que já existia uma possível “história cultural” brasileira, reforçando a originalidade da produção nacional. Se houve demora na institucionalização da produção do conhecimento histórico nacional, isto está longe de excluir o que foi produzido fora dos padrões

---

<sup>198</sup> VAINFAS, 2009 op. cit. p. 225.

<sup>199</sup> Ibidem p.226.

<sup>200</sup> Ibidem p.233

universitários. E qualquer reflexão a respeito das trocas historiográficas deve ser problematizada a partir desta constatação.

## **2.5 – A micro-história na historiografia brasileira dos anos 1980-1990 – Primeiros indícios**

A recepção da micro-história no Brasil está imersa no movimento da historiografia brasileira da década de 1980, por três caminhos distintos. Primeiramente, o contexto histórico brasileiro, juntamente com a crise de paradigmas e das perspectivas generalizantes, que começa a marcar presença em nosso meio. Em segundo lugar, a nova geração de historiadores fruto do novo modelo de pós-graduação no Brasil, que dialogam, ao mesmo tempo, a historiografia brasileira “clássica”, com novos aportes teóricos, dando início a série de releituras de temas historiográficos. Em terceiro lugar, a intensificação de traduções de trabalhos que estavam em cena na historiografia internacional, juntamente com a mobilidade de pesquisadores com estágios ou cursos fora do país que colaboraram com as trocas historiográficas do período.

A partir destes caminhos, procuramos neste tópico dar atenção mais detalhadamente às primeiras *apropriações* da micro-história, os primeiros indícios de sua presença na historiografia brasileira, partindo das pesquisas universitárias, que, como vimos, se tornaram o principal *lugar de produção* historiográfica no Brasil. No entanto, é necessário que façamos uma ressalva importante em termos da abrangência desta pesquisa. Uma análise completa das *apropriações* da micro-história italiana no contexto brasileiro poderia ser realizada se partíssemos de uma análise exaustiva da produção acadêmica – dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação – da década de 1980 e início da década de 1990, o que obviamente seria um esforço demasiado extenso para ser consolidado no espaço de tempo de um mestrado acadêmico.

Esta limitação exigiu um recorte em nossa pesquisa. Partimos de exemplos, teses e dissertações, dedicadas ao período colonial produzidas no final da década de 1980 e no início da década de 1990, e que foram publicadas por editoras comerciais. Embora reduzido, este recorte contempla o modo que circunscrevemos a presença da micro-história, são trabalhos que se dedicam

ao período colonial, partem da história social, e são frutos dos programas de pós-graduação da década de 1980.

Selecionamos três obras, *O Diabo na terra de Santa Cruz – feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial* (1987) de Laura de Mello e Souza, e *Trópico dos pecados – Moral, sexualidade e inquisição no Brasil* (1989) de Ronaldo Vainfas; e *Homens de Grossa Aventura* (1990) de João Fragoso. A escolha de cada uma foi baseada em três fatores. A experimentação e *apropriação* de temáticas ou aportes teóricos da micro-história, sua articulação com autores clássicos da historiografia brasileira, e o fato de terem sido publicadas por editoras comerciais.

Os dois primeiros trabalhos, de Laura de Mello e Souza e Ronaldo Vainfas possuem proximidade acadêmica, compartilham o *lugar de produção* onde foram orientados e realizados, ou seja, no curso de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo<sup>201</sup>. Ambos são exemplos de estudos que remetem ao período colonial partindo dos sistemas de crenças na América portuguesa e as trocas culturais entre Europa e América. O terceiro exemplo, a tese defendida e publicada por João Fragoso em 1990, que remete a outro contexto, a Universidade Federal Fluminense, mas que possui paralelos com a perspectiva da micro-história social de Giovanni Levi, o que o torna um exemplo bastante elucidativo, e que foge da predominância da perspectiva cultural de Carlo Ginzburg.

A micro-história num primeiro momento foi interpretada como sinônimo da obra de Carlo Ginzburg *O queijo e os vermes* (1976) – seguida da influência de *Montaillou* (1976) de Emmanuel Le Roy Ladurie, que não se enquadra na mesma perspectiva teórica. As obras apenas se aproximam pela temática inquisitorial. Esta aproximação teve ao menos três consequências na historiografia brasileira. Primeiramente, combinaram a renovação metodológica com sucesso de público alcançado pela obra de Ginzburg. Em segundo lugar, o incentivo a pesquisas com fontes inquisitoriais no Brasil, e seus métodos de interpretação que dão atenção aos inúmeros detalhes passíveis de serem reconstituídos por este material. Em último lugar, elas encontraram um

---

<sup>201</sup> Lembrando que a história social da USP se beneficiou dos diálogos com a Escola Sociológica Paulista, e foi consideravelmente marcada por um intenso diálogo com a antropologia. CF. CASTRO, Hebe. *A história social*. In. VAINFAS, R; CARDOSO, C. Domínios da História: Ensaios de teoria e método. Rio de Janeiro: Campus, 1997. PP. 76-96

contexto sugestivo para os estudos sobre a ação inquisitorial no Brasil, que começou a se renovar com os trabalhos de Anita Novinsky e Carlos Guilherme Mota<sup>202</sup>. Colocadas estas observações iniciais, partimos para os autores e suas obras.

A autora Laura de Mello e Souza é uma das principais referências em estudos sobre a América Portuguesa na atualidade. Sua trajetória intelectual pode ser citada como exemplo dos movimentos da história social, de suas articulações com a antropologia cultural e, posteriormente, também realiza incursões micro-históricas como veremos adiante. Em seu mestrado defendeu a dissertação que foi publicada em 1983, *Os desclassificados do ouro*. Nesta pesquisa a autora procurou adentrar na complexidade social da sociedade mineira do século XVIII, dando atenção a sujeitos que estavam à margem daquela sociedade, classificando-os como *desclassificados*. Partindo de uma vasta e heterodoxa documentação, que de maneira indireta permite o acesso à vida destas pessoas, como documentos oficiais, arquivos eclesiásticos, memórias e dados estatísticos da época<sup>203</sup>.

A obra pode ser compreendida como resultado da necessidade de aprofundar-se na sociedade mineira, desvencilhando-se da tradicional divisão senhores e escravos, que permeava as descrições do período colonial. A apreensão da complexidade social que buscava Souza pode ser evidenciada, por exemplo, no capítulo quatro, “os protagonistas da miséria”. Partindo de documentos de Devassas e relatos de viajantes, a autora investiga o estilo de vida destas pessoas, seu cotidiano, suas casas, suas vestimentas, alimentação e etc. Os conflitos e queixas que chegavam às autoridades permitiam o acesso a tais caracterizações. Havia uma adjetivação pejorativa às pessoas que pertenciam a este grupo social, que eram caracterizados pelo senso comum daquele tempo, como promíscuos, incestuosos, praticantes de concubinato, e etc<sup>204</sup>. Em sua pesquisa Souza identifica mais do que as fontes sugerem, pois existiram também pessoas que foram acusadas injustamente, e para encontrar

---

<sup>202</sup> NOVINSKY, Anita. *Cristãos Novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva 1972

<sup>203</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

<sup>204</sup> Ibidem.

uma separação entre inocentes e culpados a autora realiza um intensivo trabalho de investigação e cruzamento de fontes<sup>205</sup>.

Como podemos observar, muitas questões trabalhadas em *Os desclassificados* remetem às questões debatidas ao redor da História Social, a necessidade de permear a complexidade social, objetivando compreender seu funcionamento interno, as relações entre indivíduos do mesmo grupo social, a articulação de diferentes fontes e seu cruzamento para aprofundar-se no cotidiano e nas formas de agir em um determinado tempo, são questões problematizadas pela história social em diferentes contextos historiográficos.

No decorrer de sua trajetória intelectual, podemos perceber a presença da influência de autores da micro-história, especialmente de Carlo Ginzburg, que aparece com grande intensidade em sua tese de doutorado, *O Diabo na terra de Santa Cruz*, defendida em 1986 – orientada pelo professor Fernando Novais – cujas pesquisas foram realizadas em arquivos brasileiros e portugueses entre os anos de 1982 e 1984. Seu esforço principal foi problematizar o conjunto de crenças e práticas mágicas no Brasil colonial, constatando que estas não diziam somente respeito às tradições indígenas e africanas, mas também à tradição europeia “a especificidade da religião vivida pela população colonial, eivada por reminiscências folclóricas europeias paulatinamente coloridas por contribuições culturais de negros e indígenas”<sup>206</sup>.

Influenciada pelos historiadores Jacques LeGoff, Carlo Ginzburg e Jean Delumeau, a autora realiza uma tentativa de se inserir na corrente, que era classificada no Brasil nos anos 1980, como história das mentalidades. No entanto, na medida em que a autora vê a necessidade de analisar casos particulares, acaba se aproximando de perspectivas micro-históricas – ou microanalíticas, como é o caso do último capítulo, “histórias extraordinárias”, com narrativas detalhadas de casos individuais<sup>207</sup>.

A natureza do objeto estudado impôs novas preocupações teóricas no decorrer de seu trabalho. Com a utilização de fontes inéditas a autora dá voz a pessoas simples, demonstrando como sua religiosidade poderia ser híbrida e

---

<sup>205</sup> SOUZA, Laura de Mello e, *Os protagonistas da miséria*. In. SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

<sup>206</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.16

<sup>207</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. 2002

heterodoxa. A leitura que Souza realizou nas fontes da pesquisa pautou na “busca das mentalidades camponesas”, à maneira de Carlo Ginzburg (*O queijo e os vermes*), e à maneira de Le Roy Ladurie (*Montaillou*), buscando aspectos materiais, espirituais e morais. Também observa a utilização do conceito de circularidade cultural, termo associado a Mikhail Bakhtin (*Rabelais: A cultura popular na idade média e na renascença*), e que também é um referencial do modelo utilizado por Carlo Ginzburg.

Desse modo, a construção do livro parte de uma contextualização histórica da criação do tribunal do Santo Ofício, tendo em vista a reforma protestante e a contrarreforma católica. Já a segunda parte do livro é mais descritiva, partindo para casos mais específicos, além de demonstrar como os Sabbath são assimilados aos Calundus de origem africana<sup>208</sup>. A terceira parte é um diálogo entre diferentes instâncias culturais, assim, a religiosidade popular é vista pelos inquisidores pelo olhar da demonologia, transformando essas crenças populares em casos de possessão demoníaca.

Se por um lado esta obra de Souza é exemplar com relação às primeiras *apropriações* de elementos da micro-história, por outro lado a autora também se esforça para dar continuidade em trabalhos clássicos da historiografia brasileira. O primeiro caso é *Visão do paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda, que se esforçou em evidenciar a transposição de mitos e crenças trazidas pelos europeus durante a colonização da América, especialmente a edenização<sup>209</sup> das terras brasileiras. Nesse sentido, a autora criou em *O Diabo* um “contraponto” a obra de Sérgio Buarque<sup>210</sup>. Ao lado da visão paradisíaca idealizada pela perspectiva de aproveitamento econômico, a autora redescobre um universo de descrições que demonstram os desconfortos e a estranheza da vida nos trópicos. Somando-se a estas descrições, também o imaginário europeu sobre o Brasil era permeado pela existência do demônio, descrições do século XVII apontavam para uma série de elementos que evidenciavam sua presença por todo território, especialmente nos povos indígenas e em suas práticas.

---

<sup>208</sup> Em paralelo com o processo dos Sabbath europeus que entram na demonologia inquisitorial, conforme Ginzburg descreveu em *Os andarilhos do Bem* (1966).

<sup>209</sup> Palavra utilizada para se referir à comparações com o Éden, ou paraíso.

<sup>210</sup> VAINFAS, op. cit 1988. p.168.

Ronaldo Vainfas também se aproxima da temática inquisitorial. Oriundo da Universidade Federal Fluminense, seu mestrado, orientado por Ciro Flamarion Cardoso, foi publicado em 1986 pela editora Vozes, com o título de *Ideologia e escravidão*. Nesta obra, Vainfas empreende uma análise a partir de fontes pessoais, escritas por letrados que viveram no Brasil colonial, e, em seus textos, estes homens deram seu testemunho de como pensavam o tema da escravidão no final do século XVII e XVIII. Este estudo pode ser citado entre aqueles que procuraram problematizar os escravos como sujeitos, interpretando seus modos de pensar e agir<sup>211</sup>.

Vainfas se esforça em construir um quadro no qual a escravidão deixe a percepção idílica dos escravos como “coisa”, e os pensa como pessoas – agentes históricos. As revoltas escravas, por exemplo, teriam sido ocasionadas pelo sentimento dos cativos em relação a sua condição naquela sociedade escravocrata. Seus sentimentos e emoções puderam, em determinadas circunstâncias, levar a revoltas e fugas contra a ordem senhorial<sup>212</sup>. Com base nos textos dos letrados coloniais, Vainfas percebe que a escravidão foi legitimada por um projeto ideológico, que a justificava e naturalizava. Além disso, para o autor, a escravidão tratada pela historiografia até aquele momento tinha uma visão minimalista, escondendo sua face violenta, pelas descrições de Gilberto Freyre<sup>213</sup>.

Caminhando em sua trajetória acadêmica, o autor realiza seu doutorado na Universidade de São Paulo, sob orientação do professor Eduardo D’Oliveira França (entre 1984 e 1988), defendido em 1988 e publicado no ano seguinte com o título *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil* (1989). Suas principais fontes de pesquisas são os arquivos inquisitoriais, tratados morais, legislação régia, constituições eclesiásticas e fontes inquisitoriais, objetivando adentrar no tema das moralidades e da sexualidade

---

<sup>211</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário sobre quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº3, 1989, p.133-152.

<sup>212</sup> Outro estudo que entra nos debates sobre a renovação da historiografia da escravidão e carrega tons da micro-história é *o feitor ausente*, na qual a autora dá luz a uma realidade a partir de fenômenos de “pouca importância”, confluindo Ginzburg e Robert Darnton. CF. ALGRANTI, Leila Merzan. *O feitor ausente*. Petrópolis: vozes, 1988.

<sup>213</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário sobre quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº3, 1989, p.133-152.

nos séculos XVI ao XVIII. Sua tese nesta obra é que as autoridades eclesiásticas, na figura dos inquisidores, procuraram estabelecer um projeto moralizante no período colonial, ou como diz Delumeau, a inquisição foi um longo processo de aculturação e de culpabilização. O próprio Vainfas descreve na época seu trabalho como pertencente à história das mentalidades, buscando atitudes que “estariam na fronteira entre o individual e o coletivo”<sup>214</sup>.

Intimamente inspirado em autores que têm a mesma preocupação na utilização das fontes inquisitoriais, como Le Roy Ladurie, Carlo Ginzburg, juntamente com a influência de historiadores brasileiros, como Luiz Mott e Laura de Melo e Souza. Metodologicamente, Vainfas parte de Michel Foucault, de sua *História da sexualidade*, de *Vigiar e Punir*, assim como de Mikhail Bakhtin, *Rabelais, a cultura popular na idade média e na renascença*, além da utilização da narrativa como forma de descrição e apresentação do texto. A sua relação com Foucault parte do pressuposto que a Igreja estabelece regras éticas e agências de poder empenhadas em difundir essas mesmas regras. Além disso, configura uma série de regras morais, sexuais do viver em colônia, estabelecendo modelos ideais de comportamento.

O próprio Vainfas admite que a passagem dos seus estudos de mestrado para sua pesquisa de doutorado foi intermediada por leituras do que se considerava no momento, “história das mentalidades”. E foi o que provavelmente o levou à USP. No entanto, o autor atesta sua inclinação para uma abordagem de tipo micro-histórica. Como afirmou em uma entrevista concedida a uma revista acadêmica da Universidade Federal de Dourados<sup>215</sup>, sua grande inspiração para escrever *Trópico dos pecados* foi Ginzburg e seu referencial metodológico, a micro-história (continuando inclusive em obras posteriores, como *A heresia dos índios* de 1995, inspirado por *História Noturna*)<sup>216</sup>.

O autor se mostrou sempre favorável a novas perspectivas, demonstrando preferência pela micro-história italiana, como uma das *práticas historiográficas* surgidas no ambiente das discussões em torno da história

---

<sup>214</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

<sup>215</sup> CF. Entrevista com Ronaldo Vainfas: História, Historiografia e pós-graduação brasileiras. Revista História em Reflexão: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.

<sup>216</sup> Entrevista com Ronaldo Vainfas, Revista Cantareira. Ano I, Nº I, Vol I. pp. 1-9 ISSN 1677-7794 p.2.

social. E, decididamente, assumiu seu papel como historiador da cultura colonial, dedicando-se a temas ligados à religiosidade, sexualidade, inquisição e escravidão<sup>217</sup>. Nesta mesma trajetória passou a ser um defensor da micro-história, o que pode ser visto em sua obra *Os protagonistas anônimos da história*, publicada em 2002 pela editora Campus, objetivou dar um melhor posicionamento para esta *prática historiográfica* no contexto brasileiro, e “desfazer a teia de equívocos” na qual ela se encontrava<sup>218</sup>. E em 2008 publicou uma obra completamente aos moldes da micro-história, *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*, publicado pela editora Companhia das Letras<sup>219</sup>.

Nosso último exemplo é o historiador carioca João Luis Ribeiro Fragoso. Formado pela Universidade Federal Fluminense, seu doutorado orientado pela professora Maria Yedda Linhares e defendido em 1990 foi publicada com o título *Homens de Grossa Ventura*<sup>220</sup> (premiado pelo Arquivo Nacional como melhor tese). Embora seja essencialmente marxista, existem deslocamentos que se aproximam de questionamentos expostos por Giovanni Levi, aproximando-se de questões da micro-história social. No prefácio escrito em 1998 por sua orientadora, a professora Linhares, faz referência ao deslocamento de escalas e a utilização de novas fontes para a pesquisa operada por Fragoso em sua tese:

A preocupação de voltar para dentro do país o enfoque de sua história, levando à busca de novas fontes, de diferentes perspectivas teóricas, e de explicações localizadas e documentadas para fenômenos específicos, resultava em abandonar uma certa perspectiva *nacional* (generalizante) de análise, para lidar com realidades concretas e documentadas, *localizadamente*<sup>221</sup>.

A redução de escala é operada por Fragoso, tomando como objeto de estudo o funcionamento do mercado (e de suas formas de produção) da Praça do Rio de Janeiro na virada do século XVIII para o século XIX. Esta localidade está permeada por uma série de elementos e regras únicas, por exemplo, os comerciantes tem uma lógica própria, forjando mecanismos que são pensados

<sup>217</sup> Entrevista com Ronaldo Vainfas, Revista Cantareira. Ano I, Nº I, Vol I. pp. 1-9 ISSN 1677-7794 p.2..

<sup>218</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. 2002.

<sup>219</sup> CF. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>220</sup> – FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>221</sup> Prefácio de Maria Yedda Linhares – FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 p.12.

e utilizados segundo sua realidade (mercado doméstico). Dentro deste conjunto de regras, o autor procura compreender os mecanismos de enriquecimento de fazendeiros e comerciantes, “concentrando sua observação na praça do Rio de Janeiro e seus Homens de Grossa aventura”<sup>222</sup>. Partindo de uma documentação variada, composta de “inventários *post-mortem*, escrituras públicas, registros do porto do Rio de Janeiro, registros de tropeiros, relatórios, memórias, almanaques e etc.”.

Juntamente com os processos de enriquecimento estão outras formas de acumulação de riquezas, as fortunas e as hierarquias sociais, que demonstram como a vida interna da colônia era muito mais complexa do que uma simples “plantation escravista e exportadora”<sup>223</sup>. Essa riqueza e essa produção interna não eram totalmente enviadas a Portugal, os comerciantes diversificavam sua produção, e aplicavam em seus próprios negócios. Fragoso reconhece que a história do Brasil é mais complexa do que as generalizações demonstravam, estas posições podem ser contestadas por meio de análises regionais. Com relação aos estudos econômicos, sua tese contribui para demonstrar a capacidade que a economia local teve em se manter durante este período, fugindo ao esquema internacional que se baseava nas diretrizes do pacto colonial. Em outras palavras, os estudos de caso regionais desmistificariam o pressuposto que considerava o ritmo da economia colonial como algo determinado por suas ligações com o mercado internacional<sup>224</sup>.

Uma das principais conclusões em *Homens de grossa ventura* é a de que a economia colonial era muito mais complexa do que o sistema de *plantation* voltado para o mercado externo sugeria e os dados encontrados demonstram a importância do mercado interno, mesmo em situações em que o mercado internacional era desfavorável. Esta constatação já é suficiente para colocar em questão alguns traços dos modelos clássicos explicativos da economia colonial. A partir da ideia da formação de uma economia interna bem estruturada, Fragoso parte para o estudo da formação das fortunas das grandes famílias de barões de café na Paraíba do Sul, e “para nossa surpresa, encontramos na origem daquelas fortunas, negociantes das praças do Rio de

---

<sup>222</sup> FRAGOSO. Op. cit. p.12.

<sup>223</sup> Idem p.13.

<sup>224</sup> Ibidem p.19

Janeiro e de Minas Gerais”<sup>225</sup>. Somadas às estratégias sociais, as ações realizadas pela elite, que eram destinadas à caridade, eram uma forma de entrar e participar de irmandades cristãs existentes no período. Esta ação adquire um sentido simbólico ao constatar que fazer parte de tais entidades significava adquirir uma posição de prestígio na sociedade.

A partir destas colocações, Fragoso reposiciona historicamente a sociedade colonial: “a forma de produção e a apropriação do sobretrabalho aqui consideradas pressupõe a existência de uma sociedade hierarquizada, onde as diferenças entre grupos sociais passam também por distinções jurídicas e políticas, ou mais precisamente, tal estratificação tem por base relações de propriedade do homem sobre o homem” (p.30). O prestígio social e o acesso a posições diferenciais eram para poucos. A sociedade colonial brasileira estudada tem a singularidade de apresentar traços na hierarquia social dos elementos da economia mercantil, e ainda a possibilidade de ascensão social e, logo, a uma posição de prestígio<sup>226</sup>. Podem em alguns casos ocorrer inversões, os senhores de terra falirem e os comerciantes adquirirem status. Adquirir estas posições também significava encarnar uma posição de mando numa sociedade estratificada, posto que sua hierarquia social era fundada no *status*.

Evidentemente, esta obra de Fragoso não se trata de um exemplo de *apropriação* de elementos da micro-história italiana como nas obras discutidas anteriormente. No entanto, é preciso ter em conta a série de aproximações com a perspectiva de Levi, especialmente a problematização das análises generalizantes a partir de relações dos indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais, suas estratégias de sobrevivência, e os usos das regras existentes para adquirir melhores condições de vida ou status. Posteriormente, na trajetória deste autor esta bibliografia é incorporada, articulando propostas microanalíticas de Giovanni Levi e de seu referencial antropológico, Fredrik Barth, como é visível na obra *A economia colonial brasileira (séculos XVI – XIX)*.

---

<sup>225</sup> FRAGOSO. Op. cit. p.24.

<sup>226</sup> O autor questiona a leitura econômica do marxismo, pois a produção escravista não se assenta nos mesmo moldes da produção capitalista, pois esta se baseia na mais-valia como forma de obtenção de riqueza e ao mesmo tempo fundamenta uma relação de trabalhador com os donos dos meios de produção.

Este percurso em direção à micro-história social pode ser atestado também pela presença do texto de Fragoso, “O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVII”, na obra *Exercícios de micro-história*<sup>227</sup>.

De um modo geral, estes exemplos ilustram o primeiro momento de *apropriação* da micro-história no contexto historiográfico brasileiro. São incursões pontuais, e às vezes não intencionadas, realizadas pelos autores, mas marcam novos posicionamentos, dentre a série de experimentações realizadas na década de 1980, que descrevemos no início deste capítulo. Dando continuidade para nossa pesquisa e com base nos panoramas construídos até o momento, partiremos para uma análise circunscrita, tomando como objetos duas obras realizadas segundo os moldes de uma pesquisa micro-histórica neste mesmo período. Este será nosso objetivo no capítulo final.

## **2.6 - Em busca das Apropriações da micro-história**

A título de conclusão deste capítulo faremos uma descrição geral do caminho percorrido até o momento, e apresentaremos nossos próximos passos que compõe o capítulo final desta dissertação.

De um modo geral, pudemos perceber que há um consenso entre os historiadores que se dedicam a história da historiografia brasileira em afirmar que a década de 1980 representou uma transformação nos modos de fazer e escrever história no país. Esta transformação partiu de fatores internos e externos, com a reforma universitária e a consolidação dos cursos de pós-graduação, assim como a intensificação de diferentes diálogos com a historiografia internacional - ainda que este movimento também tenha ocasionado uma série de mal entendidos e discussões, que podem ser pontuadas entre defensores da tradição e os que se abriram a novas perspectivas. Se a mudança é um consenso, também compartilham que a ausência de um campo de estudos teóricos consolidado na época foi um dos

---

<sup>227</sup> FRAGOSO, João. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. IN. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

motivos de muitos mal entendidos ou falta de clareza ao classificar posicionamentos teóricos. Neste último caso, a associação de Ginzburg com a história das mentalidades talvez seja a mais percebida neste contexto.

Na sequência, pudemos perceber que a consolidação dos programas de pós-graduação no país acarretou uma nova intensificação das pesquisas nacionais, e, nesse sentido, a universidade se tornou o principal *lugar de produção* da historiografia brasileira. Diferentes campos de pesquisa foram consolidados, como, por exemplo, a história das mulheres, da família, a renovação dos estudos sobre escravidão, entre outros. De um modo geral a aproximação com temas culturais e os estudos locais se tornam uma realidade que domina o cenário historiográfico brasileiro na atualidade.

Neste percurso a história social foi um lócus de experimentações, assim como a história social se desenvolveu em outros contextos, como no caso da História Social Inglesa, ou no caso da micro-história italiana. No Brasil seu contato com a antropologia e com estudos com temas culturais marcou seu desenvolvimento, como, por exemplo, alguns estudos que partiram da Universidade de São Paulo. Novos estudos sobre o período colonial redescobriram questões na bibliografia clássica sobre o tema, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. A perspectiva marxista deu espaço para temas que haviam ocultados, e que já se encontravam de diferentes formas nestes autores. As trocas culturais, o cotidiano, as questões étnicas entre outras.

Desse modo, as primeiras análises em que podemos perceber influências teóricas e temáticas da micro-história também se dirigem ao período colonial. Até o momento, as obras que procuramos destacar partiam de questões que necessitavam da redução de escala de observação para serem analisadas com maior nitidez, e assim evidenciar a complexidade social do passado. Desse modo, ocorrem na forma de incursões sobre histórias pessoais, nas análises de fontes inquisitoriais, nas relações comerciais de um dado local, transferências culturais de mitos europeus para o Brasil, aspectos das relações dos escravos com a sociedade, suas formas de resistência. Em suma, são artifícios que se aproximavam daquele quadro teórico construído em nosso primeiro capítulo, guiado por questões semelhantes. Não eram o tema

principal de cada uma das teses apresentadas, mas foram utilizadas em algum grau por estes historiadores.

Com efeito, nossa próxima tarefa é analisar trabalhos produzidos no mesmo contexto, que contenham todas as características de um trabalho de micro-história, a redução de escala de análise, a escrita narrativa, o contato com a antropologia, e a escolha de casos individuais como tema central da pesquisa.

## CAPÍTULO 3

### EXERCÍCIOS DE MICRO-HISTÓRIA

#### 3.1 – Considerações iniciais – A escolha das obras

Neste capítulo faremos uma análise de *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)* de Plínio Freire Gomes (dissertação defendida em 1993) e *Dom Obá II d'África: O príncipe do povo – vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor* de Eduardo Silva (tese defendida em 1992), ambas publicadas em 1997 pela editora Companhia das Letras.

A escolha destas obras foi realizada por sua proximidade com a micro-história. Ambas apresentam estudos de casos particulares, diálogos com a antropologia e recursos narrativos na construção do texto. Neste período houve outras incursões semelhantes, e que também foram publicadas pelo mercado editorial, no entanto, devido ao tempo disponível para concluir a pesquisa, fomos levados a circunscrever as obras analisadas a dois exemplos a partir de algumas considerações.

A obra de Plínio Gomes deriva diretamente do contexto apresentado no capítulo anterior, nos quais localizamos as primeiras experiências de *apropriações* da micro-história, defendido na USP, sob orientação da professora Laura de Mello e Souza, o que nos permite considera-lo como continuidade do contexto apresentado, de releitura da historiografia brasileira clássica e de aportes teóricos desenvolvidos na década de 1980, inserindo-se na temática dos estudos inquisitoriais se articulando com a perspectiva cultural e simbólica.

Com relação à Eduardo Silva, sua escolha foi baseada no fato de ser um exemplo produzido por um historiador brasileiro num contexto historiográfico distinto, sua obra é resultado de seu doutoramento na Universidade de Londres, o que também permite observar como o autor realiza trocas historiográficas entre sua formação inicial, na Universidade Fluminense, e os diálogos que estabeleceu na Inglaterra. Neste percurso, soma-se à sua trajetória de historiador da escravidão elementos da micro-história cultural, que são articulados na construção de *Dom Obá II*.

Com efeito, este conjunto de características permitiu que tomássemos estas duas obras como recorte para nos aprofundar no tema das *apropriações* historiográficas da micro-história no contexto brasileiro. A pré-leitura de cada uma revelou uma forte influência do estilo de Carlo Ginzburg e a referência direta à sua obra mais conhecida, *O queijo e os vermes* (1987). Neste sentido, nosso objetivo é dimensioná-las dentro do quadro teórico geral construído no Capítulo 1 e, ao mesmo tempo, inseri-las nos movimentos da historiografia brasileira da década de 1980.

Para a realização desta proposta, elaboramos uma análise pautada em três momentos distintos. Posicionar cada autor dentro do movimento da historiografia brasileira da década de 1980, partindo de sua filiação institucional e de suas publicações anteriores às obras analisadas. Em seguida, analisar as obras a partir de suas influências estruturais, que mesclam a historiografia brasileira com aportes teóricos da micro-história. Por último, apresentar um panorama geral de cada uma discutindo a forma pela qual foram construídas metodologicamente, destacando elementos micro-históricos em sua composição, em particular sob a ótica da perspectiva cultural fundamentada por Carlo Ginzburg.

Com relação aos autores é necessário destacar alguns elementos com que nos deparamos no momento em que procuramos recuperar suas trajetórias intelectuais. Tendo em vista as particularidades que evidenciamos, optamos por um caminho individual de descrição para cada autor. Plínio Gomes, por exemplo, não possui uma extensa produção acadêmica para que possamos delinear um *corpus* com uma tendência temática ou teórica específica o que nos obrigou a observar o *lugar de produção* onde foi elaborada sua dissertação de mestrado<sup>228</sup>. Desse modo, procuramos enquadrá-lo na pós-graduação da USP, que permitiu identificar algumas tendências que aparecem em sua pesquisa.

Com relação ao caso de Eduardo Silva, delinear uma trajetória de pesquisa foi um percurso mais evidente. Este autor possui uma produção atenta às discussões historiográficas de seu tempo, especialmente sobre o movimento da história social, o que pode ser percebido no deslocamento

---

<sup>228</sup> Ao contrário, Plínio Gomes realiza vários deslocamentos que o distanciaram da carreira acadêmica, e, ao contrário de Eduardo Silva, não se dedica mais a produzir textos historiográficos.

teórico realizado entre seu mestrado de 1979 para as obras publicadas na década de 1980, período no qual notamos seu encontro com referenciais da antropologia e da história cultural.

### 3.2 – Plínio Gomes e sua posição na pós-graduação da USP

Plínio Freire Gomes é graduado pela Universidade de São Paulo, onde também defendeu seu mestrado sob orientação da professora Laura de Mello e Souza (1994), publicado em 1997 pela editora Companhia das Letras com o título *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição*<sup>229</sup>. Após este percurso acadêmico, Gomes se muda para a Itália a fim de estudar o Renascimento, alguns anos depois toma contato com a cultura árabe e se muda novamente, desta vez para a Síria, em Damasco. Desde então o historiador se dedica ao estudo das transferências e trocas culturais entre o Oriente e o Ocidente, ministrando cursos e palestras em diversas instituições, como no Museu de Arte de São Paulo (MASP), no Centro Cultural Universitário Maria Antônia (USP) e na Casa do Saber. Além disso, também figura entre o grupo de especialistas da Produtora de Viagens de Conhecimento – “Latitudes” (fundada em 2003).

Plínio Gomes figura entre os treze alunos de mestrado orientados pela professora Laura de Mello durante a década de 1990. Destes treze trabalhos apenas um foge à temática dos estudos coloniais (e trata sobre Primeira República). Podemos afirmar que os trabalhos orientados pela autora neste período remetem a temas da história cultural, seguem de perto as tendências com diálogos da história social com a antropologia, assim como demonstram também influência da história cultural praticada por Ginzburg. Como exemplo, citamos seus orientandos que, juntamente com Plínio Gomes, dão continuidade a história cultural nos moldes utilizados por Souza, aplicando os mesmos modelos teóricos em suas próprias pesquisas, e que tiveram seus trabalhos publicados por editoras.

Além da dissertação de Gomes, também foi publicado o trabalho de Glória Kok, *Os vivos e os mortos no Brasil colonial: da antropofagia à água do*

---

<sup>229</sup> O título original da dissertação é *Um herege vai ao paraíso: o Brasil e a cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição*.

*batismo* (1993)<sup>230</sup>, editado pela Editora Unicamp em 2001 – trabalho que também assume dimensões antropológicas e investiga vínculos entre os mundos sobrenaturais dos índios Tupis com as crenças dos Jesuítas portugueses, tendo como objeto de estudo as crenças pós-morte de cada uma destas tradições culturais<sup>231</sup>.

Temos também o trabalho de Marco Antônio Silveira, *O universo do indistinto, Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735 – 1808)* (defendido em 1994), publicado em 1997 pela Editora Hucitec<sup>232</sup>. O autor procura adentrar a economia mineira a partir dos conflitos entre escravidão, o mercado e os valores patrimonialistas pautados na honra e busca por distinções sociais<sup>233</sup>.

Ainda, a dissertação de Márcia Moisés Ribeiro, *Ciência e maravilhoso no cotidiano: discursos e práticas médicas no Brasil setecentista* (defendida em 1995), publicada com o título *A ciência nos trópicos: a arte médica no Brasil do Século XVIII*, em 1997 também pela editora Hucitec<sup>234</sup>. Estudo marcado pela interdisciplinaridade, se preocupa em vasculhar as crenças médicas existentes no Brasil setecentista pela percepção do corpo, das doenças e da noção de cura. Dada a falta de médicos na colônia, desenvolveu-se no Brasil a prática de recorrer a curandeiros, pajés, culturas ancestrais, e enfim, diversos saberes e distintos saberes<sup>235</sup>.

E, por último, *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana de Vila Rica Colonial (1702-1748)* de Maria Aparecida Borrego, defendida em 1999, e publicada pela editora Annablume no mesmo ano<sup>236</sup>. A autora analisa as fontes oficiais de Vila Rica tendo em vista o desenvolvimento de uma lógica

---

<sup>230</sup> KOK, Maria da Glória Porto. *Os vivos e os mortos no Brasil colonial: da antropofagia à água do batismo*. Editora Unicamp: Campinas, 2001.

<sup>231</sup> KOK, Maria da Glória Porto. *Disputas pelo espaço simbólico na América Portuguesa*. In. Revista Caminhos, Goiânia, v.5, n.2, p.407-415, Jul. – Dez. 2007.

<sup>232</sup> SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

<sup>233</sup> CURADO, Ramir. *Resenha de o universo indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas*. História Revista, n.3 (1/2) jul. – dez. 1998: p.139-142.

<sup>234</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência nos trópicos: a arte médica no Brasil do Século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>235</sup> CALAÇA, Carlos Eduardo. *Medicinas e plantas medicinais nos trópicos: aspectos da constituição da ciência farmacêutica ocidental*. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, rio de Janeiro. Vol. 9 (1): Jan. – Abr. 2002 pp. 221-226.

<sup>236</sup> BORREGO, Maria Aparecida de Meneses. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1742)*. São Paulo: Annablume, 1999.

própria, cuja adaptação se configura a partir da paisagem externa. Seu foco não é somente as instâncias do poder oficial, mas também as resistências da população frente a elas, observando as tensões entre os grupos e suas práticas, adentrando na história do cotidiano.

A dissertação de Plínio Gomes é a única orientada por Souza que foi publicada pela Companhia das Letras, uma editora comercial. As demais publicações que citamos foram realizadas por editoras que tem como objetivos, publicar e difundir obras acadêmicas, como é o caso da Hucitec, Editora Unicamp e Annablume. Um dos motivos mais plausíveis da publicação da dissertação de Gomes é sua aproximação com o trabalho de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, que já havia demonstrado seu potencial no mercado editorial. Em segundo lugar, as demais publicações remetem a um contexto mais amplo, e embora estejam próximas de temáticas culturais, seus títulos e abordagens estão carregadas da erudição acadêmica, o que muitas vezes era visto como um fator desinteressante pelas editoras, que preferiam tomar distância de trabalhos acadêmicos<sup>237</sup>. O caráter narrativo de *Um herege vai ao paraíso* também influencia na possibilidade de encontrar um público mais amplo, não só acadêmicos ou profissionais de história.

Gomes também aparece em um artigo na *Revista Brasileira de História* em 1991, “O ciclo dos Meninos Cantores (1550-1552) – música e aculturação nos primórdios da Colônia”<sup>238</sup>. Neste artigo, operado em escala reduzida de análise, o autor problematiza como um grupo de padres procura superar a distância cultural entre a mensagem cristã e a tradição tupi, utilizando-se de uma linguagem construída por códigos comuns, no caso, a música.

Em outro artigo, na revista *Plural* da USP de 1996, “A musa sem paradigmas – ou a história na era dos saberes desnordeados”<sup>239</sup>, Gomes adentra o tema da historiografia, e, refletindo sobre a tão famigerada crise dos paradigmas, utiliza como exemplo a renovação operada na disciplina pelo desenvolvimento de novas perspectivas teóricas. Seria uma trilha já aberta por

---

<sup>237</sup> CF. FICO & POLITO. Editoras e Livros de história IN. FICO, Carlos & POLITO, Ronald. *A História do Brasil (1980-1989)*. Ouro Preto: UFOP, 1992.

<sup>238</sup> GOMES, Plínio Freire Gomes. *O ciclo dos Meninos Cantores (1550-1552) – música e aculturação nos primórdios da Colônia*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo v.11 n°21 set-fev. 1991 pp.187-198.

<sup>239</sup> GOMES, Plínio Freire Gomes. *A musa sem paradigmas – ou a história na era dos saberes desnordeados*. *Plural*, revista de Sociologia. São Paulo: USP v.3 1° sem 1996 pp.49-59.

estudos como os de Bakhtin e Norbert Elias, que esperaram muitos anos para serem redescobertos, cujo mérito tardou a ser reconhecido entre os historiadores. Além destas releituras, Carlo Ginzburg e Leroy Ladurie também se inseriam na mesma linha, e defendiam o uso da narrativa e estudos de escala reduzida, como estudos de caso, para acessar dimensões antes inalcançáveis para a história. Este último artigo nos ajuda a compreender sua escolha para elaborar sua dissertação, que analisaremos na sequência, reforçando sua motivação para que fosse trabalhada no estilo de escrita da micro-história.

### **3.3 – Cosmologia e trocas culturais – *Um herege vai ao paraíso***

#### **3.3.1 – Temática e Objeto**

Neste tópico trazemos à discussão *Um herege vai ao paraíso* tendo em vista que esta obra realiza uma série de *apropriações* historiográficas que nos permite classificá-la como um trabalho de micro-história. Este diálogo é elaborado entre elementos da historiografia brasileira, juntamente com os novos aportes teórico-metodológicos que se apresentaram na década de 1980, com destaque neste caso para Carlo Ginzburg e *O queijo e os vermes*. A obra de Gomes se insere no caminho aberto pelos estudos inquisitoriais desenvolvidos na década de 1980. Ao mesmo tempo, evidencia diálogos da história social com a antropologia que apresentavam um viés culturalista.

A novidade ao ler *Um herege vai ao paraíso* reside no fato de que foi uma pesquisa inteiramente dedicada à história de um só indivíduo, Pedro de Rates Henequim e sua cosmologia herética. Esta pesquisa tomou como recorte cronológico os anos de vida deste indivíduo (1680-1744), e foi realizada a partir de uma cópia microfilmada do processo inquisitorial no qual foi submetido este personagem, composto por 490 fólios (980 páginas) divididos em interrogatórios, depoimentos e inquirições genealógicas<sup>240</sup>.

O personagem encontrado por Gomes era um indivíduo que reunia uma série de particularidades. Filho ilegítimo de um cônsul holandês, adepto do

---

<sup>240</sup> Conforme o autor explica, estes arquivos foram disponibilizados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal. GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 p.17.

protestantismo, com uma portuguesa católica, este indivíduo foi acusado pela inquisição por divulgar ideias consideradas heréticas. Após anos vivendo no Brasil, como minerador em Minas Gerais, Henequim procura reelaborar a religião católica, que lhe custa ser acusado como herege perante a Inquisição portuguesa. Entre suas ações que o guiaram ao Santo Ofício, podemos citar a mescla de preceitos teológicos cristãos, da cabala judaica, juntamente com elementos de tradições populares de outro contexto histórico, criando uma cosmologia própria, na qual protagonizava a original e verdadeira palavra de Deus, acreditando ser o “novo Moisés”.

A tônica que o qualifica como um indivíduo pertencente a diferentes culturas é o ponto forte explorado pelo autor. Recorrendo a Michel Vovelle, Gomes classifica seu personagem como um *intermediário cultural*, a fim de definir o sujeito que é incapaz de aderir de uma forma única a elementos da cultura popular ou das elites. Este conceito de Vovelle dialoga com o conceito de *circularidade cultural* elaborado por Ginzburg, utilizada para designar o processo de interlocução entre diferentes níveis de cultura, realizado por indivíduos ou grupos sociais distintos, enfatizando o aspecto dinâmico da cultura.

Com efeito, Gomes problematiza o personagem a partir de como ele realizou tais trocas culturais, e de como elaborou sua cosmologia própria e original, que conflitava diretamente com os principais dogmas da Igreja Católica. Seu ponto de partida para tal interpretação é a biografia de Henequim, seguindo até o momento em que acabou sendo acusado e preso pelo tribunal do Santo Ofício, que foi responsável por registrar toda a complexidade na qual se estruturava sua visão de mundo. Este percurso deu início ao processo de investigação inquisitorial que procurou investigar o teor de suas heresias, iniciado no ano de 1741, se estendendo até sua condenação e execução, em 1744.

Após esta apresentação do tema e dos objetivos da obra, dividimos nossa análise em dois tópicos, um dedicado a apresentar os diálogos historiográficos executados pelo autor, e o segundo dando ênfase nos elementos que permitem classificar *Um herege vai ao paraíso* como um trabalho de micro-história.

### 3.3.2 – Diálogos historiográficos

Neste tópico procuramos dar visibilidade aos elementos que permitem com que *Um herege vai ao paraíso* seja considerada uma obra de micro-história, tendo em vista como se aproximou desta *prática historiográfica*, e ao mesmo tempo como dialogou com a historiografia brasileira, por quais autores e por quais perspectivas. Com efeito, damos início a esta discussão apontando a influência específica de Carlo Ginzburg, que pode ser constatada tanto pela questão temática quanto pela abordagem, e seguimos num segundo momento ressaltando os autores da historiografia brasileira utilizados por Gomes em *Um herege vai ao paraíso*.

A presença de Ginzburg no trabalho de Gomes é fortemente marcada pela influência que exerceu nos estudos inquisitoriais desenvolvidos no Brasil, conforme discutimos no capítulo 2. Os aspectos teóricos da perspectiva cultural desenvolvidas pelo historiador italiano são utilizados para problematizar as trocas culturais de Henequim. Além disso, existem inúmeras coincidências entre os personagens dos dois autores, e não por acaso Gomes dedica a epígrafe de sua obra a uma citação de *O queijo e os vermes*, reproduzindo uma fala de Menocchio<sup>241</sup>. Nossa primeira tarefa é aproximar as duas obras a fim de destacar suas semelhanças e suas diferenças, e como são trabalhadas no desenvolvimento da pesquisa do autor brasileiro.

Vejamos, por exemplo, a proximidade de Menocchio e Henequim quando percebem que estar diante do Santo Ofício poderia ser uma oportunidade de diálogo:

Longe de esconder suas estranhas opiniões ou sair-se em evasivas, Henequim punha o máximo de empenho em torná-las conhecidas de todos, emitiu assim opiniões bastante inovadoras acerca da condição divina da Virgem Maria, da existência de trechos apócrifos na Bíblia, ou mesmo da legitimidade da fornicção e do concubinato<sup>242</sup>.

Este trecho remete diretamente a uma semelhança entre Henequim e Menocchio. Os dois personagens, como demonstram Ginzburg e Gomes, sentiam necessidade de dialogar e debater suas impressões próprias sobre a sagrada escritura. Como fica evidente neste trecho de *O queijo e os vermes*:

<sup>241</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Resenha: O dever de blasfemar*. São Paulo: Folha de São Paulo, 11 de abril de 1997. Disponível em [http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/11/caderno\\_especial/7.html](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/11/caderno_especial/7.html) acessado em 30 de janeiro de 2017.

<sup>242</sup> *Ibidem* p.18

É verdade, eu disse que, se não tivesse medo da justiça, falaria tanto que iria surpreender, e disse que, se me fosse permitida a graça de falar diante do Papa, de um rei ou de um príncipe que me ouvisse, diria muitas coisas e, se depois me matassem, não me incomodaria. Então o incentivaram a falar: Menocchio abandonou qualquer reticência<sup>243</sup>.

Esta semelhança entre os dois personagens também é amplamente admitida e comentada por Gomes. Assim como Menocchio, Henequim “imaginava estar abrindo caminho para a convocação de um concílio em Roma, acreditava que a força de suas ideias o levaria a ser ouvido pelo Papa e que a Igreja o sagraria santo”<sup>244</sup>. E, mais adiante, cita novamente Ginzburg e como este historiador pode ser utilizado como proposta de investigar trocas culturais entre diferentes grupos sociais:

Se Henequim teve algum predecessor, com certeza seu nome era Domenico Scandela – o inesquecível Menocchio. Igualmente dado a audaciosas proclamações heréticas, este moleiro Friulano articulou uma cosmologia em que a Criação seria comparada com o processo de putrefação do queijo. Foi interpretando os estranhos discursos de Menocchio que Ginzburg conseguiu alcançar os resquícios, hoje inteiramente soterrados, de antigas tradições orais<sup>245</sup>.

A possibilidade de leitura oferecida por Ginzburg para interpretar a construção cosmológica do seu personagem a partir da cultura compreendida como *Jaula flexível*<sup>246</sup> é um dos pontos nos quais se evidencia a utilização do historiador italiano como proposta teórica, colocando em perspectiva a ação individual frente às ações e as determinações de um determinado tempo histórico<sup>247</sup>. Portanto, é possível compreender um indivíduo como Henequim levando em conta sua biografia, vivências e formação pessoal, que estruturam seu universo cultural e simbólico. A partir deste levantamento é possível observar de que modo articulou suas ações e suas escolhas frente às opções possíveis existentes em seu tempo histórico.

Ao mesmo tempo, também podemos evidenciar algumas diferenças bastante elucidativas entre os dois personagens. Estas diferenças são

<sup>243</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 p.40.

<sup>244</sup> GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 p.38.

<sup>245</sup> GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 p.21.

<sup>246</sup> Termo definido no capítulo 1: MICRO-HISTÓRIA: DAS GENERALIZAÇÕES AOS ESTUDOS DAS PARTICULARIDADES p.52.

<sup>247</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

encontradas ao investigar mais profundamente a biografia de Henequim, e ao modo microanalítico de compreender sua individualidade dentro do seu contexto de vida, dos grupos sociais a que esteve ligado, das influências culturais que recebeu, do modo pelo qual foi educado e as leituras que realizou. Ao contrário de Menocchio, Henequim nunca pertenceu totalmente à cultura popular, foi educado na cultura letrada, ainda que esta apresente uma dualidade. Por sua origem protestante, recebeu sua primeira formação realizada por seus tutores, como ditava o costume dos Países Baixos. Alguns anos mais tarde, Henequim é enviado para estudar num tradicional colégio jesuíta em Lisboa.

Colocadas estas características, podemos perceber que a proximidade entre os personagens de cada obra citada não é uma variação do método micro-histórico, mas é resultado de uma possibilidade de escolha, entre inúmeras outras possíveis e que acarretaram consideráveis diferenças entre os dois autores. Ainda que predominantemente sua metodologia se baseie na perspectiva cultural da micro-história de Ginzburg, seus resultados são completamente diversos, como veremos no decorrer da análise da obra.

Como podemos ver, Henequim adquiriu conhecimentos da elite letrada, passando pela história dos concílios, teve acesso ao hebraico, leu São Tomás de Aquino, Aristóteles e Arquimedes, frequentou aulas de retórica, geometria, lógica, e só lhe faltaram dois anos para concluir o curso de teologia<sup>248</sup>. Com toda esta gama de influências este personagem não pretendia se inscrever na memória de seu tempo por meio da cultura oral. O herege reuniu uma série de manuscritos nos quais pretendia desenvolver e publicar suas teses – um sobre a linguagem divina<sup>249</sup>, o segundo sobre a divindade feminina da Virgem Maria, o terceiro sobre a localização do paraíso, e por fim uma seleção de textos nos quais Deus havia “falado pela boca”<sup>250</sup>.

Este conjunto bem organizado e estruturado por Henequim é a parte central da análise de Gomes, e puderam ser tomadas como objeto por meio de seu registro nas inquirições realizadas pela Inquisição. Seguindo na linha interpretativa de Ginzburg para a leitura e interpretação de fontes inquisitoriais,

---

<sup>248</sup> GOMES, op. cit. P.42.

<sup>249</sup> Que demonstrava também a influência que recebeu da Cabala Judaica, que associam a palavra escrita com as ações divinas no mundo material.

<sup>250</sup> Ibidem. P.32.

baseado no texto “O inquisidor como antropólogo”<sup>251</sup>, o autor brasileiro percebe como o processo do tribunal inquisitorial permite dar luz à dimensão plural dos traços culturais do herege, pois mais do que ser acusado este definitivamente desejava expor suas teses para as autoridades eclesiásticas. E nesse sentido, as fontes, seus interrogatórios e inquirições genealógicas, puderam ser utilizados como um mecanismo para recuperar o universo cultural de seu personagem, especialmente no que tange a criação de uma cosmologia particular.

Desse modo, é a partir da recuperação biográfica de Henequim, de sua singularidade como sujeito que interpretou e leu seu tempo, que o torna um objeto rico para uma interpretação histórica. Este sujeito fugia a qualquer abstração numérica, dados generalizantes e classificações do seu período histórico. Do mesmo modo, as estruturas mentais (ou mentalidades) consideradas a partir de uma perspectiva de *longa duração* também não poderiam encontrar sentido se não fossem contrastados com suas *experiências pessoais*, ou seja, o caso de Henequim necessitava da sobreposição de duas temporalidades, a curta sob a longa duração, conforme vimos no capítulo 1 ao abordar a micro-história cultural segundo Ginzburg<sup>252</sup>. No mesmo caminho aberto pelo historiador italiano, o desafio de compreender a singularidade individual de Henequim é preenchido por alguns elementos teóricos trazidos da antropologia, como Clifford Geertz ou Mikhail Bakhtin.

A análise de sociedades complexas elaborada por Geertz preza por uma definição de cultura como uma teia de significados, elaborada pelo próprio homem. Esta resposta individual é o modo como um indivíduo leu e interpretou sua realidade, e, na pesquisa histórica esta perspectiva significa “responder às nossas questões mais profundas, mas colocar a nossa disposição as respostas que outros deram e assim inclui-las no registro de consultas sobre o que o homem falou”<sup>253</sup>. Portanto, dar luz ao pensamento de Henequim é pensar suas elaborações intelectuais em seu próprio contexto histórico.

---

<sup>251</sup> GINZBURG.

<sup>252</sup> Conforme abordado no capítulo 1: MICRO-HISTÓRIA: DAS GENERALIZAÇÕES AOS ESTUDOS DAS PARTICULARIDADES 1.7 Carlo Ginzburg e o método indiciário p.43

<sup>253</sup> GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da cultura. In: A *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. P. 21.

Por outro lado, os estudos linguísticos de Bakhtin, especialmente suas considerações sobre Rabelais e o carnaval no Renascimento, demonstra como as classes populares resistiam a imposição e dominação cultural das elites por meio do estabelecimento de uma identidade própria: “o carnaval era o fundo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus”<sup>254</sup>.

Esta citação de Bakhtin e sua análise sobre Rabelais está relacionada a conceituação da noção de *Circularidade cultural* de Ginzburg, e talvez seja a referência mais importante para interpretar Henequim, uma vez que este personagem não só resiste às imposições culturais mas também as remodela segundo sua própria vontade. A *circularidade* é evocada para compreender as relações de troca sem criar hierarquias em nenhuma das partes, as influências são recíprocas. Além disso, o que circula não são somente as ideias, mas também as pessoas, e suas criações, sejam em forma de textos, gravuras, canções, ou qualquer forma que se encontre de sobreviver à ação do tempo<sup>255</sup>.

A partir destas considerações, o autor procura observar seu personagem, o herege que se considerava o “Novo Moisés”, Pedro de Rates Henequim, que juntando as histórias aprendidas quando criança, tendo desenvolvido suas aptidões intelectuais entre cristãos conservadores, passou a viver no Brasil, em Minas Gerais, vivenciando um deslocamento geográfico e cultural para um mundo ainda em construção, catalisado pela mineração, reelaborou toda esta querela e criou para si uma própria cosmologia, uma visão mítica na qual possuía uma importância primordial – difundir para o mundo a (nova) verdadeira palavra.

Na continuidade, procuramos salientar a outra face do que chamamos aqui de influências estruturais realizadas por Plínio Gomes, que remete a aspectos trazidos da historiografia brasileira. Se por um lado a inspiração para investigar a cosmologia de Henequim partiu de Ginzburg, podemos afirmar que pela perspectiva brasileira sua grande influência para adentrar em aspectos do imaginário presente no período colonial foi *Visão do Paraíso*, de Sérgio

---

<sup>254</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008 p.8.

<sup>255</sup> GOMES, op. cit. P.24.

Buarque de Holanda e *O Diabo na terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza.

A leitura elaborada por Sérgio Buarque na referida obra procurou explorar como a imagem do Éden era difundida entre os colonizadores europeus na época dos descobrimentos. A percepção de que haviam encontrado o paraíso perdido das escrituras bíblicas na América está presente em muitos relatos de colonizadores, e para o autor estes relatos permitem acessar a visão de mundo destes primeiros estrangeiros. O processo de ocupação do território brasileiro (assim como de toda América Hispânica) foi acompanhado de encontros com elementos que não tinham precedentes históricos na Europa, e, desse modo, eram transcritos a partir de mitos e crenças que acabavam se tornando realidade para os colonizadores<sup>256</sup>. É um paralelo bastante presente em muitas teses defendidas insistentemente por Henequim de que no Brasil os portugueses haviam reencontrado o paraíso, detalhe que foi percebido e explorado por Gomes<sup>257</sup>.

A leitura mítica de Henequim foi resultado da experiência vivenciada pelo personagem nas Minas Gerais setecentistas, onde a mineração e o grande fluxo migratório exigiram do personagem reelaborações de seu imaginário marcado pela influência e dualidade judaico-cristã. Desse modo, vislumbrou no Brasil o Éden das escrituras, e elaborou o que chamou de “verdadeira interpretação das escrituras”<sup>258</sup>. Esta leitura elaborada pelo herege, como pode ser observada, segue a mesma linha interpretativa identificada em *Visão do Paraíso* nos relatos dos primeiros colonizadores, o herege encontrado por Plínio Gomes poderia estar entre os exemplos de Sérgio Buarque<sup>259</sup>.

Ainda que a temática mítica de *Visão do paraíso* possa ser percebida por toda a obra, ela pode ser identificada de maneira mais acentuada no capítulo 7, “Paraíso restaurado”. A partir de sua cosmologia, Henequim pretendia elaborar uma obra dedicada ao tema do paraíso bíblico e de como havia se salvado da destruição provocada pelo dilúvio, de forma que sua

---

<sup>256</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2002.

<sup>257</sup> GOMES, op. cit. P.119

<sup>258</sup> Ibidem p.121

<sup>259</sup> E de fato, no prefácio da segunda edição da obra em 1968, como o próprio Plínio Gomes nos mostra, Sérgio Buarque cita Henequim após tomar conhecimento deste personagem.

localização estava em algum lugar no meio do Brasil, além de ter encontrado o “fruto proibido” das escrituras, a banana. Suas descrições sobre as terras brasileiras também confluem com relatos e mitos sobre rios que correm em sentido contrário, que estariam em volta do paraíso. Posteriormente, estes vão ser identificados como os rios São Francisco e Amazonas.

Ambos os rios exerciam muita influência nos colonizadores portugueses que participaram das expedições sertanistas, associando-os a mitos europeus. Suas descrições remetem a muitos relatos de lendas sobre rios na Europa medieval. O rio São Francisco, em especial, remete a debates a respeito da nascente do rio Nilo, no Egito. Em ambos os casos acreditava-se que estes rios tinham suas peculiaridades porque sua nascente se originava diretamente do Paraíso<sup>260</sup>.

Na análise de Sergio Buarque, a descoberta da América teria sido acompanhada pela transferência de mitos portugueses e espanhóis para as colônias americanas. Talvez o mais conhecido (e tipicamente lusitano) tenha sido o mito sobre São Tomé, e os portugueses teriam encontrado vestígios da presença deste apóstolo em terras brasileiras - o que pode também ser estendido para o caso de Henequim, que afirmava ter encontrado vestígios da passagem de Adão e mensagens por ele escritas nas folhas das palmeiras. O herege, em seus interrogatórios, insistentemente fazia questão de postular toda sua impressão sobre as terras brasileiras e a questão do paraíso edênico, sendo esta a heresia que mais defendeu durante seu processo inquisitorial, recusando-se sempre a retratar-se a respeito das relações entre o Brasil e o Éden.

Seguindo de perto Sérgio Buarque, temos outra influência bastante representativa, Laura de Mello e Souza. O capítulo 2, por exemplo, “Desenraizados do ouro”, é uma referência explícita à obra *Os desclassificados do ouro* da historiadora brasileira. Gomes se refere ao deslocamento migratório realizado no tempo das minerações, e as consequências acarretadas no plano das trocas culturais. É neste fluxo de pessoas e ideias que se constrói o panorama multicultural que se entrelaça em Henequim e o auxilia a desenvolver sua cosmologia.

---

<sup>260</sup> GOMES, op. cit. P.113.

Esta proximidade temática é também um recurso micro-histórico, no qual a percepção individual só toma sentido quando pensada a partir de sua relação com o contexto macro, permitindo assim evidenciar a complexidade do real. Desse modo, tendo em vista o contexto histórico sobre a mineração no Brasil, o autor avalia o fluxo migratório, pensado não em termos demográficos ou econômicos, mas a luz das trocas culturais: “viajam os homens, transforma-se o imaginário”<sup>261</sup>. Muitas lendas e mitos foram suscitados após a descoberta do ouro brasileiro, como a cidade de “El dorado”, o suposto prêmio lusitano pela luta em favor da cristianização do novo continente, entre outras.

Outro trabalho de Laura de Mello e Souza, *O Diabo na Terra de Santa Cruz*, é utilizado para problematizar as ressignificações religiosas empregadas nas relações entre europeus, nativos indígenas e negros africanos, e como esta interação muitas vezes acarretou a transposição de elementos de um tipo de cultura para outro, como no caso dos sincretismos religiosos, por exemplo. No caso de Henequim esta tese auxilia o autor a posicionar o herege dentro das releituras e interpretações religiosas desenvolvidas no Brasil, especificidade aquela vivida pela população colonial, “evivada por reminiscências folclóricas europeias paulatinamente coloridas por contribuições culturais de negros e indígenas”<sup>262</sup>.

O tempo em que Henequim viveu no Brasil foi fundamental na construção de seu imaginário individual. A vida nômade, o imediatismo, a vida provisória e a instabilidade social criaram em Minas Gerais um estilo de vida bastante específico. Assim como muitos valores eram confrontados e adulterados, muitas vezes por questões de sobrevivência<sup>263</sup>. A profanação e o recurso a práticas consideradas heréticas, não foi exclusividade do personagem de Gomes, o universo da cultura popular humanizava o universo divino, mesclando de diversas maneiras o sagrado e o profano. Por exemplo, a proximidade das pessoas com os santos, evocados para ajudar a encontrar objetos perdidos, ou favorecer alguma conquista amorosa, “das abstrações

---

<sup>261</sup> GOMES, op. cit. p.44.

<sup>262</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 p.16

<sup>263</sup> SOUZA, Laura de Melo e. *Os desclassificados do ouro* Rio de Janeiro: Graal 1983. p.66.

teológicas, passava-se a crua concretude do dia-a-dia, onde imperavam a fome, a morte e o sexo”<sup>264</sup>.

A partir desta referência, é possível compreender a profanação de Deus descrita pela cosmologia de Henequim, pois surgia como “pano de fundo a inconstância e o desenraizamento de uma sociedade forjada na ambição da riqueza imediata”<sup>265</sup>. No Brasil, assim como no restante da América, os valores ibéricos eram transformados devido as peculiaridades que se desenvolviam neste território em relação à Europa, conforme também pode ser encontrado nas descrições de Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*<sup>266</sup>. Colocadas estas questões estruturais da obra de Plínio gomes, partimos para um aprofundamento de sua elaboração micro-histórica em *Um herege vai ao paraíso*.

### 3.3.3 – Abordagem micro-histórica – Estratégia de análise

Neste tópico procuraremos fazer uma abordagem panorâmica dos capítulos do livro dando destaque para os aspectos metodológicos micro-históricos, ou seja, buscamos evidenciar o recurso narrativo, a redução de escala de análise e o contato com a antropologia, de acordo com os parâmetros elaborados no primeiro capítulo da dissertação. Gomes estruturou sua obra simetricamente em uma introdução e dez capítulos, finalizando com dois apêndices que trazem a cronologia do processo de Henequim e suas 101 teses. As notas de rodapé estão editadas todas no final do livro, o que acentua o recurso narrativo explorado pela edição comercial.

Com efeito, os capítulos que compõem a obra estão nomeados na seguinte ordem de apresentação: Moisés herético, Desenraizados do ouro; Tabuleiro da Lucidez; O sexo dos anjos; A polifonia da criação; Virgem Varonil; Paraíso Restaurado; Colonização às avessas; Nas chamas da fé; O testamento do herege. Os dois primeiros dedicados à biografia do personagem, o terceiro sobre o tratamento das heresias pela Inquisição, do quarto ao sétimo são

---

<sup>264</sup> SOUZA, Laura de Melo e apud GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 p.77.

<sup>265</sup> GOMES, Plínio Freire. *Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 p.78.

<sup>266</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O homem cordial*. In. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

discutidas cada uma de suas heresias, no oitavo são problematizadas as trocas culturais entre Europa e América, no nono e no décimo capítulo o autor procura fazer o desfecho da história de Henequim e sua contribuição para a historiografia.

Embora seja um livro bastante atrativo com uma leitura bastante agradável e simples, cuja temática desperta a curiosidade de quem se interesse minimamente por história, não há nenhuma novidade no que tange a historiografia, pois, como vimos, a historiografia inquisitorial parecia ser um “tema da moda” entre os trabalhos com temas culturais voltados ao período colonial, especialmente pelo caminho aberto por sua orientadora, Laura de Mello e Souza<sup>267</sup>. Sua originalidade reside em realizar um diálogo de múltiplos elementos culturais condensados em seu personagem, presentes na documentação inquisitorial, que são realizados a partir do referencial micro-histórico, sendo este ponto uma realização digna de nota na historiografia brasileira da década de 1990.

A proximidade temática de *Um herege vai ao paraíso* com *O queijo e os vermes*, de Ginzburg, levou a algumas caracterizações parciais realizadas na época de sua publicação. Por exemplo, a resenha publicada por Ronaldo Vainfas na Folha de São Paulo descrevia o personagem de Plínio Gomes como “uma espécie de Menocchio Luso-brasileiro”<sup>268</sup>. Esta proximidade, no entanto, não diminui a importância da obra de Gomes como um dos exercícios de micro-história realizados na historiografia brasileira, tampouco está completamente correta, pois, como vimos nos tópicos anteriores, existem muitos pontos de divergência que remetem aos diálogos com a tradição historiográfica brasileira. Com efeito, nossa função neste momento é caminhar no tema de suas *apropriações* a fim de dimensionar seus usos.

O primeiro aspecto que devemos nos ater é a opção pelo estilo narrativo adotado por Gomes. O trabalho de leitura e interpretação das fontes é feito em sintonia com a apresentação dos fatos que giram em torno da vida de

---

<sup>267</sup> VAIFAS, Ronaldo. *História Cultural e Historiografia brasileira*. IN. História: Questões e debates, Curitiba, n°50 p.217-235, jan/jun. 2009 Editora UFPR.

<sup>268</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Resenha: O dever de blasfemar*. São Paulo: Folha de São Paulo, 11 de abril de 1997. Disponível em [http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/11/caderno\\_especial/7.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/11/caderno_especial/7.htm) acessado em 30 de janeiro de 2017.

Henequim, e é a partir de sua biografia e cosmologia que são apresentados os capítulos.

Outro aspecto que denota estilo optado pelo autor ao elaborar o livro, foi construir uma narrativa a partir de divisão de temas nos quais se estruturavam a cosmologia de Henequim: a criação, a virgem Maria, a linguagem e o paraíso. Elaborar cada um destes temas em um capítulo distinto é um mecanismo metodológico de Gomes, e não obedece à cronologia do processo. Por exemplo, ao comparar como os temas aparecem nos interrogatórios, por meio da cronologia das fontes trazidas no primeiro apêndice, podemos observar que o herege apresentou todas suas concepções cosmológicas e heréticas no primeiro mês de interrogatório, e, no entanto, são desenvolvidas como se tivessem sido constantemente tema das inquirições do Santo Ofício.

Outro ponto que deve ser comentado com relação à apresentação do texto é o estilo narrativo que se aproxima do literário. Este pode ser percebido em todo corpo da obra, como, por exemplo, em seu parágrafo de abertura, no qual mescla suas próprias palavras com citações de suas fontes escritas construindo um texto único:

Na manhã do dia 18 de outubro de 1741, em Lisboa, o desembargador da Casa de Suplicação e familiar do Santo Ofício, Joaquim Rodrigues da Santa Marta Soares, comparece a Inquisição para “denunciar coisas a ella pertencentes”. Tendo sido iniciada a audiência, disse que, por ordem expressa de Sua Majestade, prendera havia bastante tempo nessa cidade um homem chamado Pedro de Rates Henequim. E que com ele foram encontrados alguns manuscritos nos quais, além de revelar conhecimento da Cabala Judaica, postulava que “a fornicção *simplex* e ainda o estado de concubinato se devia absolver *toties quoties* e que o confessor que não absolvía a penitente neste estado pecava mortalmente”<sup>269</sup>.

Seguindo este mesmo teor narrativo, observamos na sequência uma passagem ocorrida da véspera da acusação feita contra Henequim, na qual podemos ver a descrição de alguns comportamentos citados com precisão. O episódio remonta o esforço de seus delatores em reunir provas para acusá-lo frente ao Santo Ofício, Gomes descreve a cena detalhadamente: “ambos decidiram que Teodósio iria conversar com o infeliz, enquanto Joaquim Rodrigues ouvia tudo escondido atrás de uma porta”<sup>270</sup>, e segue articulando a fonte escrita com sua interpretação pessoal do fato: “Deve ter sido demorada a

<sup>269</sup> GOMES, op. cit. p.29.

<sup>270</sup> Ibidem . p.30

conferência, pois o notário do Santo Tribunal registraria uma longa série de concepções heréticas”<sup>271</sup>.

Com efeito, antes de partir para a análise cosmológica, o autor procura reconstituir elementos da biografia de Henequim nos dois primeiros capítulos, que são, por conseguinte, divididos em dois subtemas. O primeiro seria a dualidade que marcou sua identidade europeia, ou seja, seu “entre lugar” na cultura protestante de seu pai e da cultura católica que aprendeu em um colégio jesuíta por influência de um tutor português, que temia por influências de “dogmas errados” <sup>272</sup>. O segundo subtema seria como sua identidade lidou com a vida “provisória” nas minas gerais setecentistas, experiência pessoal decisiva para que o personagem encontrasse os elementos principais de sua cosmologia.

Podemos destacar inicialmente nesta apresentação biográfica o constante diálogo entre o contexto micro-histórico com as categorias macro-históricas realizadas por Gomes, o que justifica a importância de seu personagem para o estudo e análise do contexto histórico no qual viveu. Henequim não é somente um exemplo peculiar, mas ao contrário, permite dar visibilidade à história da mineração no Brasil, sobre questões religiosas a que estavam submetidas as relações entre católicos e protestantes, o fluxo migratório que foi estimulado com a descoberta do ouro, e as consequências culturais acarretadas nesta sociedade. Em suma, cada um dos próximos capítulos é elaborado tendo em vista a relação da pequena escala com a grande escala, como é comum nos objetivos de um trabalho de micro-história.

No terceiro capítulo Gomes elabora o que poderíamos chamar de metodologia para o estudo do caso de Henequim. A racionalidade deste personagem era guiada por três tipos de operações lógicas, “oposição, correlação e inversão” <sup>273</sup>, baseando-se sempre em termos binários, ou seja, tudo para o herege tinha sempre um duplo sentido. A partir desta metodologia interna, Gomes se dirige especificamente para o caso de seu protagonista, revelando mais um recurso micro-histórico, visível nos próximos capítulos. Nestes, trata individualmente de cada uma das heresias registradas pela

---

<sup>271</sup> GOMES, Op. Cit. p.30

<sup>272</sup> Ibidem p.40

<sup>273</sup> Ibidem. p.60.

Inquisição, sempre fazendo dialogar a cosmologia de Henequim com um contexto maior, na busca de apreender os possíveis contatos que teve com diferentes culturas, seja na forma de encontros intelectuais (leituras, educação religiosa, mentores intelectuais) ou na reminiscência de vestígios da tradição oral e popular.

Desse modo, é com base nestes postulados que o autor procura analisar as informações contidas nas fontes, especialmente os registros dos depoimentos do acusado de novembro e dezembro de 1741, nos quais aborda o modo pelo qual operou sua interpretação própria sobre a religião Cristã, e como remodelou os principais dogmas da Igreja. Em conjunto, sua cosmologia pode ser dividida em quatro subtemas, a sexualidade dos anjos, a criação do universo a partir de “matéria divina”, a divindade da Virgem Maria e, por último, a localização do paraíso, posicionado em terras brasileiras, todos desenvolvidos entre os capítulos 4 a 7 da obra.

Cada uma destas heresias é problematizada por Gomes, tendo em vista os mitos e crenças que poderiam ser encontrados difundidos na Europa em outros tempos, o autor se esforça para dar visibilidade a cada uma e, ao mesmo tempo, podem ser consideradas originais e autênticas criações de seu personagem, tendo em vista o modo como são utilizadas por ele, e o sentido cosmológico que atribui a elas. A correspondência entre elementos de diferentes crenças e culturas é algo já problematizado anteriormente por outros historiadores, como Ginzburg realiza em *Os andarilhos do Bem*. Este tipo de variação de elementos dispersos que apresentam coincidências de conteúdo compõe o que Ginzburg chamou de *isomorfismo*, conexões entre elementos em tempos e localidades dispersos são problematizados como resquícios de trocas culturais.

A título de exemplo sobre o modo como Gomes opera a análise da cosmologia de Henequim, partindo do contexto micro-histórico para o macro-histórico, citaremos alguns pontos do livro nos quais se pode evidenciar este movimento metodológico. A primeira abordagem refere-se à sexualidade dos anjos. Para Henequim, assim como os “deuses”, os anjos e as criaturas celestes também seriam dotados de sexualidade, assim como os humanos. Este ponto reflete uma série de questionamentos que eram recorrentes na teologia, como Gomes procura destacar. Muitos tratados demonológicos que

circulavam na época descreviam demônios como criaturas com diversidade sexual – o que também pode ser encontrado em outras descrições populares sobre encontros com o demônio<sup>274</sup>. Desse modo, por que os anjos também não teriam gênero?

O composto sexual dos anjos está próximo da concepção material da realidade divina que defende o herege. A comunhão, por exemplo, não poderia ser compreendida de outro modo a não ser como uma metáfora, Cristo não poderia descer em corpo e sangue para a eucaristia, isto consistia somente numa alegoria, na qual os alimentos representavam a divindade. Como o autor nos relembra, estas associações simbólicas eram típicas da cultura popular, que por variadas formas procura unir crenças à alguma realidade material, com intuito de dar consistência à sua função religiosa.

No capítulo 5, o autor problematiza a importância da linguagem no pensamento henequiano: o conhecimento profundo da língua poderia transformar uma pessoa num profeta, trazer à memória coisas esquecidas, até mesmo ressuscitar os mortos. Este é mais um elo do personagem com uma realidade distinta da sua, na qual a linguagem seria correspondente direta da realidade, todos os elementos da Criação poderiam ser apreendidos pelas palavras que lhe eram correspondentes. A harmonia do universo poderia ser compreendida pelos seres humanos, mas o episódio da Torre de Babel confundiu as falas entre si, restando somente o Hebraico que quando bem entendido preservaria os resquícios deste primeiro idioma. O que Henequim propunha era da mesma ordem lógica, no entanto, o primeiro idioma falado por Deus seria o Português.

Esta ênfase na linguagem leva o autor a problematizar influências externas ao personagem que mais uma vez remontam tradições mais antigas, especificamente na Cabala Judaica. Este fato é comprovado também por indícios encontrados na documentação, na qual o acusado confirma explicitamente ser adepto desta escola religiosa (cuja importância da linguagem também reside no caráter mítico e divino das palavras, podendo, em certos rituais, transformar um indivíduo em profeta)<sup>275</sup>.

---

<sup>274</sup> GOMES, Op. Cit. p.71

<sup>275</sup> Ibidem. p.91.

Este seria um indício de traços do judaísmo que haviam sido eliminados da Europa por ações repressivas, mas que de algum modo podem ter sobrevivido oralmente, e que em algum momento foram encontrados por Henequim neste complexo mundo das trocas culturais, que o transformaram em portador de inúmeros conhecimentos ocultos e marginais, reelaborados e com sentido próprio.

No capítulo seguinte, o tema herético de Henequim é a Virgem Maria. Dedicando onze proposições sobre o tema da Virgem, se demorou na descrição da genitália da “madre de Deus”, nomeando-a de virgem varonil, ou *virago*<sup>276</sup>. Além de possuir uma dimensão divina, que contrariava profundamente a Igreja, ela também aparecia em inúmeras passagens bíblicas sob a forma de metáforas. Por exemplo, Maria era a árvore da ciência no Éden, a embarcação que carregou Noé e seus familiares durante o dilúvio, a Arca da Aliança do templo de Salomão e a cruz onde Jesus foi pregado.

As preposições do herege sempre dialogavam com um contexto histórico maior. O autor busca cada uma das descrições que comentam sobre a virgem. Por exemplo, ao discutir sobre a inexistência do ciclo menstrual de Maria. Este comentário se liga a outras tradições antigas que preconizavam o sangue menstrual como uma maldição, ou como componente para realizar feitiços ou venenos. Esta diferenciação da Virgem Maria católica da versão de Henequim lhe conferia o aspecto de divindade, e, com o devido direito, a colocava no mesmo patamar que a trindade.

Atribuir características divinas à Virgem Maria remonta algumas tradições, como algumas crenças que descreviam a sua figura como um ser andrógono, do mesmo modo que Henequim concebia sua cosmologia em termos binários, sua *virago* se comporta desta mesma maneira. Esta heresia se inscreve entre as transformações que o culto mariano sofreu na América no tempo das grandes navegações e da colonização. Transplantado a outro contexto acabou se transformando e tomando novas conotações e significados para preencher requisitos totalmente novos:

Pensemos no exemplo da amorenada Virgem de Guadalupe, que, incorporando traços da deusa-mãe asteca Tonantzin, tornou-se o grande elemento de unificação da religiosidade mexicana. Ou ainda na nossa Aparecida, cuja absoluta negritude serviu para pôr em

---

<sup>276</sup> GOMES, Op. Cit. p.97

contato a fé assumidamente branca da metrópole com a mestiçagem de terra acorrentada à escravidão<sup>277</sup>.

Este comportamento entre mãe e divindade auxiliou a unificar contradições nas sociedades multirraciais americanas. Por exemplo, o autor descreve como a santidade era utilizada simbolicamente no universo colonial, sua “aura inocente trazia um forte componente de sedução política” de modo que “quando a invocavam, seus fieis tinham a possibilidade de desnudar e encobrir as diferenças ao sabor das circunstâncias”<sup>278</sup>.

O desfecho do caso de Henequim é realizado nos capítulos 8 e 9. No oitavo capítulo o universo simbólico do herege é novamente contrastado segundo suas impressões e vivências no Brasil colonial no auge da mineração. Este foi para Gomes o ponto central para a criação de uma cosmologia tão rica e original, vivenciar por anos a necessidade de sustentar uma identidade ambígua em meio ao choque de padrões culturais inconciliáveis e mutáveis. Sua visão de mundo era pluralista e multifacetada, como era a Colônia, também plural e composta por elementos desarmônicos entre si. À primeira vista, este argumento parece conter um conteúdo tautológico, no qual sua biografia seria a causa de suas heresias, no entanto, o que o qualifica como sujeito singular é sua cosmologia, que não era resultado somente de suas vivências, mas um diálogo entre a peculiaridade de sua identidade com suas escolhas pessoais, que moldaram um sujeito com grandes capacidades de atuar como *mediador cultural*.

Por este motivo, existe uma riqueza muito grande ao estudar o caso deste herege, pois permite ao mesmo tempo recuperar elementos dispersos que se apresentavam em sua época, oriundos de distintos meios culturais, assim como também pode ser visto como um testemunho pessoal do período da mineração no Brasil, das relações entre católicos e protestantes, das migrações populacionais, e, claro, das trocas culturais. E este é o tema que fecha o livro de Gomes, com a retomada da discussão acerca das trocas culturais que podem ser apreendidas pela história, e mais uma vez o recurso a casos individuais que podem ser encontrados são uma ferramenta valiosa para o historiador, uma vez que não se trata de “dar um telescópio às formigas”,

---

<sup>277</sup>GOMES, op. cit. P.104.

<sup>278</sup>Idem p.104.

mas de poder “observar todo um oceano a partir de uma gota de água”<sup>279</sup>, uma saída historiográfica a partir da micro-história.

### 3.4 – Eduardo Silva – A historiografia da escravidão e a redução de escala

Eduardo Silva é graduado pela Universidade Federal Fluminense onde também defendeu seu mestrado em 1979, publicado pela editora Nova Fronteira em 1984, com o título *Barões e escravidão, três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*<sup>280</sup>. Também é doutor pela Universidade de Londres, na qual defendeu a tese sobre Dom Obá II, em 1992, posteriormente publicado na Inglaterra em 1993 com o título *Prince of people: the life and times of a brazilian free man of colour*. Atualmente é pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa, e do CNPq, atuando também como membro do IHGB do Rio de Janeiro.

Silva é um autor que ilustra o movimento descrito em nosso segundo capítulo sobre a historiografia brasileira da década de 1980. O tema de pesquisa que o consolidou como historiador é a escravidão no Brasil, e ao mesmo tempo, o insere na série de trabalhos que procurou recuperar a condição de sujeito dos escravos, que gerou toda uma historiografia revisionista sobre a temática. Além disso, uma análise panorâmica de sua produção intelectual demonstra como realizou o contato da perspectiva marxista com a perspectiva da antropologia cultural, e neste percurso realizou incursões de tipo micro-histórica.

Seu primeiro trabalho, por exemplo, *Barões e escravidão*, parte do objetivo de analisar a crise da estrutura escravocrata no Brasil em seus anos finais, partindo para isso da análise de como este processo foi percebido por três gerações distintas de “barões do café”. Esta pesquisa foi resultado de sua dissertação de mestrado obtido pela Universidade Federal Fluminense, defendido em 1979. Como aponta Ciro Cardoso, que esteve em sua banca, o trabalho de Eduardo Silva é um “estudo de caso”, uma demonstração, a partir

<sup>279</sup> BARROS, José D’Assunção. *Sobre a Feitura da micro-história*. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007. p.170

<sup>280</sup> O título original da Tese de Eduardo Silva é: *O Cancro Roedor do Império do Brasil – barões do café e crise da estrutura escravista no Rio de Janeiro. Um estudo de caso: o ramo Peixoto de Lacerda Werneck (1850-1900)*.

de seu recorte, de toda uma categoria social – os fazendeiros de café – diante da crise do sistema escravista: “o autor pretende, em forma explícita, contribuir com um estudo de caso para questões cruciais de ordem mais global, e para o controle de generalizações”<sup>281</sup>.

Embora seja uma obra de cunho marxista, a forma pela qual foi elaborada pode ser comparada à descrição de Hebe Castro sobre o desenvolvimento da história social que sai das grandes generalizações e intensifica os estudos com recortes em escala reduzida<sup>282</sup>. *Barões e escravidão* nos mostra um relato historiográfico da historiografia da década de 1980, chamando atenção para o uso de novas fontes e possibilitando aprofundar na complexidade e nas variações existentes no tema da Escravidão<sup>283</sup>.

Seu recorte temático se dedica ao estudo de três gerações da família Werneck, que segundo o autor representava um indício da influência deste setor na sociedade brasileira. Esta família detinha muitas terras e escravos, e os casamentos consanguíneos mantinham sua riqueza por gerações. Cronologicamente remete ao final do século XIX. Neste sentido, na busca de movimentos que pautam pelo estudo do micro, o que mais chama a atenção nesta obra é o capítulo 3, *Vida, visão de mundo, posição política*, no qual o autor traça um panorama pelo qual cada geração da família Werneck interagiu com a vida política do país, e como foram lidando com o processo de abolição e de proclamação da República, de monarquistas a profissionais liberais, ou mesmo a transitoriedade de posições ideológicas, como o caso da última geração por ele analisada.

Na sequência de sua trajetória intelectual, Silva participa da organização de *Ideias políticas de Quintino Bocaiúva* publicado em 1986 pela Fundação Casa de Rui Barbosa<sup>284</sup>, e procura realizar uma biografia intelectual do pensamento de Quintino Bocaiuva para a política brasileira, tendo em vista sua postura e engajamento político, especialmente em sua dedicação na luta pela abolição da escravidão no Brasil. Esta obra foi realizada para compor a série

---

<sup>281</sup> SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. P.14

<sup>282</sup> CASTRO, Hebe. História social. IN CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>283</sup> SILVA, Op. Cit., p.18.

<sup>284</sup> SILVA, Eduardo (Org.). *As ideias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília, Senado Federal, Rio de Janeiro, fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

*Ação e Pensamento da República*, considerando a proximidade do centenário do advento da proclamação da República (1989), inserindo-se também nas pesquisas realizadas pela fundação dedicadas à Primeira República e sobre a cidade do Rio de Janeiro.

O diálogo entre a história e a antropologia pode ser encontrado em sua próxima obra *As queixas do povo*, de 1988, publicado pela editora Paz & Terra<sup>285</sup>. Este livro é resultado de estudos realizados no Centro de Estudos históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Neste trabalho temos indícios de algumas trocas historiográficas que foram possíveis graças a sua posição na instituição citada, além da participação em grupos de estudos sobre narrativas, o contato com estudos antropológicos, especialmente de Gilberto Velho, além da proximidade com pesquisas na área de sociologia e do jornalismo. O que pode ser visto nos referenciais bibliográficos da obra, como a citação de Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Gilberto Velho, obras literárias de Lima Barreto, e Nicolau Sevcenko<sup>286</sup>.

Seu quadro de fontes primárias e secundárias se multiplica em relação à seus trabalhos anteriores, composta de dois tipos distintos encontrados nos acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional e do arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Composto por fontes literárias da época, como Machado de Assis, obras de Rui Barbosa, João do Rio, Lima Barreto entre outras; e periódicos como *Brasil operário* (1903), *Fon-Fon!* (1910), *Gazeta de notícias* (1890), *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O paiz* e a *Revista da semana*<sup>287</sup>. O foco delineador da pesquisa, no entanto, é a coluna de críticas e reclamações dirigidas por leitores dos mais variados setores sociais no *Jornal do Brasil*.

No prefácio, Francisco Iglesias nos chama a atenção para o aspecto interdisciplinar que marca esta obra de Eduardo Silva, em consonância com os avanços da historiografia das últimas décadas tanto pelo tema quando por seu método não convencional: “as cartas de gente em geral modesta, única forma viável de expressão que dispõe, tem-se, pois temática ainda não cultivada,

---

<sup>285</sup> SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

<sup>286</sup> Ibidem.

<sup>287</sup> A lista completa das fontes pode ser encontrada na sessão “fontes e bibliografia” do livro *As queixas do povo*.

atenta ao cotidiano, permitindo chegar à história das mentalidades”<sup>288</sup>. As tais queixas do povo seriam um vislumbre de uma forma de cidadania, a incorporação das massas ao sistema político republicano, ao modo como Thompson realizou o seu estudo sobre a economia moral da plebe inglesa no século XVIII: “por serem espontâneas, diretas, transparentes, as queixas veiculadas pelo *Jornal do Brasil* traduzem com fidelidade os sentimentos de parcela da população sobre seus problemas cotidianos”<sup>289</sup>.

O último aspecto relevante para as particularidades que estamos buscando destacar na produção de Eduardo Silva é o estilo narrativo através do qual realiza experimentações. Em *As queixas do povo*, por exemplo, este estilo de escrita toma muitas vezes o aspecto literário, com recursos de figuras de linguagem, e a utilização da primeira pessoa, como um narrador que também presenciava o curso da história. Vale a pena a citação do parágrafo de abertura para exemplificar este argumento:

Um verdadeiro enxame de vendedores ambulantes estacionados pelas esquinas da cidade impedia o trânsito das pessoas e provocava grande imundice. Um açougue da Rua Bela de São João, em São Cristóvão, vendia carne “com grande diferença no peso e grande quantidade de ossos”. Na quarta Circunscrição Policial, no centro da cidade, Sérgio Augusto de Miranda esteve preso, sem nota de culpa, incomunicável e passando fome, por sete dias<sup>290</sup>.

Na sequência das obras de Silva, podemos citar *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*, publicada em coautoria com João José Reis, no ano de 1989 pela editora Companhia das Letras<sup>291</sup>. Este livro faz parte da série de publicações que se dedicaram ao centenário da Abolição da escravidão. A primeira particularidade é sua autoria dupla, composta de seis artigos, três de cada autor – além de um apêndice com documentos de época. Em segundo lugar é a sua posição entre os estudos que se dedicam à recuperação da condição de sujeito dos escravos no Brasil, o que pode ser notado nas variadas formas pelas quais se descreve a resistência escrava.

De modo geral, Silva segue nesta obra cruzando novos aportes teóricos com o tema tradicional da escravidão. A variada forma de resistência

---

<sup>288</sup> SILVA, Eduardo. Op. Cit., P.13.

<sup>289</sup> Ibidem. p. 18.

<sup>290</sup> Ibidem p. 25.

<sup>291</sup> REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

problematizada nos três capítulos que escreve contrasta com a historiografia da escravidão vigente naquele momento. Este tema pode ser encontrado em diferentes instâncias do cotidiano, como a preservação da cultura africana, as variadas formas de negociação de liberdade, o que inclui a utilização das próprias leis para obter alforria. E temas ditos culturais, como a criação de uma cultura africana no Brasil a partir das festas populares.

Como podemos perceber, *Negociação e conflito* é uma obra de amplitude generalizante, não há um estudo de caso que tematize a escravidão. Mesmo quando se discute casos tidos como particulares, como por exemplo, o debate sobre o mito de Zumbi dos palmares, esta abordagem se reduz a uma descrição sobre o lugar de fundação de um “mito heroico” e de sua apropriação por diferentes setores sociais.

Na continuidade de seus estudos dedicados à historiografia da Escravidão, Eduardo Silva recorre a um caso particular em sua tese de doutorado, que dá origem ao livro que é nosso objeto final de análise, *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo*. Obra que reúne todos os elementos para ser classificada como um livro de micro-história, e se insere ainda na temática das *apropriações* realizadas por trocas historiográficas em outros contextos, tendo em vista que é resultado de seu doutoramento na Universidade de Londres. Este livro é nosso objeto de análise nos próximos tópicos.

### **3.5 – O príncipe negro – *Dom Obá II d'África***

#### **3.5.1 – Temática e objetos**

O livro de Eduardo Silva, *Dom Obá II d'África – o príncipe do povo, vida tempo e pensamento de um homem livre de cor*<sup>292</sup>, foi publicado pela primeira vez na Inglaterra em 1993. Tinha como objeto de pesquisa o personagem Candido Fonseca Galvão, filho de negro alforriado e que pertencia a uma antiga estirpe de nobres iorubás, herdando o título de Obá (“rei” em iorubá), conhecido popularmente na cidade do Rio de Janeiro como príncipe Dom Obá II.

---

<sup>292</sup> SILVA, Eduardo. *Dom Obá II – o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das letras 1997.

Antes de apresentarmos o tema desenvolvido nesta obra, é necessário destacar seu posicionamento na historiografia como uma obra de micro-história. Os principais elementos que permitem esta classificação são: a escolha de um caso individual, o recorte cronológico baseado nos anos de vida do personagem, os referenciais teórico-metodológicos reunidos na pesquisa, a utilização de recursos narrativos e os diálogos com a antropologia. E devemos destacar a influência da perspectiva cultural de Carlo Ginzburg. A problematização da singularidade de Dom Obá remete indiretamente a conceituação de *circularidade cultural* desenvolvida pelo historiador italiano, durante toda a obra, todas as contextualizações históricas de Eduardo Silva são realizadas para incidir nas particularidades do personagem, e como se conectava em diversos grupos sociais pela assimilação de diferentes elementos culturais. Desse modo, o autor dá visibilidade à vida, ao pensamento deste homem livre de cor.

A primeira vista este parece ser mais um entre os incontáveis casos de migração forçada empreendida pelo tráfico negreiro, no entanto, este personagem acumula uma série de elementos que o singulariza, permitindo que seja tomado como objeto de análise de um tema relativamente recente nos trabalhos dedicados à história da escravidão no Brasil - a percepção desses indivíduos como sujeitos ativos na história. Tendo em vista esta constatação, o autor procura, a partir da exploração de temas sobre o Brasil do século XIX – suas transformações político-sociais, a abolição gradual da escravidão e a passagem do regime monárquico para a república – compreender como pode surgir um personagem tão singular como Dom Obá II.

Portanto, seu objetivo principal é adentrar na vida e no pensamento de um homem livre de cor neste período histórico. Ao encontrar Cândido Galvão entre as fontes, Silva percebe como a excepcionalidade deste personagem o torna um caso extremamente rico para uma análise. Primeiramente, por sua representatividade entre as classes populares da cidade do Rio de Janeiro, onde era reconhecido como “rei dos pretos”, devido a sua origem “aristocrática” iorubá. Em segundo lugar, por ser Cândido Galvão um indivíduo letrado, frequentemente contribuindo com a imprensa local. Em último lugar, porque era um assíduo frequentador das audiências públicas realizadas por Dom Pedro II,

apresentando-se sempre nos salões do imperador, com sua patente militar de alferes e sua bengala de nobre.

Esta reunião de elementos que singularizam Cândido Galvão foi passível de se tornar um objeto de estudo historiográfico de tipo micro-histórico por dois recursos de análise distintos. Primeiramente, as fontes e registros, que permitem uma reconstituição detalhada do tema e, em segundo lugar, a realização de *apropriações* teóricas da historiografia.

No primeiro caso, podemos observar quatro tipos de fontes distintas utilizadas na pesquisa. São elas, fontes encontradas nos acervos dos arquivos do Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Arquivo do Exército, do Museu do Arquivo Nacional, IHGB, Museu Imperial; do acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia, da Coleção particular de Mestre Osvaldo. Com relação aos periódicos, Silva recupera 56 artigos publicados por Cândido Galvão durante o período em que viveu na capital do Império, como o *Jornal do Commercio*, a *Revista Ilustrada*, Diário de Notícias, entre outros. Por último, fontes variadas, constituídas por cartas escritas por Dom Obá II, trabalhos científicos da época e ilustrações iconográficas do personagem que circularam no Rio de Janeiro<sup>293</sup>.

Com relação aos aportes teóricos, que permitem uma análise detalhada destas fontes e recuperar a singularidade de Dom Obá II, novamente podemos remeter a elementos da micro-história, tendo como suporte principal a perspectiva de Ginzburg<sup>294</sup>. Acrescenta-se também a perspectiva da história das mentalidades de Robert Darnton (a articulação dos dois autores será discutida em um tópico específico). *Dom Obá II d'África* completa a trajetória de Eduardo Silva que descrevemos anteriormente. Além de significar uma etapa de amadurecimento acadêmico, como resultado de seu doutoramento, também reforça a perspectiva culturalista que começou a desenvolver em *As queixas do povo* (1988).

A edição brasileira de *Dom Obá II* utilizada em nossa pesquisa foi realizada pela Companhia das Letras em 1997, e conta com uma atualização da versão inglesa de 1993, incorporando novos textos do personagem Cândido Galvão. Estruturalmente o livro conta com oito capítulos, cada um deles

---

<sup>293</sup> O conjunto completo sobre as fontes trabalhadas pelo autor pode ser encontrado no apêndice final da obra. CF. SILVA, Eduardo. *Dom Obá II – o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das letras 1997. P.237-245.

<sup>294</sup> Ibidem p.17

subdividido em tópicos a fim de dividir o tema principal de cada um. Esta edição tem dois prefácios, um especificamente apresentando a edição brasileira e suas particularidades, uma introdução e uma conclusão, seguida de um conjunto de apêndices. Assim como a obra Plínio Gomes, as notas do texto estão reunidas no final da obra juntamente com a bibliografia. Tendo em vista este pequeno panorama da obra em questão, partimos para o próximo tema, no qual discutiremos os principais diálogos estruturais que auxiliaram no desenvolvimento da história de Cândido Galvão.

### 3.5.2 – Diálogos historiográficos

Neste tópico, seguimos em consonância com a análise anterior, e procuramos encontrar as influências estruturais da obra de Eduardo Silva, dando destaque ao modo pelo qual articula posições teóricas e por meio de quais autores construiu sua pesquisa. Desse modo, o primeiro indício que o aproxima da micro-história é seu objeto de pesquisa, a escolha de um só indivíduo, e sua interação com seu tempo e sua sociedade. A partir deste recorte necessitou de um suporte teórico que permitisse aprofundar-se em questões particulares, como o modo como Dom Obá II pensava e compreendia o mundo em que vivia.

Silva encontra inúmeros registros que fazem referência a este sujeito, que mesmo após sua morte viveu por muitos anos na memória popular do Rio de Janeiro. Ao indagar sobre a identidade deste personagem, Silva se depara com questões micro-históricas: o que Dom Obá II representava para aquela sociedade; porque e como ele conseguia reunir respeito e atenção de tantas pessoas das classes mais baixas, especialmente da população negra; como explicar sua individualidade, de um homem livre de cor que frequentava as reuniões da elite brasileira num período em que a escravidão era utilizada como mão de obra. Com efeito, seu objetivo de “estudar um homem comum como individualidade pensante”<sup>295</sup>, remete diretamente a dois autores e obras que podem ser considerados influências estruturais de *Dom Oba II d'África*:

---

<sup>295</sup> SILVA, op. cit. P.15

Carlo Ginzburg e sua obra mais conhecida, *O queijo e os vermes*<sup>296</sup>, e Robert Darnton com seu trabalho *O grande massacre de gatos*<sup>297</sup>.

Na introdução, ambas as obras são citadas como referência à história das mentalidades, e que, no entanto, são distintas entre si no que tange a sua posição dentro da historiografia. *O queijo e os vermes*, como vimos no primeiro capítulo, se encontra no percurso da micro-história cultural de Carlo Ginzburg, e inseri-lo na ordem dos estudos das mentalidades coletivas é descaracterizar a própria trajetória de suas pesquisas. Ginzburg se nega a aderir à ideia de mentalidades, como deixou claro em seu *pós-escrito de 1972*, publicado na segunda edição italiana de *Os andarilhos do bem*<sup>298</sup>. Como Ginzburg escreveu nesta ocasião, retificando o prefácio da primeira edição de 1966: “hoje eu não repetiria mais a ingênua contraposição entre ‘mentalidade coletiva’ e ‘atitudes individuais’”<sup>299</sup>.

Esta autocrítica foi escrita antes da elaboração de *O queijo e os vermes* (1976) e está inserida naquele contexto de debates que ocorriam nos *Quaderni Storici*<sup>300</sup>, que contrapunham as generalizações em favor de estudos de casos individuais. Esta recusa da negligência das generalizações pode ser novamente atestada neste mesmo texto:

Insistindo nos elementos comuns, homogêneos, da mentalidade de certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa “mentalidade coletiva” indiferenciada e interclassista. Desse modo, a homogeneidade – de resto sempre parcial – da cultura de determinada sociedade é vista como ponto de partida e não de chegada de um processo<sup>301</sup>.

Portanto, a perspectiva de mentalidades coletivas que existiu na elaboração de *Os andarilhos do bem* já haviam se transformado no momento em que problematizou a história de Menocchio. Fato que levou Eduardo Silva a uma aproximação equivocada com Darnton.

Em contrapartida, o referido livro de Darnton está inscrito completa e propositalmente na ordem dos trabalhos de história das mentalidades, como

<sup>296</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>297</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

<sup>298</sup> GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>299</sup> Ibidem p.15-16.

<sup>300</sup> Como abordado no tópico 1.2 A produção de um lugar: os *Quaderni Storici* do capítulo 1.

<sup>301</sup> Ibidem p. 16.

anunciado pelo autor em sua *Apresentação*, “este livro analisa as maneiras de pensar na França do século XVIII”<sup>302</sup>. Seu objetivo é penetrar nas visões de mundo, a cosmologia das pessoas simples, e como organizavam o mundo coletivamente. o que nos é apresentado em seu livro cujo título refere-se a um episódio remoto do descontentamento de camponeses com seus patrões, e levam a cabo o assassinato de seus gatos como forma de responder as contradições vividas por eles naquele contexto.

O objetivo de Darnton em *O grande massacre de gatos* diverge completamente dos objetivos de Ginzburg em *O queijo e os vermes*. O primeiro busca, por meio de inquéritos policiais sobre o referido caso, apreender a mentalidade dos camponeses da França no século XVIII. No caso do historiador italiano, as tradições orais, e as reminiscências de antigas culturas camponesas encontradas no caso de Menocchio são utilizadas para explicar sua individualidade como sujeito pensante. Ao contrário de Darnton, Ginzburg busca aquilo que difere das generalizações que definiam o pensamento camponês no Antigo Regime.

Outro ponto que os diferenciam, e parece ser este o principal, que podemos considerar um modo particular com o qual Silva se *apropria* dos dois autores, ao comparar os dois autores, é a função de como o contexto histórico é utilizado em ambas as obras. No caso de Darnton, o episódio individual do massacre de gatos recuperado nos arquivos do inspetor de polícia, no qual o autor enfatiza: “não se pode considerar típicos do pensamento do século XVIII, mas que fornece maneiras de penetrar nele”<sup>303</sup>. Dito de outro modo, Darnton procura a mentalidade coletiva por meio do estudo de um caso particular. Com relação ao caso de Menocchio o caminho de análise é o contrário, Ginzburg parte de sua individualidade, recuperada por meio da documentação inquisitorial, para se aproximar de seus pensamentos e sentimentos, e, por meio destes, observar a cultura e contexto social na qual foi moldada. Sua singularidade, para Ginzburg, foi uma resposta realizada na Europa pré-industrial, num contexto de difusão da imprensa e da Reforma Protestante, assim como a repressão realizada pela Igreja Católica<sup>304</sup>.

---

<sup>302</sup> DARNTON. Op. cit. P. XIII.

<sup>303</sup> Ibidem p. XVI.

<sup>304</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

De volta ao caso de Dom Obá II, a leitura e análise da obra permite afirmar que a articulação que Silva elabora entre o contexto histórico brasileiro do século XIX e seu personagem se aproxima da proposta de Ginzburg, e dificilmente poderíamos atribuir o caso de Cândido Galvão a uma categoria de mentalidade coletiva.

Toda contextualização histórica é realizada por um jogo de escalas durante o desenvolvimento da obra, e incidem diretamente no personagem Dom Obá II. A sociedade baiana, para explicar sua origem; a Guerra do Paraguai, para dar visibilidade a sua liderança; a descrição da cidade do Rio de Janeiro, que permite observar sua participação em diferentes grupos sociais; a política nacional do Império, que demonstra seus posicionamentos pessoais acerca da monarquia; as origens dos símbolos culturais das quais o personagem se utilizava em seu cotidiano. Em suma, sua singularidade foi suficientemente demonstrada no decorrer da obra, e as inflexões entre macro-história e micro-história são sempre realizadas no sentido de explicar sua vida e pensamento como um homem livre de cor, como o próprio título sugere.

Com efeito, a leitura da obra, o modo como esta apresenta as relações de Dom Obá II com diferentes grupos sociais, e como constituiu sua personalidade particular, pode ser comparada à perspectiva teórica de *circularidade cultural* deste personagem caricato que viveu no Rio de Janeiro do século XIX. A partir desta constatação, no próximo tópico faremos uma análise panorâmica dos capítulos do livro, a fim de remontar a estratégia de composição da obra, e como estes elementos reunidos conferem um trabalho tipicamente micro-histórico.

### **3.5.3 – Abordagem micro-histórica – Estratégia de análise**

Neste tópico prosseguimos com nossa última análise, tendo como foco observar os elementos metodológicos conduzidos pelo autor que aproximam *Dom Obá II d'África* da micro-história. A obra está dividida em oito capítulos, que vão desde o contexto original de Cândido Galvão, no sertão baiano, até sua vida na cidade do Rio de Janeiro, onde mora até sua morte em 1890. Sempre fazendo o movimento descritivo, do contexto macro-histórico para o micro-histórico, buscando elencar elementos históricos que de formas diretas e

indiretas influenciaram na constituição da vida e do pensamento de seu personagem.

Inicialmente podemos citar a escolha de Cândido Fonseca Galvão como objeto historiográfico, homem livre de cor, que ficou conhecido por seu título de príncipe, herdado de seus antepassados, que descendiam de uma estirpe iorubá que governou no passado alguns povos africanos, antes da desorganização dessas sociedades pela intervenção europeia.

De fato, Dom Obá II permaneceu durante muitos anos na memória popular do Rio de Janeiro, como mostra Lima Barreto em 1918 entrevistando conhecidos do príncipe, ou mesmo reconhecido na cultura brasileira, ganhando uma passagem no *Dicionário do folclore brasileiro* de Câmara Cascudo, e também em passagens nas recordações de Mello Moraes Filho<sup>305</sup>. Estes indícios mostram o alcance da sua popularidade na sociedade carioca, o que era ainda mais intenso para as classes populares. Como descrito por Silva, parte considerável da população, especialmente escravos, libertos, homens livres de cor, alguns pagavam tributos por sua soberania, ou ajoelhavam-se quando passavam por ele na rua.

Para compreender como uma figura desse porte pôde se apresentar desse modo tão singular, numa sociedade cujas contradições eram extremamente desfavoráveis para a população negra, é preciso recorrer novamente às instâncias das trocas culturais e simbólicas que Cândido Galvão operou em seu tempo, e ao mesmo tempo, representam possibilidades de articulações de tipo micro-históricas, que procuramos dar destaque neste tópico. Estas trocas são utilizadas por este personagem de modo estratégico, entre os movimentos que operou nos diversos grupos sociais que fez parte: tendo convivido nos salões de Dom Pedro II, nas reuniões da alta sociedade política brasileira, recebendo considerações diretas do Imperador, sendo considerado rei por seus iguais (negros escravos, libertos e livres), escrevendo artigos na imprensa da época, e, ao mesmo tempo, tendo sido preso diversas vezes pela polícia devido aos excessos com o álcool, para, por fim, morrer na miséria e esquecido.

---

<sup>305</sup> SILVA op. cit. 14

Esta série de pertencimentos de Dom Obá II tem origem em três aspectos que convergem em sua individualidade. A primeira delas é de ordem biográfica, a segunda de ordem cultural e, a última, ressonâncias de seu tempo histórico, a sociedade escravocrata e imperial do final do século XIX. Vejamos cada uma delas de modo geral para posteriormente enfatizar cada um dos capítulos e seu viés micro-histórico.

Um aspecto bastante relevante da autoria de Silva no que diz respeito à recuperação da identidade e singularidade de seu personagem, é a forma como este é nomeado no decorrer do livro. Inicialmente ele se refere a Cândido Galvão por seu nome, filiação e origem baiana. Após a descrição de seus feitos e atuação na Guerra do Paraguai, se refere a ele por seu posto militar, como “alferes Galvão”, ou “Alferes de Zuavos”. E, mais adiante, quando passa a viver na capital, é com o título de Dom Obá II que o autor passa a descrevê-lo. Este recurso estilístico marca a sensibilidade de Silva para com seu personagem principal, e objeto de análise historiográfica. Fica claro que em sua interpretação, Dom Obá II só se torna aquele indivíduo que lhe chamara a atenção quando passa por uma série de vivências pessoais que, somadas às características singulares que trazia, permite que seja convertido no príncipe da África pequena.

No primeiro capítulo, o autor procura recuperar a sociedade de Lençóis, no sertão baiano, onde nasce Cândido Galvão. Desde o final do século XVIII teve início uma série de modificações ocasionadas pela descoberta de ouro e diamantes, o que favoreceu um grande fluxo migratório na região, modificando a paisagem e sua organização social, tendo em vista a nova estratificação social promovida pela riqueza acumulada por alguns grupos de mineradores. Descrito o panorama geral, o foco do capítulo passa para o momento em que o personagem se alista como “voluntário da pátria” para combater na Guerra do Paraguai (1864-1870)<sup>306</sup>. Esta série de fatos não se resume a uma descrição meramente factual, pois sua entrada como voluntário no Exército não foi somente uma opção como forma de buscar mobilidade social<sup>307</sup>. Esta decisão revela um de seus posicionamentos políticos mais marcantes que,

---

<sup>306</sup> SILVA, op. cit. P.38

<sup>307</sup> Lembrando que os escravos que lutavam como voluntários na Guerra do Paraguai receberiam alforria pela dedicação de seus serviços.

posteriormente, vai compor sua principal característica pessoal - ser monarquista e conservador. Cândido Galvão incorpora todo o romantismo mobilizado no ato do alistamento, e lidera um grupo de negros que recorre ao chamado do Imperador.

Com base nesta contextualização, o foco do segundo capítulo é discutir aspectos da guerra, especialmente nas possibilidades de subverter as estruturas sociais da sociedade brasileira, ao menos nas relações que se desenvolveram durante o conflito. Este aspecto está descrito detalhadamente em um tópico no qual Silva recupera aspectos nos quais a Guerra do Paraguai contribui com a História Social do Brasil. Do ponto de vista social, a guerra colocou em contato indivíduos de diferentes classes sociais, escravos alforriados, homens livres de cor e pessoas da elite, unidos sob a condição de soldado. O prestígio do Exército cresceu no imaginário da sociedade brasileira, como se observava na época, “os jogos preferidos dos meninos [...] são as brincadeiras de soldados”<sup>308</sup>, e a imaginação infantil ficou povoada por heróis militares. Do ponto de vista político, o conflito alterou o descontentamento com a sociedade tradicional e, principalmente, com a escravidão dando novo ímpeto ao movimento abolicionista.

Foi no interior deste contexto de exceção no qual as hierarquias tradicionais foram subvertidas pela lógica de guerra que Cândido Galvão foi promovido a alferes. Com base nestes acontecimentos o autor parte para o capítulo 3, buscando observar como as mudanças sociais descritas no capítulo anterior operam no plano individual. Após sua participação no conflito, Cândido Galvão (chamado no livro a partir desse momento por sua patente militar de alferes) já não se adaptaria mais à vida na Bahia. Fato que o levou a mudar-se para a capital do Império.

Dentre as atitudes que podem ser elencadas que caracterizam sua pessoa nesta época estão a busca pelo reconhecimento legal de sua patente, com direito a pensão e de uso do uniforme, assim como seus primeiros problemas mais sérios com o álcool. Portanto, a contextualização anterior acarreta consequências específicas em seu caso, e marca sua trajetória que posteriormente ajuda a construir o personagem que foi durante os anos vividos

---

<sup>308</sup> SILVA, op. cit. P.56.

na capital do Império, tornando-se o príncipe Dom Obá II. Este percurso da sua história individual como parte de um movimento geral também é comentado por Silva:

Os desequilíbrios econômicos regionais e a consequente redistribuição interna da mão de obra escrava, o impacto deste processo sobre as condições de vida de escravos, libertos e homens livres de cor em Salvador, e, finalmente, as saídas encontradas por estes a partir da década de 1870. É como parte desse processo histórico mais amplo, perseguindo seu projeto individual, que o Alferes de Zuavos Cândido da Fonseca Galvão parte rumo ao Rio de Janeiro<sup>309</sup>.

O quarto capítulo é iniciado pela descrição do protagonismo da cidade do Rio de Janeiro na história brasileira do século XIX. A chegada de Dom Obá II na capital em 1880 coincide com um período de intensas agitações, dentre elas os constantes enfrentamentos de multidões enfurecidas, questões abolicionistas entrando em pauta, republicanos debatendo mudanças estruturais na política, entre outros temas. Com efeito, este capítulo oferece uma verdadeira descrição etnológica da sociedade brasileira. Por meio do cruzamento de fontes diversas, Silva procura recuperar a complexidade carioca da década de 1880 e, dentre elas podemos citar os recenseamentos, relatos de época (dentre eles do próprio Dom Obá II), artigos de jornais e obras literárias. Por meio dessa reconstituição foi possível mensurar as condições de vida da população, o crescimento demográfico e a formação dos cortiços por conta do intenso crescimento populacional. Este último aspecto é recuperado mais uma vez por meio da descrição da vivência de Dom Obá na cidade, mudando constantemente até fixar residência na região da África Pequena, um bairro ocupado predominantemente por negros.

A descrição desta região é o ponto central do capítulo. A África Pequena reunia diversas províncias e tinham em comum a herança afro-brasileira dos costumes, de comemorações e da religiosidade destes povos. O recurso a casos individuais é utilizado pelo autor para recuperar a dinâmica social, não só do ponto de vista econômico, mas também de gênero e posição social, como no caso da descrição do trabalho feminino em diversas áreas, que também acarretaram consequências culturais específicas deste contexto. Como exemplo, Silva descreve vários casos específicos de “tias baianas” que se

---

<sup>309</sup> SILVA, op. cit. P.61.

tornavam matriarcas e organizavam comunidades internas e autônomas dentro da África Pequena, ou outras que se tornavam pequenas empresárias e se dedicavam ao comércio. Silva descreve alguns exemplos particulares de “tias” que ficaram conhecidas na época, a fim de enfatizar a complexidade desta sociedade<sup>310</sup>.

Do ponto de vista étnico, esta comunidade preservava na memória sua ancestralidade africana, o que, na prática os dividia em subgrupos, que atuavam de modo a aproximar ou afastar indivíduos de acordo com sua origem. As “nações”, como se denominavam, se dividiam em Ijexá, Ebá, Aboum, Haussá, Itaqua, Cambindas, Oyó, Nagô e etc.<sup>311</sup> Com efeito, tais divisões étnicas também mantiveram as rivalidades existentes na África, o que não impedia que existisse ali uma “unidade política” devida ao idioma comum, o iorubá – ou português crioulo<sup>312</sup>.

O último ponto a ser destacado desta comunidade negra que vivia no Rio de Janeiro é a conservação da religiosidade afro-brasileira. Ainda que em muitos casos houvessem realizado sincretismo com a religião católica, de modo geral sua religião foi preservada, bem como também havia aqueles que se mantinham ligados ao islamismo. Embora houvesse diferenças entre cada uma das tradições religiosas, eram todos conhecidos pelo uso do idioma ioruba e pelo uso de “feitiçaria”. Finalmente, tendo em vista este panorama etnográfico construído no início do capítulo, novamente o deslocamento de análise é a figura de Dom Obá II, a fim de “saber um pouco mais sobre as condições de vida do alferes Galvão na capital do Império”<sup>313</sup>. Esta é a porta de entrada para os próximos dois capítulos (5 e 6), que são o ponto central da obra, nos quais o autor discute aspectos cotidianos de Dom Obá II.

No quinto capítulo o autor discute a relação de Dom Obá com a vida política do Império Brasileiro. Alternando entre diferentes contextos culturais, sua presença no palácio imperial atuava como um elo entre o “mundo oficial” e o mundo popular da África pequena, como podia se portar como um vassalo fiel de Dom Pedro II, e ao mesmo tempo como rei das ruas, recebendo reverências de seus semelhantes. Neste capítulo, diversamente dos anteriores,

---

<sup>310</sup> SILVA, op. cit. p.81-2

<sup>311</sup> Ibidem. p.83

<sup>312</sup> Ibidem. p.83

<sup>313</sup> Ibidem. p.85

o autor preza pelo uso da narrativa, baseando-se inclusive na forma popular de contar histórias que era usual no século XIX, empregado pelo termo “segundo corria”. Vejamos um trecho a título de exemplo:

Segundo corria, a guarda militar do palácio imperial da Quinta da Boa Vista, certa feita, negou-se a apresentar armas ao Príncipe Dom Obá II d'África com a devida cerimônia. O príncipe – e alferes honorário – entendia ter direito às formalidades corretas. [...] Dom Obá reclamou, em altos brados, as honras militares que haviam sido negadas e acabou ameaçado de prisão. O escândalo na porta principal do palácio é tão grande que o Imperador resolve intervir e chama o oficial responsável<sup>314</sup>.

Nesta passagem, o autor toma a posição de um narrador em terceira pessoa, cujo efeito remete a perspectiva de um observador que acompanhou os eventos narrados. Além disso, podemos observar nesta passagem a intervenção direta de Dom Pedro II. Este fato tem um sentido simbólico essencial para compreender o personagem Dom Obá II, como indivíduo que realiza *circularidade cultural* entre diferentes grupos sociais de seu tempo. Os detalhes deste aspecto da vida do personagem são recuperados por meio do “livro de visitas imperial” (no qual sua assinatura quase sempre aparecia em primeiro lugar), e nos relatos de época que comentavam as reuniões ocorridas semanalmente nos salões do palácio para tratar de assuntos políticos, conhecidas como “beija-mão”.

Neste capítulo, Silva remonta uma descrição pitoresca de uma das reuniões do “beija-mão” das quais Dom Obá II participou, datada do dia 13 de outubro de 1883. De todos os reunidos no salão imperial, somente o príncipe e outro ex-militar eram negros. Rica de significações devido aos temas que foram abordados na ocasião, esta reunião também é marcada pela presença de um emissário chinês, Tong Kingsing, que estava à frente da Companhia de Comércio e Imigração Chinesa. Esta companhia se reuniu com o Imperador naquela noite para discutir a possibilidade de contratar mão de obra chinesa em substituição aos negros africanos, tendo em vista que a abolição progressiva da escravidão era uma realidade incontornável para o Brasil.

Complementando os detalhes deste episódio, Silva se baseia na descrição de Von Koseritz, um alemão que adotara o império brasileiro como

---

<sup>314</sup> SILVA, op. cit. p.93-4.

lar<sup>315</sup>. Embora este episódio seja reflexo das questões sociais e políticas do contexto histórico brasileiro da década de 1880, o foco da análise está na presença de Dom Obá naquele ambiente, o que leva o autor a se questionar os “porquês” que permitiam àquele personagem frequentar um ambiente tão adverso aos setores populares, especialmente a negros. Este é o tema do próximo capítulo.

Dom Obá II d’África foi um indivíduo que reunia uma série de elementos singulares que o destacavam na sociedade carioca do final do século XIX, tanto do lado das elites, considerado como uma presença incômoda, “um homem meio amalucado”<sup>316</sup>, e do lado dos setores populares, considerado um rei dos povos negros. A forma encontrada pelo autor é *apropriar-se* de um recurso micro-histórico, e é com base na *circularidade cultural* realizada pelo príncipe que podemos compreender seu posicionamento nestes diferentes grupos sociais: “o príncipe tornou-se ponte entre dois mundos, por causa de suas ‘relações pessoais’, sua patente de alferes, sua colaboração na imprensa, seu ‘pacholismo admirável’”<sup>317</sup>.

A questão individual é problematizada inicialmente pela inserção do caso de Dom Obá II na historiografia brasileira sobre a escravidão. Portanto, novamente Silva parte de uma análise geral para posteriormente abordar o particular, micro-histórico. Inicialmente, os estudos de Gilberto Freyre e Eugene Genovese são recuperados a fim de delimitar os contornos do tema da escravidão e das resistências dos cativos. Segundo estes autores, a dominação é sempre relativa, pois existiram diferentes formas de resistir à escravidão<sup>318</sup>.

Para Genovese, por exemplo, as resistências escravas mais bem sucedidas seriam aquelas nas quais o sujeito se utilizava das teias de relações paternalistas e se articulava no interior de relações pessoais para se proteger de agressões e maus tratos<sup>319</sup>. Silva dá continuidade a esta temática, e

---

<sup>315</sup> As memórias de Carl von Koseritz foram reunidas em um livro *Imagens do Brasil*, editado em 1885 pela primeira vez. Em 1943 é traduzido para o português por Afonso Arinos de Mello Franco.

<sup>316</sup> SILVA, op. cit. p. 112.

<sup>317</sup> Ibidem p.113.

<sup>318</sup> Sobre Gilberto Freyre, Silva se baseia em *Casa Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e mucambos* (1977) e *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1979). E de Eugene Genovese *Roll, Jordan, Roll; The world the slaves made* (1976).

<sup>319</sup> GENOVESE apud SILVA, op. cit. p.114.

problematiza a resistência no interior das transigências mútuas e diárias e de manipulações entre senhores e escravos. No contexto brasileiro, estas manipulações tinham graus e alcances diferentes, dependendo da condição inicial do indivíduo em questão. Escravos, libertos e homens livres de cor poderiam se incorporar de modos distintos, tendo em vista que as implicâncias desfavoráveis da sociedade variavam de modo diverso para cada uma destas posições. Esta necessidade “de construir laços com a sociedade mais ampla era uma questão de sobrevivência, primeiro passo de uma micropolítica de integração”<sup>320</sup>.

Com efeito, o conceito de *paternalismo*, recuperado por Silva neste capítulo, tem como objetivo observar as relações mútuas entre senhores e escravos, permeadas por constantes transgressões. Culturalmente, e do ponto de vista micropolítico, podemos lembrar-nos do *modus vivendi* popularmente conhecido como “jeitinho brasileiro”, dos “malandros”, recursos históricos e culturais estrategicamente utilizados para obter riqueza material, poder, prestígio, ou simplesmente sobrevivência numa sociedade com profundas diferenças sociais<sup>321</sup>.

De volta ao caso de Dom Obá II, estas relações de reciprocidade podem ser encontradas, primeiramente, entre o Imperador e o príncipe. Ambos tinham em comum o passado na Guerra do Paraguai, na qual o monarca se portou como um soldado e caminhou junto dos demais militares, reconhecido como “pai dos voluntários da pátria”. Ademais, Dom Pedro II, estava acostumado com a filantropia, mantendo uma escola para pobres nas dependências do palácio e distribuindo esmolas como parte de tradições que mantinha durante seus anos de governo. Esta particularidade “generosa” pode ser utilizada por Dom Obá II, para penetrar estrategicamente entre a elite da sociedade brasileira que se reunia sob o teto do palácio imperial, e, desse modo, reforçava a construção de seu personagem nas ruas e potencializava suas ações indiretas, como a participação na imprensa e a consideração pelas pessoas da África pequena.

Se por um lado o acesso de Dom Obá II às elites era permitido por uma brecha aberta pela figura de Dom Pedro II, do lado das pessoas que habitavam

---

<sup>320</sup> SILVA, op. cit. p.115.

<sup>321</sup> Ibidem p.117.

a África pequena a autoridade do príncipe pode ser explicada pelas reminiscências étnicas que seus habitantes conservavam, e a utilização exacerbada que fazia de seu pertencimento a uma dinastia que tradicionalmente governava o Império de Oyó. Posteriormente, com a diáspora, seu “reinado” passa a abranger todas as etnias da África pequena, como pode ser visto no título com que se automeava, Dom Obá II d’África.

A partir da análise da *circularidade cultural*, Silva finaliza sua obra com dois capítulos dedicados a reconstruir o universo simbólico de seu personagem. Primeiramente, volta-se a sua formação pessoal e intelectual – para adentrar no seu pensamento, como lia e interpretava seu mundo – e, em segundo lugar, os símbolos que se utilizava e as trocas culturais que podem ser localizadas por meio de sua imagem.

No sétimo capítulo, seu foco é aprofundar-se no pensamento de Dom Obá II, dividindo esta análise em subtemas, sendo o primeiro dedicado ao posicionamento monarquista do príncipe. Ao descrever como o príncipe interpretava seu mundo, Silva procurou inseri-lo em contraste com o contexto geral da época. O modo como interpretava a monarquia se diferenciava do funcionamento real desta instituição política no Brasil, sua visão política desconhecia os jogos internos que dividiam os partidos, e a abolição da escravidão que defendia é apresentada por meio de uma discussão geral do que era ser negro, livre ou liberto na sociedade brasileira.

De modo inverso ao pensamento liberal que já na Independência do Brasil se apoiava na aclamação dos povos, para o príncipe o poder monárquico se apoiava no direito divino, o que pode ser encontrado em alguns artigos que escreveu nos jornais da época. Seu argumento para explicar a política do mundo em que vivia era realizado por meio de seu conhecimento das Sagradas Escrituras, mesclado com histórias da tradição ioruba, na qual a monarquia – Obá – também é uma criação de um deus supremo<sup>322</sup>.

Portanto, era um homem politicamente “conservador para conservar o que é bom”<sup>323</sup>, que criticava abertamente os ideais republicanos, e não entendia ataques às instituições sagradas da monarquia. Todos aqueles que atentavam contra a monarquia estavam imbuídos de sentimentos imorais,

---

<sup>322</sup> SILVA, op. cit. p.137

<sup>323</sup> Ibidem. p.137.

como ganância, e “olho grande”. No entanto, tais descrições não se aplicavam a Quintino Bocaiuva, chamado por Dom Obá II de “evolucionista”, e ainda de “meu amigo Quintino Bocaiuva”, ou “príncipe das letras” em alguns artigos escritos na época<sup>324</sup>. Esta proximidade imaginária entre os personagens se deve à sua opinião sobre a abolição da escravidão.

Para Dom Obá II, a escravidão era um problema para a nação, e deveria ser extinta. A abolição gradual já teria começado, segundo ele, com a Guerra do Paraguai, ao “fazer cidadãos os companheiros daqueles que tinham ido morrer pela pátria no mesmo dia em que tiveram uma”<sup>325</sup>. Na sequência, a questão racial aparece atrelada ao tema da escravidão, num tempo em que se começava a discutir o “branqueamento” da sociedade brasileira. O príncipe defendia em muitas ocasiões que não existia uma raça superior, e defendia a imigração africana, como colonos, para compor a mão de obra brasileira. Em seus artigos, como um verdadeiro príncipe, sugere falar em nome de todos os “pretos e pardos”, combatendo a política imigrantista que se voltava para a Europa, propondo uma “embaixada nas costas da África”.

O último capítulo da obra sai do plano da análise da produção escrita de Dom Obá II e parte para uma busca de suas influências que, em conjunto, moldaram sua singularidade como sujeito e como homem livre de cor que viveu numa sociedade racista e escravocrata, acreditando (e fazendo muitos acreditar) ser príncipe dos negros afrodescendentes. Dividido em cinco tópicos, este capítulo parte de fontes como artigos de imprensa, obras literárias da época e iconografias que remontam aos símbolos utilizados pelo príncipe.

A descrição sobre a *circularidade cultural* que o personagem realiza fornece um panorama geral de como se aproxima de outros grupos sociais e da cultura de elite, após sua mudança para o Rio de Janeiro:

A partir daí, pelo menos, os documentos permitem imaginar algum tipo de proximidade com a cultura dominante e seus símbolos, sobretudo autores e livros de prestígio na época. Primeiro, uma aproximação física, quando o encontramos, em seus primeiros dias na corte, morando num sótão de uma escola, o Externato Gama, e de uma livraria, a Livraria Azevedo, na rua Uruguaiana. Em seguida, uma aproximação mais efetiva, através dos jornais, que ele não apenas lia, mas frequentava (oficinas, balcões de anúncio e mesmo

---

<sup>324</sup> SILVA, op. cit. P. 138.

<sup>325</sup> Ibidem. p.148.

redações), levando suas colaborações ou prestando esclarecimentos<sup>326</sup>.

A partir desta constatação o autor vai buscar as influências intelectuais que podem ser apreendidas em seus artigos de imprensa. O que surge são elementos que eram populares na época, como Castro Alves, Camões ou Vitor Hugo, mas sua maior obra de influência era a Bíblia Sagrada. Algumas vezes, a superficialidade de seu conhecimento em determinados assuntos sugere que suas fontes eram os próprios jornais que lia, ou que simplesmente que ouvira dizer, de modo que alguns nomes estrangeiros aparecem com a grafia incorreta. Quando o assunto era político, citava a constituição, sem, no entanto, mencionar qualquer parágrafo ou artigo.

Ainda que as fontes tenham permitido ao autor evidenciar esta aproximação de seu personagem com a cultura letrada, foi necessário, para compreender todo universo simbólico de Dom Obá II, observar que toda sua base foi formada pela cultura oral, que era a base fundamental da cultura popular do Brasil do século XIX. Seus conhecimentos sobre história, sobre o Brasil, sobre a escravidão, lhe foram ensinados por seu pai. Somando a esta primeira “pedagogia”, Silva demonstra como os provérbios eram utilizados pela tradição oral luso-afro-brasileira – por meio de fábulas, versos e os conhecidos ditados populares<sup>327</sup>.

Com base nesta constatação, Silva encontra estas descrições nas próprias palavras de Dom Obá II. Os provérbios e ditados populares eram utilizados como argumentos em discussões, ou “se um debate se torna confuso, usa-se o provérbio para esclarecê-lo” e segue adiante demonstrando a popularidade e o alcance desta forma de saber popular: “o conhecimento de provérbios é distribuído igualmente pela população e não constitui domínio exclusivo de alguns poucos sábios”<sup>328</sup>. Tendo em vista que a alfabetização da população era baixíssima, a educação e socialização dos jovens eram realizadas por meio da sabedoria popular, introduzindo códigos, regras e costumes da sociedade.

O último ponto abordado neste capítulo é o conjunto de símbolos utilizados pelo príncipe, mesclando sua autoridade ioruba, a religiosidade

---

<sup>326</sup> SILVA, op. cit. p.157

<sup>327</sup> Ibidem. p. 163.

<sup>328</sup> Ibidem. p.163.

africana, sua patente militar de alferes e elementos populares da elite, em seu traje cotidiano, como pode ser visto num brasão que se fazia publicar na imprensa ou em sua correspondência pessoal.

Novamente neste caso, o príncipe Dom Obá II não poderia ser inscrito numa ordem cultural popular ou da elite. Seu traje remonta a diferentes tradições, e após descrever a origem de cada um dos símbolos que seu personagem carrega na indumentária, Silva se dedica a problematizar seus usos no cotidiano e nas relações que estabelecia. Em termos de trocas culturais, o autor, apoiado neste momento em Gilberto Freire, comenta o uso da barba e da bengala pela elite brasileira do final do século XIX, e juntamente com a bengala, o uso do guarda-chuva que remetia um antigo privilégio dos Obás. Ao carregar a bengala e o guarda-chuva o príncipe insistia em mostrar seu pertencimento aos dois domínios culturais, o brasileiro e o africano.

Concluindo esta análise de *Dom Obá II d'África*, pudemos observar seu teor micro-histórico, centrado na figura de Cândido Galvão, e na elaboração dos capítulos. Estes, em conjunto, auxiliam a recuperar a complexidade desse sujeito, que soube se aproveitar das instâncias normativas da sociedade, as quais eram desfavoráveis tanto a negros livres quanto aos escravos, e utilizá-las em benefício próprio, criando uma rede de sociabilidade na qual ele poderia usufruir de melhores condições de vida. No entanto, a complexidade do personagem estava condicionada também ao contexto macro-histórico da monarquia brasileira. Após a queda do Império, Dom Obá II já não gozava mais do mesmo prestígio dos setores populares, e menos ainda das elites brasileiras, que para ele haviam traído o direito divino da monarquia. O resultado foi que, um ano depois, em 1890, acabou por falecer no esquecimento e na miséria, apesar de sua permanência na memória carioca.

### 3.6 – Conclusão das análises

Procuramos dar atenção neste capítulo à duas obras de historiadores brasileiros que reúnem todos os elementos teóricos apontados como características da micro-história. *Dom Obá II d'África* e *Um herege vai ao paraíso* obviamente não esgotam as possibilidades de dimensionar a temática das *apropriações* de micro-história ocorridas na historiografia brasileira neste,

mas são exemplos bastante elucidativos para destacar o modo como este processo é realizado com uma dinâmica bastante particular e original.

Como pudemos perceber ambas as obras se dedicaram em casos individuais como forma de desenvolver seus temas e abordagens, e, do mesmo modo, foram influenciados especialmente pelo viés da micro-história cultural de Carlo Ginzburg, tendo em vista suas referências diretas ao historiador italiano, assim como a chave interpretativa da circularidade cultural.

Esta proximidade com o historiador italiano não reduz o caráter dinâmico das *apropriações* historiográficas deste período, que, mais uma vez, insistimos é um processo ativo por parte dos historiadores brasileiros. Esta proposição fica mais clara quando colocamos em destaque a presença da retomada de historiadores brasileiros que já haviam no passado iniciado estudos cuja temática se aproximava do que hoje chamamos de história cultural. Ainda que possa ser equivocado classificar autores como Gilberto Freire ou Sérgio Buarque como historiadores da cultura, na década de 1980 a retomada de seus trabalhos serviu de base para empreendimentos que se tornaram de fato obras de história cultural.

Portanto, é nesta perspectiva que *Dom Obá II* e *Um herege vai ao paraíso* devem ser interpretados. Como resultados da leitura de autores brasileiros juntamente com novos aportes teóricos de outros contextos historiográficos, neste caso, da micro-história italiana. Com isso esperamos que estes dois exemplos possam dar visibilidade e consistência à esta *prática historiográfica* em nosso meio acadêmico. E ao contrário de esgotar a temática abre novos caminhos e possibilidades, dado que a produção realizada neste período ainda se encontra aberta para a pesquisa.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, esta dissertação buscou problematizar as *apropriações* da micro-história italiana na historiografia brasileira, e pelo que foi apresentado no decorrer dos três capítulos observamos que sua presença se fez notar, especialmente, em trabalhos que se dedicaram ao período colonial brasileiro, e que propunham aproximações com a antropologia e questões culturais.

Inicialmente, procuramos discutir as prerrogativas teóricas da micro-história italiana em suas duas vertentes originais, a social e a cultural, constatando que cada uma desenvolveu ao seu modo uma metodologia de pesquisa cuja premissa inicial foi pensar a história a partir de uma escala reduzida de observação. No entanto, embora ambas possam ser consideradas vertentes diferentes desta *prática historiográfica*, tiveram sua origem nos diálogos abertos pela história social.

Do mesmo modo, procuramos encontrar no interior do mesmo debate, ao redor da história social no contexto brasileiro, os primeiros indícios de experiências microanalíticas, favorecidos por um movimento de transformação nas estruturas que sustentavam a escrita da história em nosso país. Principalmente, nos referimos à reforma universitária e a criação de novos cursos de pós-graduação a partir da década de 1980. Com efeito, este movimento foi acompanhado por uma série de relações de trocas historiográficas, das quais fazem parte a tradução e publicação de autores estrangeiros. Em conjunto, este panorama criado na década de 1980 favoreceu a transformação que permitiu novos rumos nas formas de escrever a história, ainda que timidamente tenham representado a exceção, e não a regra, dos trabalhos produzidos na época.

Ainda tendo em vista este panorama, somos obrigados a destacar os modos pelos quais a historiografia brasileira muito se embasou em seus estudos clássicos para realizar as trocas historiográficas que mencionamos, e que foram especialmente desenvolvidos nas pesquisas que tinham como marco cronológico o período colonial brasileiro. Se identificarmos *apropriações* neste contexto de transformação que marca a década de 1980, elas são sempre realizadas de modo dialético. Embora não se possa negar sua originalidade, muitos temas que são trabalhados sob a classificação de cultura,

mentalidade ou costumes, já possuíam exemplos elaborados por historiadores brasileiros, como vimos, por exemplo, os casos mais conhecidos de Capistrano de Abreu, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda.

No entanto, o exagerado grau de destaque que a produção estrangeira recebeu em nosso meio a posicionou como vanguarda, e juntamente com a ausência de um campo consolidado no estudo de historiografia, auxiliou a atribuir certas considerações equivocadas ou parciais com relação a estes autores. Este mesmo processo pode ser visto, por exemplo, com relação à revista francesa *Annales*, que ajudou a consolidar a história acadêmica no Brasil, com sua participação na fundação da USP, mas que, ao mesmo tempo, ofusca a historiografia que a precedeu. Produção esta que muitas vezes antecipou muitas discussões que ocorriam no contexto europeu.

É neste percurso que vimos a recepção da micro-história ser marcada por inúmeros equívocos, as críticas que elaboradas a ela estavam aquém de sua complexidade teórica e dos caminhos percorridos pela história social. Assim, sua associação com o historiador Carlo Ginzburg foi inevitável, dado o destaque que este recebeu pelo mercado editorial a partir de sua obra *O Queijo e os Vermes*.

De volta ao balanço que procurou dar luz às incursões micro-históricas na historiografia brasileira, também vimos como esta tem suas primeiras experiências (ligadas à redução de escala de análise e aos diálogos com a antropologia) a partir dos movimentos internos da história social, atuando como um sintoma que agiu contra as generalizações características do paradigma então vigente, e buscava dar relevância à complexidade social e suas múltiplas faces. A micro-história é uma das respostas a esta indagação, e não a única.

Nos exemplos que utilizamos para analisar os exercícios de micro-história no Brasil, pudemos observar especialmente a influência da perspectiva culturalista de Carlo Ginzburg, tanto pelo lado temático, como foi o caso de *Um herege vai ao paraíso*, quanto pelo lado das *apropriações* teóricas, como no caso de *Dom Obá II d'África*. Estes dois casos, no entanto, não refletem toda a variedade que se liga ao tema da micro-história no Brasil. Em primeiro lugar, devido ao fato de que estas escolhas foram realizadas em função do tempo de realização da pesquisa, que nos obrigou a um recorte para analisar este tema. Desse modo, nos pautamos em edições comerciais de obras acadêmicas que

tivessem em sua composição todos os requisitos de um trabalho de micro-história. Em segundo lugar, um melhor posicionamento a respeito do tema poderia ser realizado se nos baseássemos em toda a produção historiográfica realizada na década de 1980 e 1990, o que certamente demandaria um trabalho de duração maior.

Finalmente, o debate ao redor da micro-história italiana também se transformou nos últimos anos. Desde então alguns historiadores brasileiros se dedicaram a abordar o tema de modo mais profundo, a fim de posicioná-la adequadamente na historiografia brasileira, como vimos, por exemplo, no caso de Henrique Lima e de Ronaldo Vainfas. Além disso, a consolidação da historiografia como campo de pesquisa também favoreceu a recepção e tradução de textos teóricos que complementam o quadro parcial que figurava nas décadas de 1980 e 1990.

A reunião de textos teóricos que realizamos pode auxiliar pesquisadores a se aprofundar na compreensão da historiografia brasileira da década de 1980, assim como procura oferecer um balanço bibliográfico da micro-história. Nesse sentido, nosso trabalho espera cumprir o mesmo propósito: auxiliar na construção de possibilidades da pesquisa histórica, oferecendo como ponto de partida a *prática historiográfica* e as possibilidades investigativas que decorrem de seu uso.

## BIBLIOGRAFIA

- ALGRANTI, Leila Merzan. **O feitor ausente**. Petrópolis: vozes, 1988.
- BORREGO, Maria Aparecida de Meneses. **Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1742)**. São Paulo: Annablume, 1999.
- CALAÇA, Carlos Eduardo. **Medicinas e plantas medicinais nos trópicos: aspectos da constituição da ciência farmacêutica ocidental**. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, rio de Janeiro. Vol. 9 (1): Jan. – Abr. 2002 pp. 221-226.
- CARDOSO, Ciro F & BRIGNOLI, Hector. **Os Métodos da História**. São Paulo: Graal, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- \_\_\_\_\_. (ORG.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012,
- CASTRO, Hebe. **História Social**. In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P.49.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHARTIEU, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Portugal: Difel, 2002
- CURADO, Ramir. **Resenha de o universo indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas**. História Revista, n.3 (1/2) jul. – dez. 1998: p.139-142.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DIEHL, Astor Antonio. **Considerações sobre a discussão em torno da microistória**. IN. *Revista de Filosofia e Ciências Humanas*. Universidade Federal de Passo Fundo. Passo Fundo, ano 12. N°1 e 2 p.71-86, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes**. Passo Fundo: editora UFPF, 2004.
- FICO, Carlos & POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989)**. Ouro preto: Editora UFOP, 1992

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A Historiografia brasileira nos últimos 20 Anos – Tentativa de Avaliação Crítica.** In: MALERBA, Jurandir. A velha história: Teoria e método e historiografia. Campinas, SP: Papirus Editora, 1996. P. 206.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de Grossa Aventura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII.** In. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FRANZINI, Fábio. **Esboço para um auto retrato: observações e impressões sobre a reflexão historiográfica no Brasil do entre séculos (1990-2010).** In. MEDEIROS, Bruno F. et alii. *Teoria e historiografia – debates contemporâneos,* Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

FRANZINI, Fábio & CONTIJO, Rebeca. **Panorama da Historiografia brasileira contemporânea (1930-1980).** In. ABRÃO, Janete Silveira (coord.). *Brasil, Interpretações & Perspectivas.* São Paulo: Marcial Pons, 2016 .

FREITAS, Marcos Cesar de. **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os andarilhos do bem – feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais – Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.26.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P.10

GOMES, Plínio Freire Gomes. **O ciclo dos Meninos Cantores (1550-1552) – música e aculturação nos primórdios da Colônia.** *Revista Brasileira de História.* São Paulo v.11 n°21 set-fev. 1991 pp.187-198.

\_\_\_\_\_. **A musa sem paradigmas – ou a história na era dos saberes desnorteados.** *Plural, revista de Sociologia.* São Paulo: USP v.3 1° sem 1996 pp.49-59.

GOMES, Plínio Freire. **Um herege vai ao paraíso – cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 p.17.

GRENDI, Edoardo. **Paradoxos da história contemporânea**. In. OLIVEIRA, Mônica & ALMEIDA, Carla. Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009.

\_\_\_\_\_. **Microanálise e História Social**. In. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Op. cit. P.20

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O homem cordial**. In. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

KOK, Maria da Glória Porto. **Disputas pelo espaço simbólico na América Portuguesa**. In. Revista Caminhos, Goiânia, v.5, n.2, p.407-415, Jul. – Dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Os vivos e os mortos no Brasil colonial: da antropofagia à água do batismo**. Editora Unicamp: Campinas, 2001.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter (Org.). **Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Sobre a micro-história**. In BURKE, Peter. A escrita da história: Novas perspectivas. São Paulo: editora UNESP, 2011 p.137-8.

\_\_\_\_\_. **Un problema de escala**. Revista Relaciones: estudios de historia y sociedad: México, 2003 p. 283.

LIMA, Henrique Espada, **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MALLERBA, Jurandir. **Notas à margem**. Revista Textos de História, vol.10, n12, 2002.

MARTINS, Marília. **As mudanças Silenciosas**. Jornal do Brasil, 24 de setembro de 1998 pp.6-7.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia**. São Paulo: Perspectiva, 1972

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes européias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes**. *História em Revista*. Pelotas/RS, v. 9, pp. 7-43, dez. 2003

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLITO, Ronald & FICO, Carlos. **A história no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica.** Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.**

**de 1980.** Tese de doutorado, UNESP, FCL de Assis, 2014.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas – a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência nos trópicos: a arte médica no Brasil do Século XVIII.** São Paulo: Hucitec, 1997.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Micro-história italiana, modos de uso.** Londrina: EDUEL, 2012.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A História da Família no Brasil.** Em: Revista Brasileira de História: Família e Grupos de Convívio, 9:17, set-1988/fev-1989, pp. 7-36.

SILVA, Eduardo. **Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise escravista.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. P.14

\_\_\_\_\_. (Org.). **As ideias políticas de Quintino Bocaiúva.** Brasília, Senado Federal, Rio de Janeiro, fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

\_\_\_\_\_. **As queixas do povo.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Dom Obá II – o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.** São Paulo: Companhia das letras 1997.

SILVEIRA, Marco Antonio. **O universo indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808).** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. **Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial.** IN: FREITAS, Marcos Cesar de. **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. P.16.

\_\_\_\_\_. **O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário sobre quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº3, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os protagonistas da miséria**. In. SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. Resenha: **O dever de blasfemar**. São Paulo: Folha de São Paulo, 11 de abril de 1997. Disponível em [http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/11/caderno\\_especial/7.html](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/11/caderno_especial/7.html) acessado em 30 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **História cultural e historiografia brasileira**. In. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR p.218.

\_\_\_\_\_. **Micro-história: Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

\_\_\_\_\_. **Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.